

CAMINHAR, CORRER E PEDALAR: PROPOSTAS PARA VALORIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA DE BAIXO CARBONO NO CENTRO DE PORTUGAL

Paulo Carvalho

Luiz Alves



FICHA TÉCNICA

Título: Caminhar, Correr e Pedalar: Propostas para Valorização da Oferta Turística de Baixo Carbono no Centro de Portugal.

Autores: Paulo Carvalho (paulo.carvalho@fl.uc.pt)

Luiz Alves (luiz.alves@uc.pt).

Afiliação: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Faculdade de Letras de Coimbra.

Infografia: Paulo Carvalho.

Fotografia da Capa: Grande Rota Pedestre e Trilho de BTT no Parque Natural das Arribas do Douro (09/2020; Autores).

Figuras e Imagens: Autores (exceto casos devidamente assinalados).

Edição: Servicios Académicos Intercontinentales S.L.

Copyright: © Autores

ISBN: 978-84-125746-1-6

2022

CAMINHAR, CORRER E PEDALAR: PROPOSTAS PARA VALORIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA DE BAIXO CARBONO NO CENTRO DE PORTUGAL

Paulo Carvalho

Universidade de Coimbra, CEGOT, FLUC

paulo.carvalho@fl.uc.pt

Luiz Alves

Universidade de Coimbra, CEGOT

luiz.alves@uc.pt

Resumo

O lazer ativo ao ar livre e, em particular, as atividades suportadas em baixas emissões de carbono apresentam crescimento e diversificação nos últimos anos, como resposta a compromissos e imperativos ambientais, como escolha de novos estilos de vida e como resultado de novos comportamentos da sociedade pós-moderna.

Caminhar, correr e pedalar não são apenas uma componente da atividade física regular das pessoas, mas também uma forma de mobilidade que configura atividades turísticas de baixo carbono, com benefícios para o ambiente, a economia e a sociedade (saúde e bem-estar), e podem constituir uma excelente oportunidade para diversificar a oferta de lazer e turismo de destinos como é o caso dos municípios do Centro de Portugal retratados neste livro, a qual está suportada em revisão bibliográfica e apresenta propostas de implementação de percursos pedestres, passadiços, trilhos destinados a corrida, e percursos para BTT e cicloturismo.

Palavras-chave: Pedestrianismo. Passadiços. BTT. Cicloturismo. *Trail Running*. Turismo de Baixo Carbono. Centro de Portugal.

Resumen

El ocio activo al aire libre y, en particular, las actividades apoyadas en bajas emisiones de carbono, han presentado crecimiento y diversificación en los últimos años, en respuesta a los compromisos e imperativos ambientales, como una elección de nuevos estilos de vida y como resultado de los nuevos comportamientos de la sociedad posmoderna.

Caminar, correr y andar en bicicleta no solo son un componente de la actividad física regular de las personas, sino también una forma de movilidad que configura actividades turísticas bajas en carbono, con beneficios para el medio ambiente, la economía y la sociedad (salud y bienestar), y puede ser una excelente oportunidad para diversificar la oferta de destinos de ocio y turismo como es el caso de los municipios del Centro de Portugal retratados en este libro, que se apoya en la revisión bibliográfica y presenta propuestas para la implementación de rutas a pie, pasarelas, senderos destinados a correr y senderos para ciclismo de montaña y cicloturismo.

Palabras clave: Senderismo. Pasarelas. Ciclismo de Montaña. Cicloturismo. *Trail Running*. Turismo Bajo en Carbono. Centro de Portugal.

Abstract

Active outdoor leisure and, in particular, activities supported in low carbon emissions, have been growing and diversifying in recent years, in response to environmental commitments and imperatives, as a choice of new lifestyles and as a result of new behaviors of postmodern society.

Walking, running and cycling are not only a component of people's regular physical activity, but also a form of mobility that configures low-carbon tourist activities, with benefits for the environment, the economy and society (health and well-being), and can be an excellent opportunity to diversify the offer of leisure and tourism from destinations such as the municipalities of Central Portugal depicted in this book, which is supported by bibliographic review and presents proposals for the implementation of walking routes, wooden walkways, trails intended for running, and trails for mountain biking and cycling.

Keywords: Walking. Wooden Walkway. Mountain Biking. Cycle Tourism. Trail Running. Low Carbon Tourism. Central Portugal.

AUTORES



Paulo Carvalho é Professor Associado do Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra, investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) das Universidades de Coimbra e Porto, e membro de diversas organizações científicas nacionais e internacionais. É autor ou coautor de duas centenas e meia de publicações científicas (com ênfase nos temas património cultural, ordenamento do território, desenvolvimento rural, ambientes de montanha, lazer, turismo, áreas protegidas, pedestrianismo, cicloturismo), orientou seis dezenas de dissertações/teses já concluídas, e coordenou cerca de três dezenas de prestações de serviços especializados.



Luiz Alves é Licenciado e Mestre em Geografia, pela Universidade de Coimbra, e tem desenvolvido o seu percurso profissional nos domínios do desenvolvimento local/regional e turismo, em várias entidades. É Doutorando em Turismo, Património e Território e investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) das Universidades de Coimbra e Porto. É autor (e coautor) de mais de cinco dezenas de publicações (livros, capítulos de livros e artigos), com participação em diversos projetos de investigação científica.

SUMÁRIO

Resumo/Palavras-Chave	3
Resumen/Palavras Clave	3
Abstract/Keywords	4
Autores	5
Sumário	7
Prefacio	9
1. Percursos pedestres em Castanheira de Pera	13
1.1 Pedestrianismo e percursos pedestres: lazer e turismo	13
1.2 Retrato territorial e situação dos percursos pedestres	18
1.2.1 Traços de uma geografia singular	18
1.2.2 Análise dos percursos pedestres	19
1.2.2.1 PR1 CPR – Rota dos Coentraís	20
1.2.2.2 PR2 CPR – Rota das Levadas	24
1.2.2.3 PR3 CPR – Rota dos Neveiros	27
1.2.2.4 Outros trilhos	29
1.3. Reestruturação e valorização da rede de percursos pedestres.....	31
1.3.1 PR1 CPR – Rota dos Coentraís	31
1.3.2 PR2 CPR – Rota da Água e da Pedra	36
1.3.3 PR3 CPR – Rota dos Neveiros	42
1.4 Conclusão	45
2. Passadiços: proposta para a Ribeira das Quelhas	49
2.1 Nota preliminar	49
2.2 Passadiços	50
2.3 Território e estratégia turística	56
2.4 Passadiço das Quelhas	58
2.4.1 Objetivos e fundamentação da intervenção	59
2.4.2 Inovação da proposta	63
2.4.3 Contributo para a valorização do interior/reforço da coesão territorial	64
2.4.4 Explicitação e relevância dos planos/ações	

de comunicação, monitorização, sustentabilidade, educação ambiental, segurança e proteção civil	65
2.5 Notas finais	69
3. <i>Trail Running</i> : proposta multimodal para Vila Nova de Poiares	75
3.1 <i>Trail Running</i>	75
3.2 Mata de São Pedro Dias/Alveite	79
3.3 Circuito multimodal de São Pedro Dias/Alveite	83
3.3.1 Metodologia	83
3.3.2 Traçado e características principais	84
4. A relevância do cicloturismo para diversificar a atividade turística em Góis	93
4.1 Atividades cicláveis: cicloturismo e BTT	93
4.2 Componente ciclável e valorização turística de Góis	99
4.3 Conclusão	112
Referências Bibliográficas	115

PREFÁCIO

Como refere Scott (2021:1), “A mudança climática global representa um grande desafio para a sociedade, que está a influenciar cada vez mais o investimento, o planeamento, as operações e a procura do setor turístico”, sendo que é necessário “(...) preparar o setor para os próximos 30 anos de aceleração dos impactos das mudanças climáticas e da transformação para uma economia global descarbonizada”.

Para além de questões relacionadas com o direito universal ao lazer e ao turismo, a justiça social e territorial dos seus benefícios económicos ou o consumo de recursos naturais não renováveis, é reconhecido, pelo menos nas últimas três décadas, no quadro dos maiores problemas ambientais da atividade turística, a necessidade de alterar de forma drástica os modos de deslocação, com a utilização crescente de transportes públicos e veículos que utilizam energia elétrica ou outra fonte energética obtida através de processos amigos do ambiente em detrimento dos veículos com motor de combustão interna¹, e ainda através do aumento da mobilidade pedestre e ciclável.

Estas preocupações ganharam importância também quer à luz do contexto pandémico que vivemos desde o início de 2020, o qual, não obstante a teia complexa de problemas associados, constitui uma oportunidade para dar mais atenção à sustentabilidade do turismo e adotar uma nova visão para o turismo global com o intuito de “crescer melhor, mais forte e conciliar as necessidades das pessoas, do planeta e da prosperidade” (UNWTO, 2020), quer na perspetiva dos novos compromissos mundiais sobre mudanças climáticas², pois o imperativo de uma trajetória de neutralidade carbónica para limitar o aumento da temperatura média global, representa um desafio enorme para a atividade turística (Gössling & Higgam, 2020).

É neste âmbito e na esfera “do turismo experiencial e imersivo que assumem relevância as atividades pedestres e cicláveis ao ar livre, (...) pelo papel importante a desempenhar na sustentabilidade ambiental e económica do turismo (Sharpley, 2009;

¹ A Comissão Europeia aprovou recentemente uma resolução que impede a comercialização de veículos com motor de combustão interna, a partir de 2035, o que constitui também um enorme desafio para encontrar novas soluções tecnológicas para o previsível crescimento da procura de veículos sem emissões diretas de CO₂.

² No seio da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26), que decorreu em Glasgow, entre 31 de outubro e 13 de novembro de 2021.

Em 2021, “(...) a União Europeia renovou a sua ambição em matéria de clima em consonância com o Acordo de Paris, comprometendo-se a reduzir as emissões em pelo menos 55 % até 2030 e fazendo desta meta uma obrigação legal nos termos da Lei Europeia em matéria de Clima.” (<https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/paris-agreement/cop26/>; acedido em 05/01/2022).

Piket *et al.*, 2013; Hall *et al.*, 2015; Mowforth & Munt, 2016; Fayos-Solà & Cooper, 2019). Caminhar e andar de bicicleta (...) são geralmente reconhecidas como modalidades de lazer e turismo sustentável, bem como geradoras de valor para os destinos (Newsome *et al.*, 2013; Kolodziejczyk, 2019; Svobodova *et al.*, 2019), com benefícios na amplitude da descoberta do território (Davies, 2018; Gómez-Martín, 2019), à revitalização da economia (Weston *et al.*, 2012; Gazzola *et al.*, 2018), passando por oportunidades de aprendizagem e experiências singulares (Moore *et al.*, 2012; Malihah *et al.*, 2014; Volgger, 2020)” (Carvalho, 2021:117). De igual modo, facilitam o contacto com a natureza e podem contribuir para a saúde e bem-estar (Lee *et al.*, 2018; Xiao *et al.*, 2020; Hanan *et al.*, 2021).

Ao fixarmos como matriz de reflexão/fio condutor deste livro o tema “Caminhar, correr e pedalar”, estamos, por um lado, a reconhecer a relevância de atividades recreativas ou turísticas ao ar livre em geral associadas a baixas emissões carbónicas e, por outro, a dar visibilidade a propostas (da nossa autoria) que pretendem contribuir para a diversificação da oferta de lazer e turismo sustentável em territórios de baixa densidade do Centro de Portugal. A perspetiva de análise revela a ênfase da geografia e, por isso, o território emerge no centro da narrativa, como uma janela para a leitura de fenómenos que apresentam uma incontornável dimensão espacial.

A estrutura desta obra e o conteúdo que a materializa compreende quatro capítulos, com enquadramento teórico/concetual e componente aplicada, os quais, por sua vez, decorrem de serviços especializados/consultorias técnico-científicas entre a Universidade de Coimbra (através da Faculdade de Letras) e as Câmaras Municipais de Castanheira de Pera, Góis e Vila Nova de Poiares (Centro de Portugal)), no período de 2017 a 2019, com a coordenação e participação dos autores, tendo como suporte metodológico principal a revisão de literatura científica especializada (estado da arte) e realização de investigação de campo, ou seja, tarefas de recolha, tratamento e análise de diversos tipos de informação considerada relevante para a prossecução dos objetivos de cada um dos projetos.

Espera-se que esta publicação seja útil para o universo de leitores que se reparte, principalmente, entre estudiosos, investigadores, planeadores e gestores, mas não deixa de incluir, de igual modo, todos aqueles cujo interesse reside na oferta e procura de atividades turísticas como as que são objeto de análise na área geográfica por ela abrangida (Figura 1).

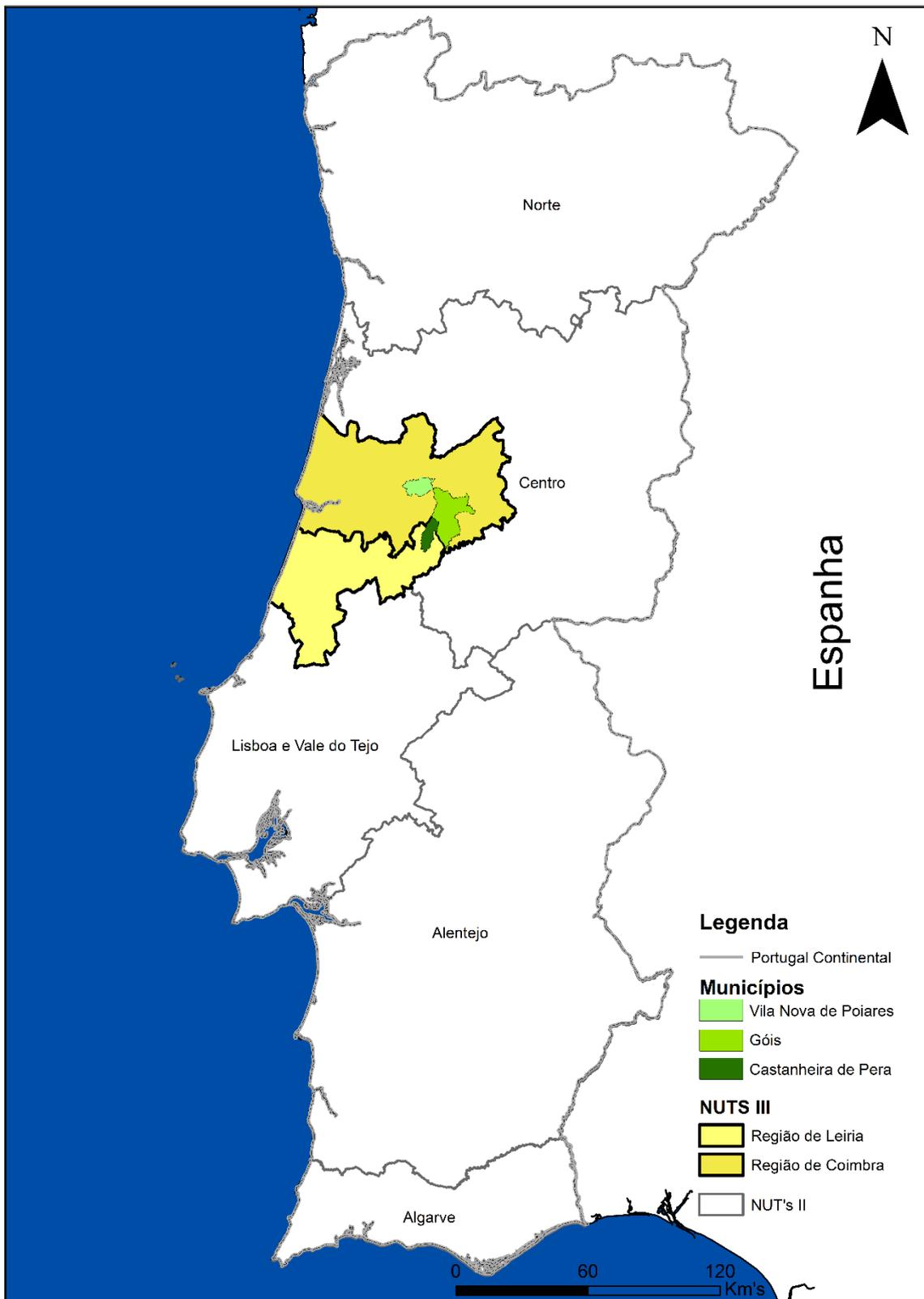


Figura 1. Mapa de localização da área de estudo

Capítulo 1

PERCURSOS PEDESTRES EM CASTANHEIRA DE PERA

1.1 Pedestrianismo e percursos pedestres: lazer e turismo

O pedestrianismo – *walking, hiking, trekking, rambling, randonné*e ou *senderismo* são as expressões recorrentes no contexto internacional – é a atividade de percorrer distâncias a pé (caminhar) em percursos/trilhos sinalizados com um conjunto de marcas (Figura 2) e elementos (Figura 3) para informar, orientar e garantir condições de segurança aos praticantes. De forma complementar, através de diversos suportes de informação/comunicação, são disponibilizados aos pedestrianistas um conjunto de conteúdos com os mesmos objetivos, destacando-se na atualidade o papel de diversas instituições, como, por exemplo, entidades de turismo (nacionais, regionais, municipais), associações de desenvolvimento regional ou local, comunidades intermunicipais e autarquias locais.

Com um significativo desenvolvimento desde o final do século XX, para o qual contribuíram quer características intrínsecas, como, em particular, o reduzido custo para o praticante, o baixo nível de exigência no plano físico, a possibilidade de realização durante a maior parte ou a totalidade do ano e, ainda, o facto de ser acessível para diferentes géneros e classes etárias (Hall & Page, 2006; Pearce & Butler, 2005; Tovar, 2010; Davies, 2018; Munhyang *et al.*, 2019), quer “mudanças económicas, sociais e culturais, em articulação com a promoção da atividade física e o bem-estar”, a par de “um conjunto alargado de intervenções territoriais (revitalização, requalificação, renovação, reabilitação, entre outras)” (Carvalho, 2011:193), com apoio de diversos instrumentos e políticas setoriais de desenvolvimento, na amplitude do turismo ao desenvolvimento rural (Carvalho, 2021), os percursos pedestres apresentam, de igual modo, uma oferta cada vez mais abrangente em termos geográficos, tornando a atividade cada vez mais acessível a um maior número de pessoas (Tovar, 2010).

Ao mesmo tempo, importa mencionar o resultado do esforço de convergência centrado na sinalização *in loco* dos percursos pedestres, para uniformização de marcas e respetiva paleta cromática tanto no plano nacional como na esfera internacional, com evidências incontornáveis em vários países da Europa, o que releva o papel preponderante da *European Ramblers Association* (ERA) e dos seus associados, também na nova geografia dos percursos pedestres do “velho continente”, onde, para além da oferta de cada país (com diferente nível de desenvolvimento), se destaca uma rede de doze

percursos de grande rota, perfazendo aproximadamente 60.000 quilómetros, através de vários países, incluindo Portugal (Figura 4).



Figura 2. Marcas de percursos pedestres (pequena e grande rota) em suporte natural junto à Barragem de Santa Luzia (Pampilhosa da Serra, 09/2021)



Figura 3. Painel de percurso pedestre de pequena rota (Almeida, 05/2021)



Figura 4. GR12/E7 na proximidade das Termas de Monfortinho (01/2021)

“Os territórios de montanha, pela sua especificidade, tiveram e continuam a representar um papel importante no desenvolvimento do pedestrianismo. Os Alpes, os Pirinéus e os Picos da Europa são destinos de referência, com uma ampla oferta de percursos pedestres, com bons suportes de informação, traduzidos em várias línguas, serviços de guia, e estruturas de apoio, como alojamento e abrigos, nas proximidades dos percursos” (Tovar e Carvalho, 2013:415).

De acordo com informação disponível (confirmada por consulta a 09 de julho de 2021) na página web da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP), embora com dados relativos a 21 de dezembro de 2015, esta entidade já homologou 267 percursos pedestres (80% são de pequena rota), o que perfaz 3.760 quilómetros (62% do total correspondem a pequenas rotas), de um total de 802 projetos e 7.952 quilómetros de percursos já registados (envolvendo 207 entidades promotoras e 198 concelhos”) (Carvalho, 2021).

Por outro lado, os percursos pedestres são sinónimo de múltiplas configurações, aceitando-se, como a mais frequente, e sem excluir outros formatos, a dicotomia percursos lineares/abertos (quando começam e terminam em locais diferentes) ou percursos circulares/fechados (os que apresentam início e término no mesmo local); diversidade quanto à extensão e tempo estimado para a sua realização, o que neste particular tem como referência principal trinta quilómetros e um dia de jornada (abaixo e

acima dessa baliza correspondem, em geral, os percursos de pequena e de grande rota, respetivamente); distintos níveis de dificuldade, os quais são avaliados através de sistemas de medição, como, por exemplo, o que é utilizado em Espanha, com base em parâmetros como “a adversidade do meio natural, a dificuldade de orientação no itinerário, o tipo de piso/dificuldade de deslocação e a quantidade de esforço físico” (Oliveira, 2016:v); diversidade de entidades gestoras (com responsabilidade na marcação, sinalização e divulgação dos percursos); variedade de ambientes geográficos, com predomínio de espaços rurais ou montanhosos, em geral com estatuto(s) de proteção ou classificação; associação a formas de dinamização e animação, portanto, de valorização dos percursos pedestres, como os festivais de caminhadas (Carvalho e Alves, 2021); e, nos últimos anos, emergem no contexto de uma oferta vinculada a novos equipamentos/infraestruturas como, por exemplo, as ecopistas (porventura a expressão de maior visibilidade das denominadas *greenways*), os caminhos de fé/peregrinação (Figura 5), e os passadiços, de que resulta, na prática, uma oferta de natureza multimodal, isto é, pode ser realizada a pé, de bicicleta, de patins, de cavalo ou de canoa, entre as atividades mais conhecidas/frequentes – o que contribui, também, para a heterogeneidade e complexidade deste universo (Carvalho, 2021).



Figura 5. Sinalização do Caminho de Fátima e Caminho de Santiago junto às Termas da Piedade (01/2021)

Contudo, os percursos pedestres, para além dos objetivos relacionados em especial com as comunidades locais, podem incluir também a ótica de atração de visitantes, o que conduz a reflexão para o turismo de passeio ou percurso pedestre, o qual é reconhecido como nicho ou segmento do turismo de natureza e está associado a relevantes contributos em domínios como a economia, a promoção territorial e dos recursos ecoculturais, a redução do efeito de sazonalidade do fenómeno turístico, a promoção do bem-estar e hábitos de vida saudável através da atividade física ao ar livre (Carvalho e Alves, 2021).

A dimensão turística é evidente quando os percursos pedestres e as atividades que gravitam à sua volta são o motivo principal de deslocação e estada dos visitantes ou “constituem um complemento – podendo servir de indutor ao desenvolvimento – de outras atividades da oferta turística, em particular nos espaços rurais e naturais (Fennel, 1999; Weaver, 2006; Tovar, 2010; Kastenholz & Rodrigues, 2011; Newsome *et al.*, 2013; Farías & Monserat, 2014)” (Carvalho, 2021:32).

Como reconhece a Organização Mundial do Turismo, “*Walking tourism has a potential to any destination. It can be developed with relatively small investment and in combination with the destination’s unique nature and culture. It can contribute to regional development through provision of job and business opportunities. In order to successfully develop it and maximize the local benefits from it, partnership and support of local stakeholders are crucial*” (UNTWO, 2019:5). Apesar da possibilidade de desenvolver este segmento do turismo numa matriz de grande abrangência territorial, é fundamental para um destino analisar o seu potencial, dependendo dos seus objetivos e segmentos-alvo (UNWTO, 2019), o que constitui o *leitmotiv* para o aprofundamento desta temática através do exemplo de Castanheira de Pera.

Em síntese, as atividades de pedestrianismo são um mercado de enorme potencial e uma oportunidade para criar benefícios económicos e para promover o bem-estar dos moradores; complementam outros segmentos de turismo (como, por exemplo, agroturismo, enoturismo) ou podem constituir um produto autónomo com uma oferta diversificada (desde passeios pedestres a festivais de caminhadas); permitem que os visitantes se envolvam mais diretamente com as comunidades residentes, a natureza e a cultura; constituem um meio de revelar e conhecer paisagens cujo valor em termos de estética e património as tornam dignas de uma visita e preservação (como áreas com estatuto(s) de proteção ou classificação); sem esquecer que uma das chaves da sua popularidade decorre das necessidades dos viajantes de atividades físicas e saudáveis

durante as suas viagens ou do crescente número de pessoas que preferem férias ativas (UNWTO, 2019).

1.2 Retrato territorial e situação dos percursos pedestres

1.2.1 Traços de uma geografia singular

O Município de Castanheira de Pera corresponde ao limite nordeste da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (Figura 1) e está localizado no coração da Serra da Lousã. Embora com predomínio de litologia xistosa, Castanheira de Pera tem a particularidade de apresentar uma pequena mancha de granito junto aos Coentrais, a qual imprime traços singulares à paisagem, tal como o arvoredo que cobre o setor de maior altitude, a norte (no contacto com Lousã), e na transição para a vila homónima e sede de município, a sul, acompanhando o curso da ribeira de Pera, com exemplares notáveis quer de cedro-do-atlas (*Cedrus atlantica*), pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*), pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*), quer de castanheiro (*Castanea sativa*), carvalho-alvarinho (*Quercus robur*), carvalho-português (*Quercus faginea*), sobreiro (*Quercus suber*), respetivamente, que, a par da ocorrência de espécies como o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*), contribuiu para a sua integração na Rede Natura 2000, através do sítio Serra da Lousã (PTCON0060).

Por outro lado, são evidentes em Castanheira de Pera vários problemas estruturais que marcam a evolução da maioria dos espaços rurais e montanhosos portugueses, a saber: declínio e envelhecimento acelerado da população; despovoamento; fragilidade da estrutura de povoamento e da rede urbana; decréscimo da população ativa; redução do número de efetivos e do contributo dos setores primário e secundário para a produção de riqueza; abandono da paisagem agrossilvopastoril; escassez de atores institucionais; alteração progressiva do espaço florestal, com expansão (descontrolada) da área ocupada por eucalipto e difusão de espécies invasoras, em particular a acácia mimosa (*Acacia dealbata*), coincidindo, no essencial, com o espaço afetado pelo grande incêndio que deflagrou em 17 de junho de 2017, com origem em Pedrógão Grande, tendo causado, em diversos municípios, avultados prejuízos materiais (cerca de meio milhar de habitações e meia centena de empresas foram afetadas) e vítimas humanas (66 mortes – das quais 47 ocorreram na Estrada Nacional 236-1, entre Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera, e mais de 250 feridos).

A expansão do setor terciário, em particular os subsectores relacionados com os serviços, serve de referencial para sublinhar que o turismo configura uma oportunidade

para promover iniciativas de desenvolvimento através de produtos diferenciados e sustentáveis. Porém, a oferta de lazer e turismo deste concelho tem estado bastante vinculada ao complexo turístico da Praia das Rocas³, o qual desde a abertura ao público, em meados de 2005, assumiu enorme relevância no fluxo de visitantes, com uma média anual superior a 100 mil entradas até 2019. A par do reconhecimento da relevância geográfica de Castanheira de Pera – através de ícones como a ribeira de Pera, o Poço Corga, os Poços da Neve, a Capela de Santo António da Neve, as aldeias do Coentral, o património industrial dos lanifícios e o núcleo histórico da vila –, estiveram na génese da apresentação e aprovação de propostas de trabalho, em 2017, rumo a uma nova visão sobre o turismo e o lazer de Castanheira de Pera, com base na diversificação e complementaridade da oferta, bem como na integração em redes de produtos e marcas de prestígio como é o caso das Aldeias do Xisto (Carvalho e Alves, 2017a).

1.2.2 Análise dos percursos pedestres

Os percursos pedestres são um elemento nuclear desta nova perspetiva para Castanheira de Pera, na medida em que configura uma oportunidade para valorização e integração das paisagens associadas à ribeira de Pera, em particular a montante da Praia das Rocas (e da vila), pela importância dos seus elementos patrimoniais (naturais, culturais e paisagísticos), na oferta estruturada de lazer e turismo direcionado aos segmentos com maior ligação à natureza e cultura.

Para o desenvolvimento deste trabalho adotaram-se duas orientações fundamentais. Em primeiro lugar, procede-se a uma análise profunda à oferta existente, nos seus múltiplos domínios: traçados, conteúdos informativos, sinalética, estado de conservação das marcas de sinalização dos trilhos, elementos diferenciadores, pontos de interesse, formas de valorização, entre outros. Numa segunda etapa, e após ponderação das variáveis anteriormente mencionadas, apresenta-se um conjunto de propostas para a reorganização da rede de percursos pedestres de Castanheira de Pera.

A análise prévia da realidade instalada permitiu identificar três percursos pedestres e algumas evidências sobre a existência de outros dois, embora com diversas

³ O empreendimento turístico da Praia das Rocas ocupa uma área de aproximadamente 10 Ha e engloba diversas valências, como uma marina (onde estão atracados alguns barcos), uma piscina circular, uma ilha, um setor de bungalows, serviços de restauração/cafetaria, serviços de animação turística (passeio em barco a remos ou em gaivota, escalada, *slide*, *rapel*, entre outras atividades), uma albufeira a montante das piscinas e, a maior atração, uma piscina de ondas artificiais (Carvalho, 2012) – com 2100 m², é considerada a maior do país.

fragilidades estruturais, nomeadamente quanto à marcação, divulgação e comunicação, o que, até certo ponto, explica a ausência de informação sobre Castanheira de Pera no registo nacional sobre percursos pedestres da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (última consulta a 31 de dezembro de 2017).

No plano metodológico, os trabalhos conducentes à análise da rede de percursos pedestres de Castanheira de Pera desenvolveram-se em quatro fases fundamentais. Numa primeira etapa, a equipa do projeto realizou os percursos, tendo como suporte de informação os dois folhetos disponíveis (a 22 de setembro de 2017) no *site* da Câmara Municipal. Concluída a verificação dos trilhos existentes, procedeu-se a uma análise crítica da estruturação da oferta e da sua aplicação no terreno (sobretudo ao nível da sinalização dos caminhos). Numa terceira etapa, os dados da oferta disponível foram cruzados com a informação recolhida através de imagens de satélite para o território em estudo, com o objetivo de otimizar os percursos, evitar redundâncias quando dois ou mais percursos se cruzam, criar opções para variantes que permitam encurtar/diversificar a oferta, explorar unidades de paisagem pouco valorizadas, e definir as necessidades de recuperação dos caminhos e/ou de limpeza. A última etapa, culminou com várias sessões de trabalho de campo para reconhecimento dos percursos nas versões propostas, para contabilização das necessidades de marcação (em suporte natural e/ou através de balizas), georreferenciação de dados diversos (pontos de interesse, traçados, perfis altitudinais, marcas artificiais, painéis de início/fim dos percursos, leitores de paisagem, áreas de intervenção/manutenção prioritárias, entre outros) e respetiva orçamentação para futura implementação (Carvalho e Alves, 2017a).

1.2.2.1 PR1 CPR – Rota dos Coentrais

De modo mais detalhado, para uma adequada compreensão do trabalho desenvolvido e das propostas apresentadas tendo em vista a valorização e dinamização dos percursos pedestres de Castanheira de Pera, importa explicitar que o PR1 CPR – Rota dos Coentrais é um percurso pedestre de pequena rota, circular, com uma extensão de 4,3 quilómetros. Com início e fim no Coentral Grande, a Rota dos Coentrais permite o contacto com um dos mais notáveis refúgios da floresta nativa da Serra da Lousã. Desenvolvendo-se ao longo das ribeiras das Quelhas, Coentral Grande e Cavalete, o percurso é uma oportunidade para conhecer paisagens com folhosas autóctones ou naturalizadas como, por exemplo, carvalhos (*Quercus robur*), castanheiros (*Castanea sativa*), cerejeiras (*Prunus avium*), com exemplares de porte monumental, seculares,

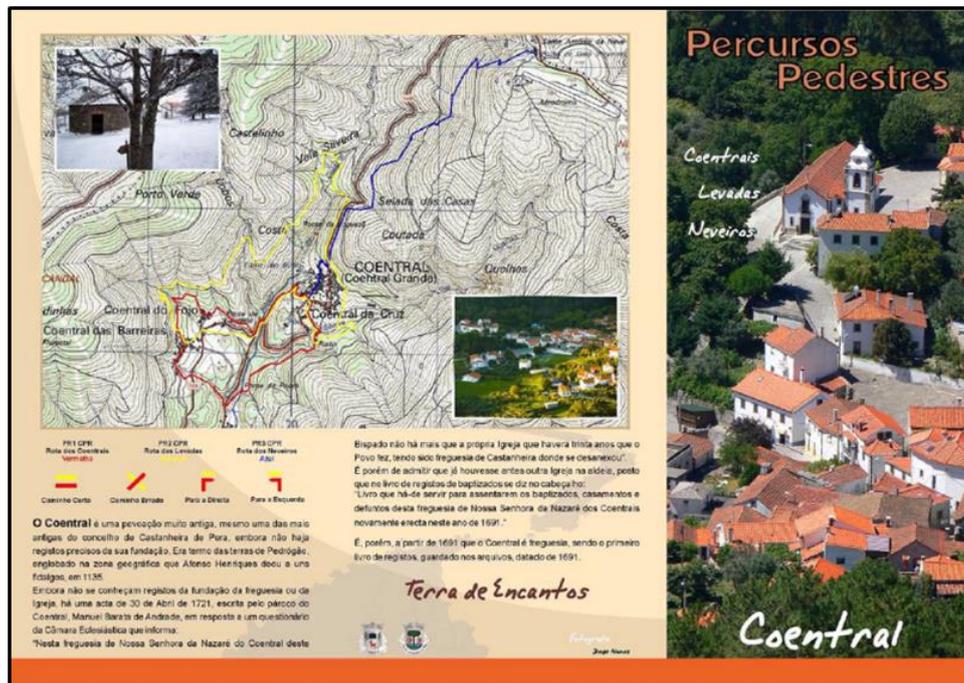
embora pontualmente ameaçadas pela dispersão de plantas invasoras (nomeadamente *Acacia dealbata*) na ligação entre os Coentrais (Coentral Grande, Coentral das Barreiras e Coentral do Fojo). Percorrendo caminhos empedrados ou trilhos em terra, os muros de delimitação apresentam o granito na sua forma mais primitiva, em diversos trechos coberto de musgo (Figura 6), numa paisagem única na Serra da Lousã, acompanhados pelo som da água que corre nas ribeiras, com destaque para a imponência das cabeceiras da ribeira das Quelhas. Destacamos, de igual modo, o vasto património cultural dos Coentrais, no qual se evidenciam diversas construções primitivas, como as pontes e os muros de pedra, mas também o casario, numa tela singular que reflete os marcos principais da evolução histórica da ocupação e organização espacial: da pastorícia à indústria, bem como a igreja de Nossa Senhora da Nazaré (Coentral Grande) e alminhas.



Figura 6. Trecho do PR1 CPR – Rota dos Coentrais (11/2017)

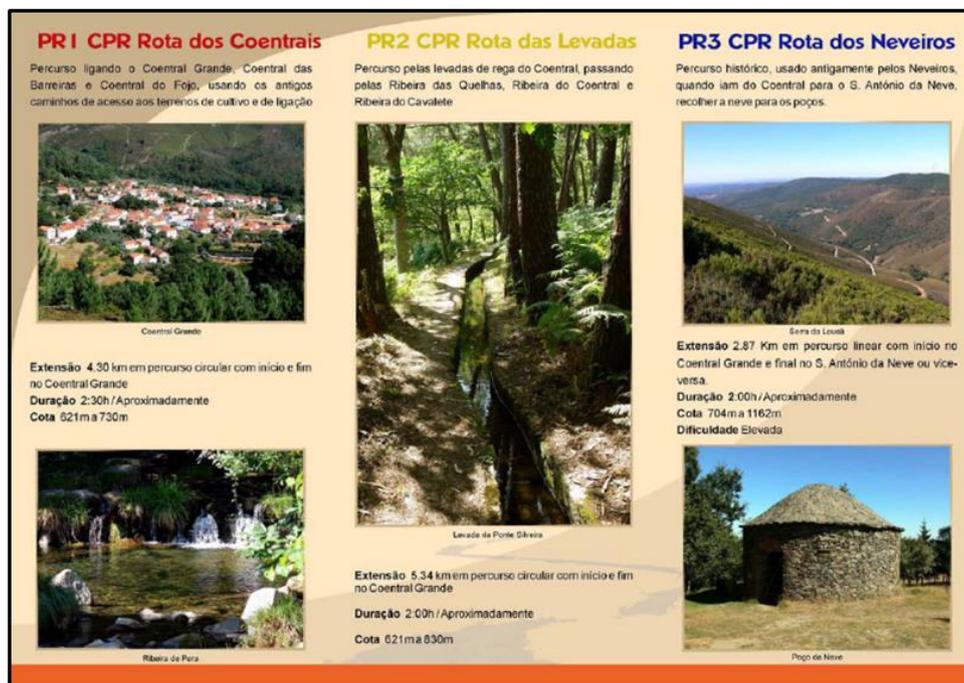
Tal como nos demais percursos pedestres (PR2 e PR3), este trilho apresenta um folheto com escassa informação (Figuras 7 e 8), sem indicação e valorização dos pontos de interesse da rota indicada (quer em texto como na cartografia), base cartográfica desatualizada, ausência de contactos e informações úteis (contactos de emergência, alojamento, restauração, entre outros), sem indicação do perfil altimétrico do percurso e inexistência de informação quanto ao estado de homologação do traçado. Nesta ótica, para além de conceder aos percursos uma imagem pouco apelativa, não fornece informação suficiente para que os pedestrianistas possam avaliar o potencial interesse de

cada percurso. Cada trilho deve ter um folheto próprio, com informações específicas e individualizadas, de modo a permitir a utilização por parte de públicos heterogêneos.



Fonte: http://www.cm-castanheiradepera.pt/images/upload/pdf-files/flyer_coentral.pdf

Figura 7. Folheto (parte exterior) dos percursos pedestres de Castanheira de Pera



Fonte: http://www.cm-castanheiradepera.pt/images/upload/pdf-files/flyer_coentral.pdf

Figura 8. Folheto (parte interior) dos percursos pedestres de Castanheira de Pera

Esse folheto, ou desdobrável, deverá incluir as seguintes informações: duração, distância, grau de dificuldade, época do ano recomendada, recomendações, breve descrição do traçado (destacando os elementos diferenciadores do património natural e cultural), mapa do percurso, informações úteis (alojamento, restauração, pontos de interesse, entre outros), contactos úteis, normas de conduta, guia de sinalética, identificação dos promotores, indicação da fase do processo de homologação em que este se encontra.

Numa outra vertente, no que diz respeito à sinalização do percurso pedestre no terreno, verificamos que esta é escassa, por vezes confusa, evidenciando a falta de manutenção do mesmo, nomeadamente através de inúmeras marcas que indiquem os caminhos de forma adequada (caminho certo, caminho errado, viragem à esquerda e viragem à direita). Neste domínio, reconhecemos outras marcas cuja tinta se encontra desgastada (e pouco visível), coberta por musgos, ou cujos postes (balizas) em que estas foram pintadas como suporte se encontram derrubadas (Figura 9), e muitas delas com a base degradada, com a madeira apodrecida.



Figura 9. Sinalética a necessitar de manutenção no PR1 CPR – Rota dos Coentrais (11/2017)

Da mesma forma, o painel de início/fim dos percursos pedestres encontra-se deteriorado (Figura 10), com reduzida possibilidade de leitura, em resultado do “desgaste” da informação nele contida, o que, associado à generalizada fraca qualidade de marcação dos trilhos, não contribui para a orientação dos pedestrianistas.

Podemos tomar como exemplo primordial o ponto de início dos três trilhos indicados no painel situado no Coentral Grande. Partindo do princípio de que cada percurso pode ser realizado em dois sentidos (horário e anti-horário), independentemente do sentido aconselhado no painel e/ou folheto de cada um, no local de partida dos referidos troços, é possível considerar, pelo menos, três direções distintas, sem que nenhuma delas esteja devidamente assinalada com placas direcionais. Acresce ainda, a coincidência de marcação e de placas a indicar o “Percurso Pedestre Camelo” e o “Percurso Pedestre Quelhas” (Figura 10), no mesmo local, sem que este esteja referenciado no painel dos percursos pedestres. Estes elementos, conjugados entre si, para além de transmitirem informação incompleta, comunicam, de igual modo, de forma contraditória, podendo causar desorientação nos praticantes e, em última instância, uma experiência negativa percebida pelo contacto com estes componentes.

Destacamos, por fim, a necessidade de manutenção (limpeza e arranjos) numa pequena parte do traçado, na ligação entre o Coentral do Fojo e até bem próximo da estrada asfaltada (perto da Ponte de Cavalete), numa ligação não superior a 100 metros.



Figura 10. Painel inicial dos percursos pedestres (PR 1, 2 e 3) e conjunto de placas direcionais (11/2017)

1.2.2.2 PR2 CPR – Rota das Levadas

O PR2 CPR – Rota das Levadas é um percurso pedestre de pequena rota, circular, com uma extensão de 5,34 quilómetros, com início e fim no Coentral Grande. A âncora

da sua narrativa é uma das dimensões mais relevantes e fundamentais para a fixação do ser humano nestes territórios serranos: abundância de água, disponibilidade de terrenos (férteis) para agricultura e condições para o desenvolvimento da pastorícia. Este trilho permite compreender os alicerces mais arcaicos da geoeconomia rural (agricultura, pastorícia e silvicultura). Desenvolvendo-se ao longo das ribeiras das Quelhas, de Coentral Grande e de Cavalete, percorre paisagens compostas por folhosas autóctones ou naturalizadas como carvalhos (*Quercus robur*), castanheiros (*Castanea sativa*), cerejeiras (*Prunus avium*), algumas de porte monumental, e pinhais (*Pinus pinaster*) entre outros, na ligação entre os “Coentrais” com passagem por Vale Silveira. Caminhando ao longo da levada (Figura 11) ou através de estrada florestal em terra batida (este último na ligação entre Vale Silveira e Coentral do Fojo), os muros de delimitação dos caminhos e dos terrenos de cultivo apresentam o granito em alternância com o xisto (em maioria neste setor), sempre acompanhados pela água que corre nas ribeiras ou nas levadas que percorrem vários quilómetros entre as linhas de água principais e os lugares. Na paisagem destaca-se a imponência da bacia de receção da ribeira das Quelhas.



Figura 11. Trecho do PR2 CPR – Rota das Levadas (12/2019)

Tal como os demais (PR1 e PR3), este trilho dispõe de um folheto com escassa informação (Figuras 7 e 8). Assim, as considerações elencadas na análise ao percurso pedestre PR1 CPR – Rota dos Coentraís aplicam-se, da mesma forma, a este trilho, quer no que concerne ao folheto, como ao painel de início/fim do trilho e às necessidades de

ajustes do sistema de orientação e informação do traçado, entre os quais através da necessidade de utilização de placas direcionais.

A sinalização do percurso pedestre, *in situ*, apresenta problemas análogos aos que foram identificados na leitura do percurso anterior, a que acresce troços cuja preparação não terá sido a mais adequada, como a falta de uma passagem em ponte sobre a ribeira das Quelhas, num dos setores do percurso pedestre, que sem a existência de um aviso prévio de interdição de acordo com o caudal da linha de água, pode colocar os utilizadores em risco.

Embora se considere o traçado proposto relevante no quadro da oferta de pedestrianismo em Castanheira de Pera, devemos reconhecer que existe alguma redundância paisagística e patrimonial, sobretudo com o percurso pedestre PR1 CPR – Rota dos Coentrais com o qual, aliás, coincide numa parte significativa. Ainda assim, consideramos que a ligação das levadas é fundamental na oferta do território, pelo que será incluída nas propostas apresentadas mais à frente.

Tal como sucede no ponto de partida dos três trilhos indicados no painel situado no Coentral Grande, no caso do PR 2 CPR – Rota das Levadas, existem três interseções com outros percursos pedestres (PR1 e PR3), sem que no local de cruzamento entre eles existam placas direcionadas que, de forma adequada e clara, possam orientar os utilizadores sobre qual a direção de cada um deles, como se pode demonstrar no exemplo da Figura 12 (a e b), que representa parte da estrutura que deveria estar presente *in situ*.



Figura 12. Exemplo de local com ausência de marcação (a), em contraponto com a necessidade efetiva (b) na Rota das Levadas

1.2.2.3 PR3 CPR – Rota dos Neveiros

O PR3 CPR – Rota dos Neveiros é um percurso pedestre de pequena rota e traçado linear; apresenta uma extensão de 2,87 quilómetros, com início proposto no Coentral Grande e término no Santo António da Neve.

Este percurso é de elevada relevância para Castanheira de Pera bem como para o conjunto da Serra da Lousã, fruto de uma atividade (recolha, armazenamento e transporte de gelo) que se desenvolveu em poucos locais em Portugal. O percurso pedestre PR3 CPR – Rota dos Neveiros convida a percorrer o trilho que, noutros tempos, os neveiros calcorreavam para recolher neve para os poços que se encontram no Santo António da Neve (outrora designado Cabeço do Pereiro). Desde a Casa dos Neveiros, no Coentral Grande, o trajeto percorre o lugar até alcançar o empedrado que, por entre muros em granito e xisto, sobe este setor da Serra da Lousã, no contacto com alguns conjuntos ou espécimes individuais de folhosas nativas (ou naturalizadas) como carvalhos (*Quercus robur*) e castanheiros (*Castanea sativa*), de porte monumental, e resinosas como pinhais (*Pinus pinaster*), permitindo uma vista panorâmica privilegiada sobre o Vale Silveira. Após passagem por uma ermida (“Almas Cimeiras”) o trilho avança, sobretudo, por entre matos, entre os quais predominam urzes (*Erica cinerea*) e carquejas (*Pterospartum tridentatum*). A parte final do percurso revela alguns núcleos de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e junto à chegada é visível o majestoso núcleo de carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) e cedro do Atlas (*Cedrus atlantica*), a que se juntam pilriteiros (*Crataegus monogyna*), pseudotsugas (*Pseudotsuga menziesii*) e lariços (*Larix decidua*), entre outras. Presença incontornável, considerando a temática que orienta este trilho, é o conjunto de poços da neve (Figura 13), acompanhados da capela, cuja data de edificação remonta a 1786.



Figura 13. Poço da neve e capela dedicada a Santo António, no Cabeço do Pereiro (11/2017)

Como acontece nos demais percursos (PR1 e PR2), este trilho apresenta um folheto com escassa informação (Figura 8). Assim, as notas de observação referidas na análise ao percurso pedestre PR1 CPR – Rota dos Coentrais e PR2 CPR – Rota das Levadas aplicam-se, da mesma maneira, a este trilho, quanto ao folheto, ao painel de início/fim do trilho e às necessidades de ajustes do sistema de orientação e informação do traçado, entre os quais através da necessidade de utilização de placas direcionais.

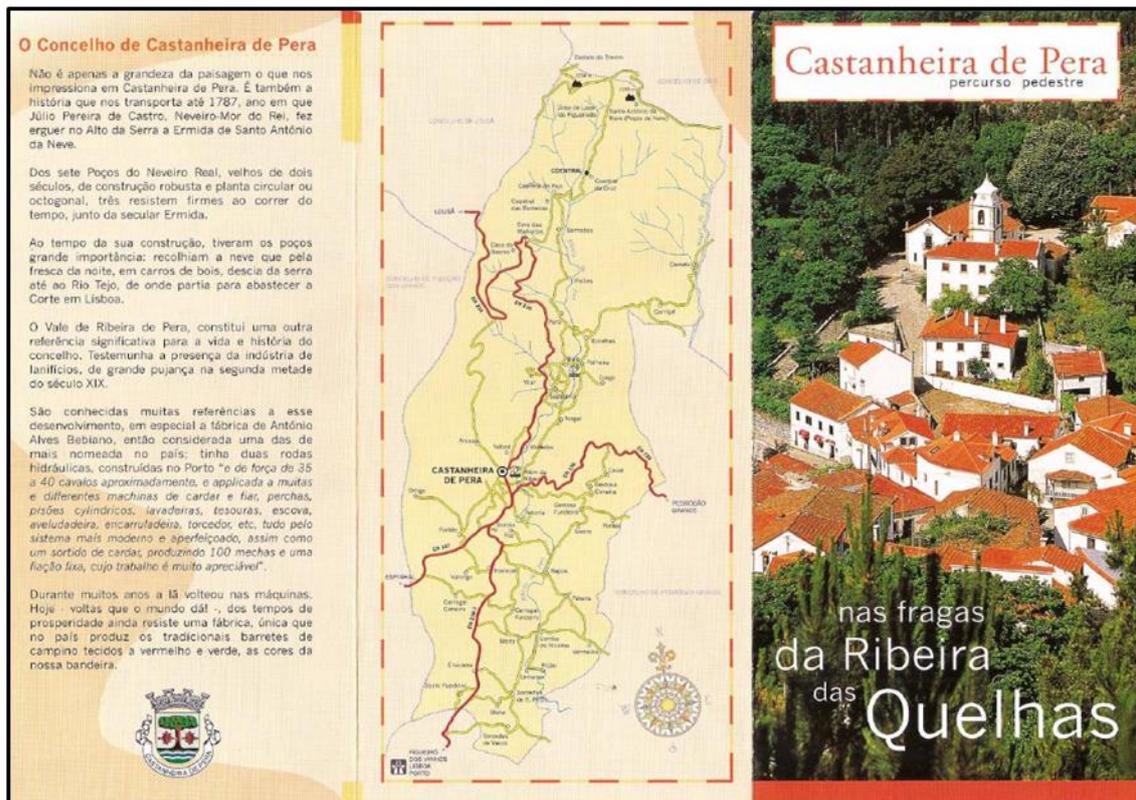
No que diz respeito à sinalização do percurso pedestre, *in situ*, podemos concluir que esta é insuficiente, embora menos confusa do que os outros dois trilhos (uma vez que, grande parte do traçado se desenvolve em caminho de carreteiro, estreito e sem possibilidades de desvio para outros caminhos), evidenciando a falta de manutenção do mesmo, nomeadamente através de inúmeras marcas que indiquem os caminhos de forma adequada. No mesmo sentido, são os problemas com as marcas e os postes, a par de sinalética direcional destruída ou em elevado estado de degradação (Figura 14).



Figura 14. Exemplo de sinalética degradada na Rota dos Neveiros (11/2017)

1.2.2.4 Outros trilhos

A pesquisa realizada, com especial foco na *internet* (página da Câmara Municipal de Castanheira de Pera e *sites* da especialidade) revela a oferta de dois percursos pedestres para além dos três trilhos sinalizados e analisados anteriormente. Um deles é um percurso informal, ou uma sugestão de percurso, intitulado “Nas Fragas da Ribeira das Quelhas” – o qual apresenta um folheto (Figura 15), a par de dois documentos descritivos que se encontram disponíveis no *site* do Município de Castanheira de Pera – com uma extensão de cerca de cinco quilómetros, cuja marcação física no terreno não existe, com exceção de uma placa em madeira (Figura 16).



Fonte:
http://www.walkingportugal.com/z_distritos_portugal/Leiria/Castanheira_de_Pera/CPR_pr4_nas_fragas_da_ribeira_das_quelhas_folheto

Figura 15. Folheto (parte exterior) do percurso pedestre “Nas Fragas da Ribeira das Quelhas”

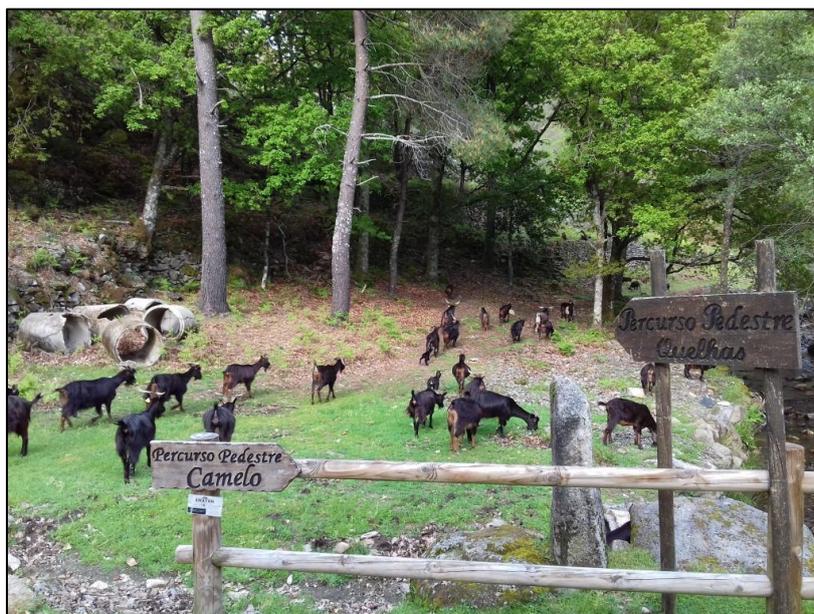


Figura 16. Placa com indicação do “Percurso Pedestre Quelhas” (05/2018)

Noutra vertente, o trabalho de campo, revelou a existência de um outro traçado, de forma linear, entre Coentral Grande e Camelo, designado “Percurso Pedestre Camelo”, do qual existem alguns vestígios de marcação no território (em número muito reduzido), mas sem informação em painel de início/fim de percurso, bem como de folheto ou informação disponível *online*, nem na página do Município nem em qualquer outro *site*, e cujo caminho se encontra intransitável em alguns setores (Figura 17).



Figura 17. “Percurso Pedestre Camelo”, junto ao Coentral Grande, coberto de mato (intransitável) (11/2017)

1.3. Reestruturação e valorização da rede de percursos pedestres

Quanto às soluções preconizadas para a reorganização da oferta de percursos pedestres, foi reconhecido o interesse em manter o percurso linear dedicado aos antigos neveiros (desde o Coentral Grande ao Santo António da Neve), com reforço da sinalização e sugestão de novos suportes de divulgação, tal como o percurso circular junto ao Coentral, com pequenas modificações. Por outro lado, recomenda-se a criação de um novo percurso, o qual aproveita de forma parcial o traçado das levadas, para assumir uma maior extensão e valorizar as paisagens elevadas circundantes ao Coentral e os contextos cenográficos ou horizontes associados.

1.3.1 PR1 CPR – Rota dos Coentraís

Com efeito, considerando a relevância e pertinência do percurso PR1 CPR – Rota dos Coentraís, é proposta a sua continuidade na oferta da rede de percursos pedestres do

concelho de Castanheira de Pera, com pequenos ajustes, de acordo com o traçado apresentado na Figura 18. Como tivemos oportunidade de mencionar, trata-se de um percurso de excelência, que dá a conhecer um refúgio relevante da floresta nativa da Serra da Lousã, repleta de folhosas autóctones como carvalhos (*Quercus robur*), castanheiros (*Castanea sativa*), cerejeiras (*Prunus avium*), entre outros, alguns deles seculares e de porte monumental, pontualmente ameaçadas pela dispersão de plantas invasoras (nomeadamente *Acacia dealbata*).

Carece, como os demais, de reforço da sinalética bem como de uma ação de remarcação de todo o traçado, sendo que a proposta consiste em manter o ponto de início/fim do percurso pedestre (recomendado), no Coentral Grande, ao fundo da escadaria da Igreja de Nossa Senhora da Nazaré.

Em relação às necessidades de manutenção (limpeza e arranjos), reportamos uma pequena parte do traçado, na ligação entre o Coentral do Fojo e até bem próximo da estrada asfaltada (perto da Ponte de Cavalete), numa ligação não superior a 100 metros.

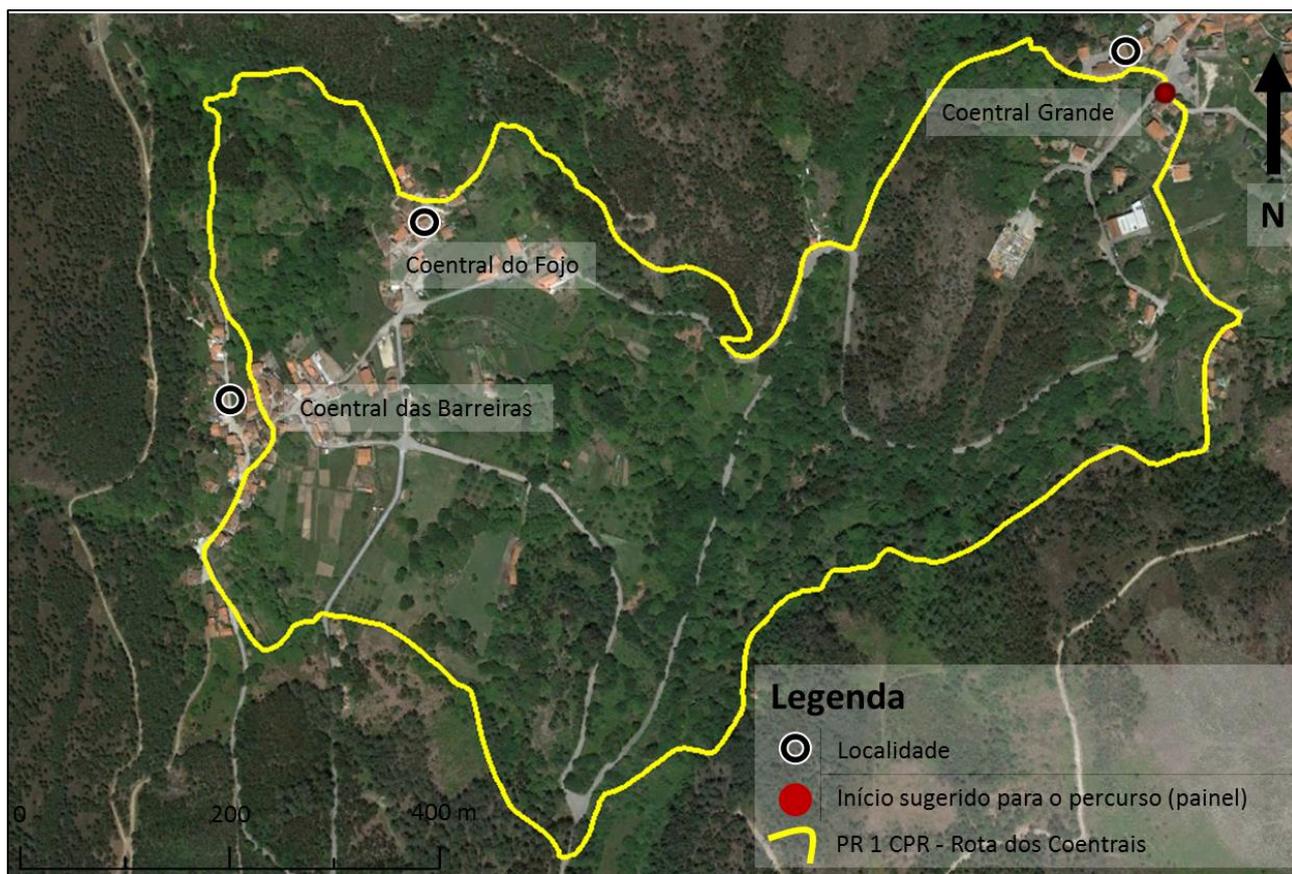


Figura 18. Traçado proposto para o trilho PR1 CPR – Rota dos Coentrais

Assim, a proposta de reestruturação do trilho PR1 CPR – Rota dos Coentrais, configura a manutenção/remarcação de um percurso pedestre de pequena rota, circular, com uma extensão de 3,73 quilómetros, com início e fim no Coentral Grande. Sugerimos a criação de um folheto (como o que consta na Figura 19), dedicada em exclusivo a este percurso pedestre, bem como de um painel, nos mesmos moldes, semelhante com as especificações da Figura 20 (a,b).

PR2 LSA Caminho do Xisto da Lousã 2
Rota das ALDEIAS DO XISTO da LOUSÃ

Informações
EXTENSÃO
 3,73 Km
TEMPO
 3h 00 min
TIPO DE PERCURSO
 circular
ALTITUDE MÁXIMA
 420 m
ALTITUDE MÍNIMA
 223 m

Orientação
 caminho reto, caminho errado, virar à esquerda, virar à direita

Indicações Gerais
 Seguir apenas pelo trilho sinalizado. Evitar fazer ruídos desnecessários. Observar a fauna sem perturbá-la; Não danificar a flora; Não deixar lixo ou outros vestígios da sua passagem; Não fazer lume; Não recolher amostras de plantas ou rochas; Ser atencioso com as pessoas que encontrar no local.

Contactos Úteis
 505 Entregueira: 112, 505 Foneiros: 117
 Informação ambiental: 800 20 31 43
 CNR de Lousã: 239 99 52 56
 Bombeiros Municipais de Lousã: 239 99 05 30
 Centro de Saúde de Lousã: 239 99 51 02
 Posto de Turismo de Lousã: 239 99 03 76
 Museu de Arte e Arqueologia: 919 06 44 92
 Município de Lousã: 239 99 03 70
 Junta de Freguesia de Lousã: 239 99 83 06
www.afinaldaousa.pt

Artisanato
 Talasnal, Casal Novo e Chiqueiro

Gastronomia
 Magu, ou afonensado, salpicão alentejano, Lúcio, Serrão, Maf de uivo, Serrão, de mel, Serrão.

Património Natural
 A Serra de Lousã alberga comunidades vegetais e animais raríssimas em termos de biodiversidade e conservação da natureza incluídas em Directiva Nacional e Internacional, que as protegem integralmente, bem como as áreas habitadas, Desconhecidas, a feneção, o sarrão, o malvaço, a salastandea-lusitânica, o lagar-de-água, a regorda-pena, o varzeado-capado, o guarda-vivo e a tomeia. Apesar da grande maioria da serra de Lousã ser classificada pela legislação portuguesa como área protegida nacional, podemos encontrar áreas protegidas de nível internacional, o vale do rio de Lousã, que foi declarado em 1996, e que apesar de não estar totalmente protegido e controlado, oferece um ambiente único e raro.

Fonte: www.cm-lousa.pt/Download.aspx?x=d8a588ce-0885-4427-9e7d-5eef89f9977c

Figura 19. Folheto do percurso pedestre PR2 LSA – Caminho do Xisto da Lousã 2



Fonte: <http://www.floema.pt/index.php/item/painel-informativo>

Figura 20. Exemplo de painel informativo/início de percurso pedestre (a); estrutura/especificações de painel informativo/início de percurso pedestre (b)

O traçado apresenta um desnível acumulado de 223 metros, variando entre uma altitude máxima de 734 metros e uma altitude mínima de 624 metros (Figura 21).

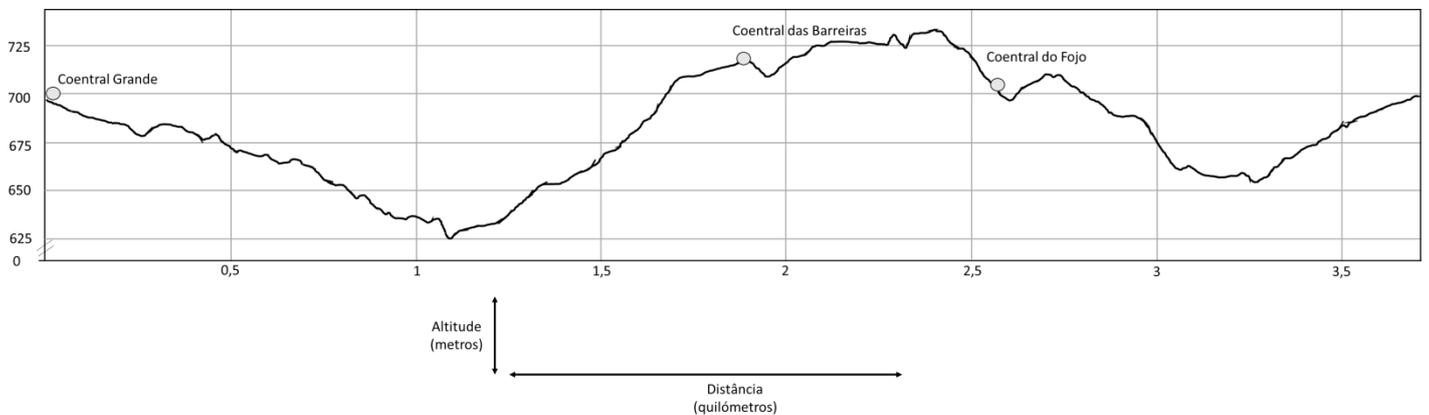


Figura 21. Perfil topográfico do percurso pedestre PR1 CPR – Rota dos Coentrais

No que concerne ao piso predomina o suporte de terra (74,9%), sendo 46,99% em carreiro e 27,91% em estradão (caminho florestal). O restante pavimento, inclui 18,4% em calçada e 6,7% em asfalto.

Em marcha contínua, sem paragens, estimamos que este percurso tenha uma duração média de duas horas.

Classificando o seu grau de dificuldade, através da escala de classificação MIDE (“*Método de Información de Excursiones*”) adaptada, consideramos as seguintes ponderações: Meio – 2; Itinerário – 2; Progressão – 2; Esforço – 2.

Ao longo do percurso, para além das múltiplas paisagens e elementos singulares já descritos, consideramos pertinente a identificação de sete pontos de interesse que, pela sua singularidade ou curiosidade que podem suscitar, identificamos na Figura 22.

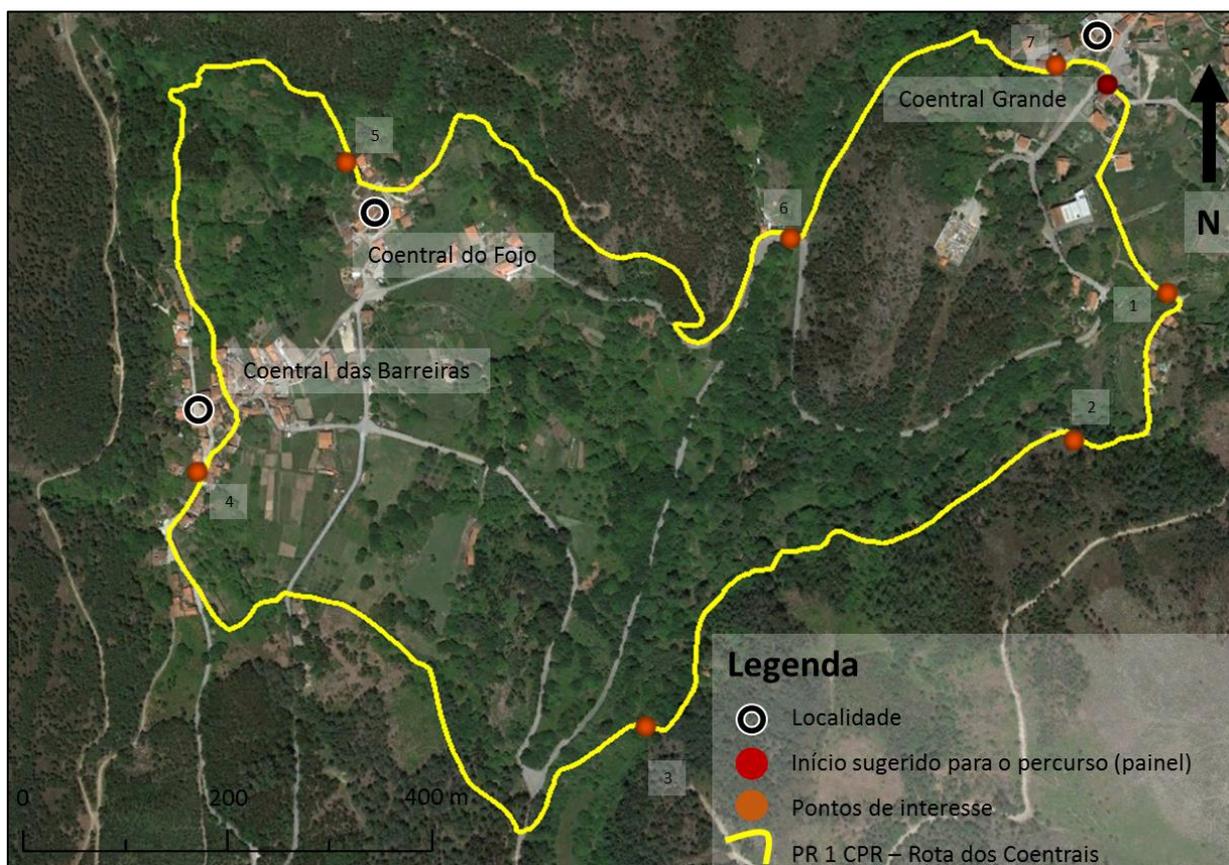


Figura 22. Pontos de interesse do percurso pedestre PR1 CPR – Rota dos Coentrais: 1- Fontenário; 2- Alminha; 3- Ponte de Pedra; 4- Fontenário; 5- Arvoredo Monumental; 6- Ponte de Cavalete; 7- Igreja de Nossa Senhora da Nazaré

Quanto à época aconselhada para a realização deste percurso pedestre, consideramos que este pode ser realizado em qualquer período do ano. No entanto, recomenda-se mais cuidado em condições de precipitação, pois o piso torna-se escorregadio em alguns setores, aumentando a exposição ao risco na progressão.

Sugere-se a realização do percurso em sentido horário, não obstante as condições permitem que se possa realizar em ambos os sentidos, sem alterações dos perfis e grau de dificuldade.

Tendo presente as condições favoráveis ao desenvolvimento do coberto vegetal (sobretudo subarbustivo), e ao normal desgaste das marcações efetuadas em elementos naturais (pedras, árvores, entre outros), aconselhamos à realização de duas ações de verificação por ano (maio e novembro), para limpeza, reparação do trilho e reposição de marcas e sinalética.

As necessidades de marcação do percurso pedestre, na versão proposta, devem seguir as normas para implantação e marcação de percursos pedestres da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, de acordo com o regulamento – tal como se verificam no terreno, embora em número insuficiente.

1.3.2 PR2 CPR – Rota da Água e da Pedra

Considerando a análise já apresentada para a Rota das Levadas, e reconhecendo interesse no traçado proposto, estamos em crer que a redundância paisagística e patrimonial, sobretudo com o percurso pedestre PR1 CPR – Rota dos Coentrais, com o qual, aliás, coincide numa parte considerável, é fator crucial para que possamos apontar como oportuna a sua reformulação, mantendo e valorizando as suas singularidades (sobretudo a ligação ao Vale Silveira e à rede de levadas), em articulação com outras unidades de paisagem, nomeadamente os granitos e as cabeceiras da ribeira das Quelhas. Da mesma forma, alertamos para a relativa instabilidade da estrutura da levada situada à chegada do Coentral do Fojo, com partes do assentamento das manilhas a registarem pequenas derrocadas que, com a utilização do caminho, pode colocar em risco a estrutura bem como os utilizadores.

Assim, para além de dar a conhecer e percorrer uma das dimensões mais importantes e fundamentais para o enraizamento dos povoados nestes territórios: a disponibilidade de água (rede hidrográfica), este trilho permite compreender a base da economia agrossilvopastoril, para além de outros elementos já evidenciados.

Porém, a articulação sugerida com o setor oriental do Coentral Grande, percorrendo as cabeceiras da ribeira das Quelhas, a par da transição entre o xisto e o granito, permite proporcionar um percurso de paisagens diferenciadas e ricas, de escalas variáveis, ao integrar na rede de percursos pedestres, um domínio paisagístico relevante, que pode ser considerado um verdadeiro miradouro para as múltiplas linhas de água que ocupam este trecho da Serra da Lousã, bem como para os Coentrais e parte da vila de Castanheira de Pera.

A água e a pedra são, de facto, os elementos principais que compõem a tela onde se desenvolve este percurso pedestre. A água está sempre presente ao longo do trilho, desde as levadas (em cerca de um quilómetro de extensão) às várias ribeiras que percorrem os vales da Serra da Lousã em torno dos Coentrais. A pedra é outro elemento fundamental desta geografia, a qual diversifica e complementa a paisagem com transições de litologia, entre o xisto e o granito, presente principalmente em afloramentos, mas também nas paisagens culturais (por entre muros de suporte e socalcos, habitações, anexos, evocações religiosas, entre outras manifestações), sem esquecer a sua influência na modelação dos mosaicos fitogeográficos, desde os vales repletos de folhosas autóctones até às encostas povoadas de matos onde tantos rebanhos de gado (sobretudo caprino e ovino) pastaram.

Da mesma forma, esta proposta de reestruturação permite diferenciar os percursos pedestres, através da disponibilização de um trilho de extensão superior, com maior número de quilómetros, que a par da diversificação de paisagem poderá beneficiar o conjunto geral da oferta e, assim, cativar também mais pedestrianistas e que procurem o território mais do que uma vez.

No mesmo contexto, para quem não tenha interesse em percorrer a totalidade do percurso, mas queira usufruir de um circuito panorâmico, será possível planear e orientar a caminhada em articulação com o trilho PR3 CPR – Rota dos Neveiros, que pode servir de variante (sobretudo para quem realize a caminhada no sentido horário) para o PR2 CPR – Rota da Água e da Pedra, desde que a sinalização no terreno esteja clara, e de que conste do painel e do folheto do percurso.

Deste modo, a proposta de reestruturação do trilho PR2 CPR – Rota das Levadas (com nova designação: PR2 CPR – Rota da Água e da Pedra), sugere a criação de um percurso pedestre de pequena rota, circular, com uma extensão de 15,4 quilómetros, com início e fim no tanque de abastecimento de água localizado junto à ponte da ribeira das Quelhas (Figura 23), bem como da marcação de uma variante que permita percorrer o Passadiço das Quelhas, e encurtar a distância deste percurso pedestre. A criação de um folheto bem como de um painel, de acordo com o que já foi mencionado para o caso anterior, são fundamentais.

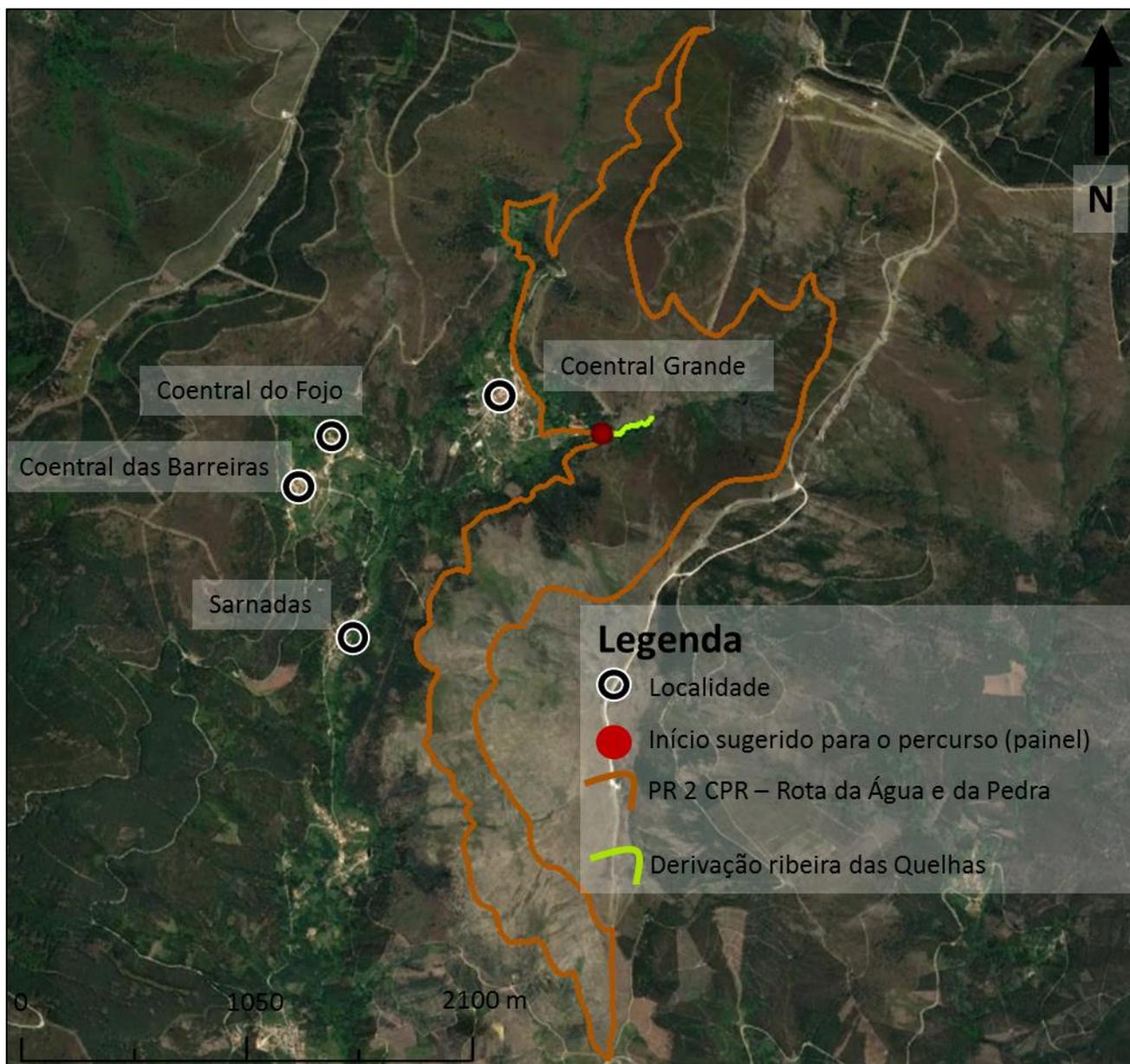


Figura 23. Traçado proposto para o trilho PR2 CPR – Rota da Água e da Pedra, com indicação de variante a montante da ribeira das Quelhas

Quanto às necessidades de manutenção (limpeza e arranjos), não apontamos quaisquer ações específicas, embora consideremos especialmente pertinente que, independentemente da remarcação do trilho na versão agora proposta, o município de Castanheira de Pera, proceda à remoção do lixo e entulho depositados no caminho florestal a sul do tanque das Quelhas e tome providências com o intuito de evitar futuras utilizações deste espaço para depósito de inertes, com fortes impactos na paisagem mas,

sobretudo, neste caso em concreto, na proliferação de espécies invasoras, nomeadamente de *Acacia delbata*.

O traçado apresenta um desnível acumulado de 536 metros, variando entre uma altitude máxima de 1057 metros e uma altitude mínima de 695 metros (Figura 24).

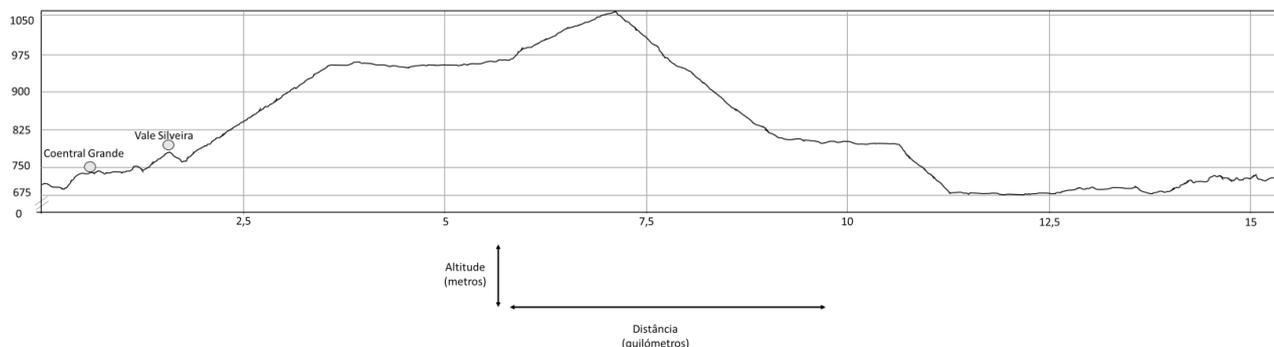


Figura 24. Perfil topográfico do percurso pedestre PR2 CPR – Rota da Água e da Pedra

O piso é exclusivamente em terra e/ou rocha, sendo 93,46% em estradão (caminho florestal) e 6,54% em carreiro ao longo ou sobre a levada.

Em marcha contínua, sem paragens, estimamos que este percurso tenha uma duração média de cinco horas.

Quanto ao seu grau de dificuldade, através da escala de classificação MIDE (“*Método de Información de Excursiones*”) adaptada, consideramos as seguintes ponderações: Meio – 2; Itinerário – 2; Progressão – 3; Esforço – 3.

Ao longo do percurso, para além das múltiplas paisagens e elementos singulares já descritos, consideramos pertinente a identificação de oito pontos de interesse que, pela sua singularidade ou curiosidade que podem suscitar, identificamos na Figura 25.

Sugerimos, da mesma forma, a colocação de um leitor de paisagem no local identificado com o número sete na Figura 25, pois permite alcançar e interpretar um vasto panorama, com os Coentraís, os vales das ribeiras do Coentral Grande, Cavalete e Quelhas, o encaixe das cabeceiras desta última linha de água, em contraponto com o Trevim e o Cabeço do Pereiro/Planalto da Neve, e ainda, a jusante, parte da vila de Castanheira de Pera e do vale da ribeira de Pera (Figuras 26 e 27).

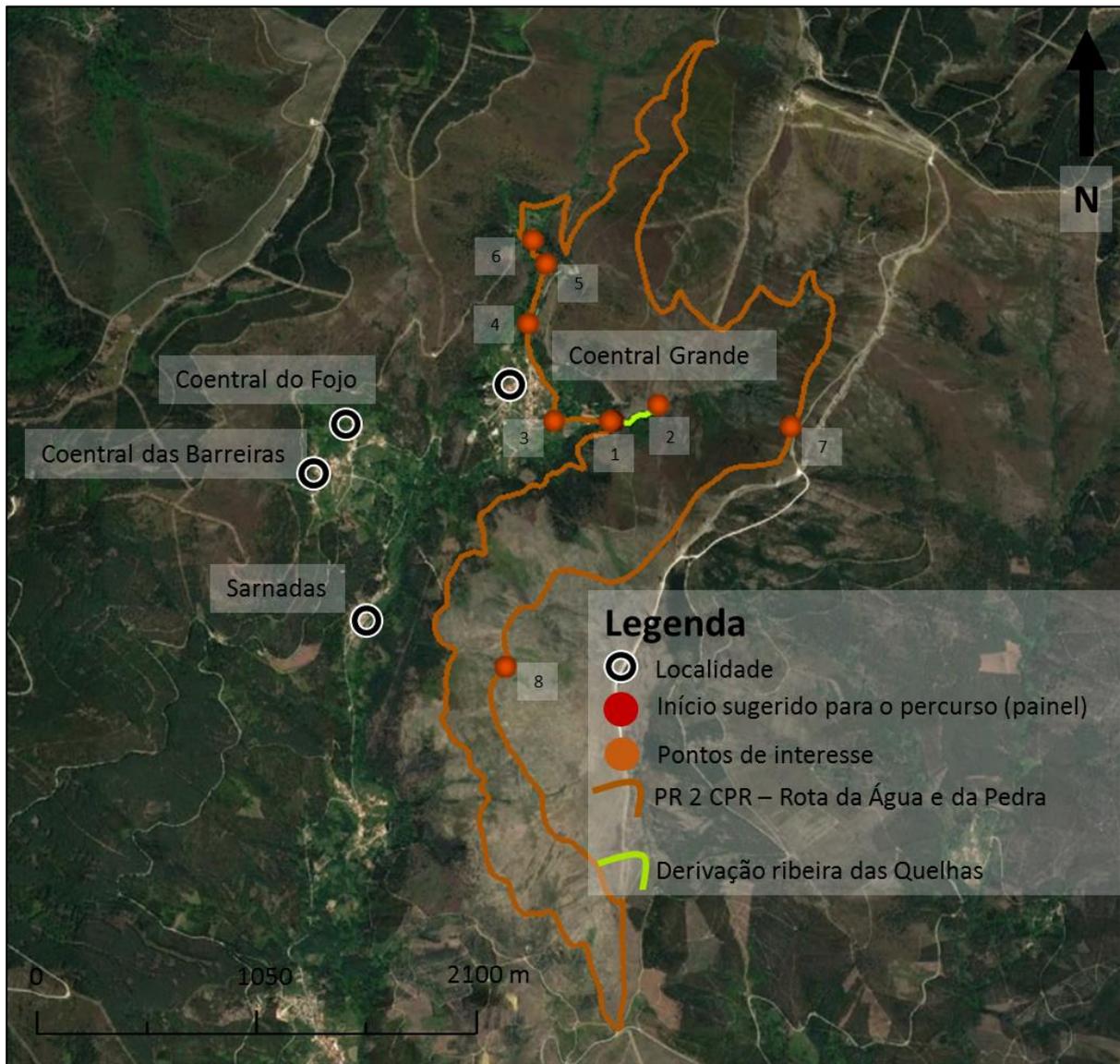


Figura 25. Pontos de interesse do percurso pedestre PR2 CPR - Rota da Água e da Pedra: 1- Ponte; 2- Quedas de Água; 3- Levada; 4- Arvoredo Notável; 5- Arvoredo Notável; 6- Vale Silveira; 7- Miradouro; 8- Blocos Graníticos



Figura 26. Vista sobre o setor superior da bacia hidrográfica da ribeira de Pera, com destaque para os Coentrais das Barreiras e do Fojo, e o alinhamento Castelo do Trevim (1205 metros) – Candal (1062 metros) (11/2017)

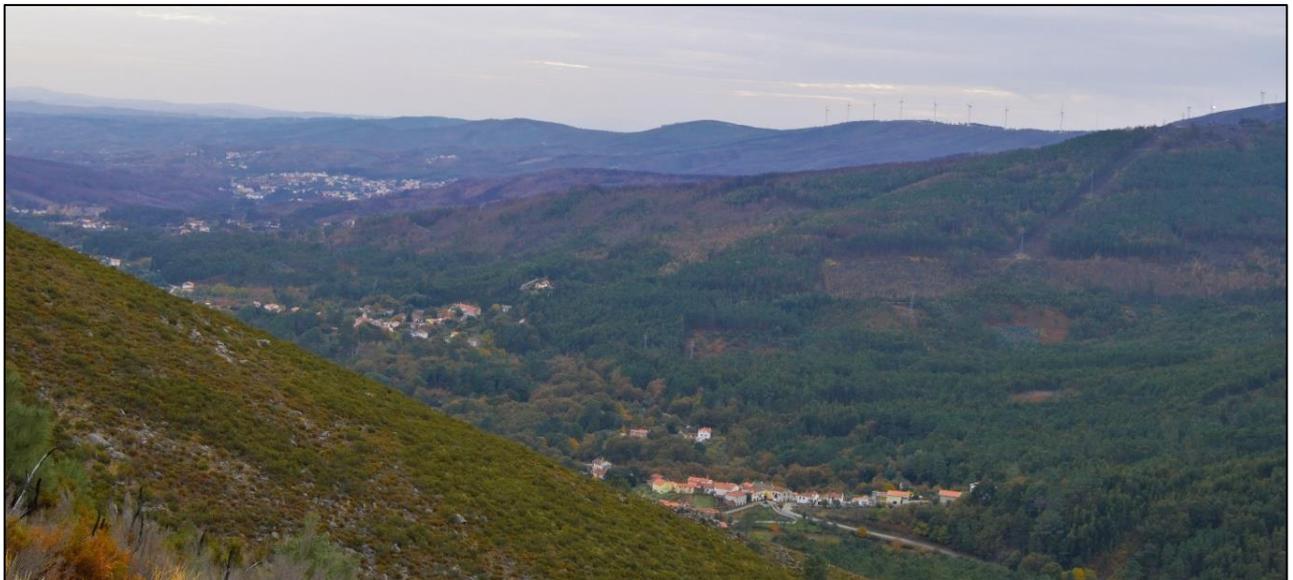


Figura 27. Vista sobre o vale da ribeira de Pera, com o lugar de Sarnadas em primeiro plano, e parte da vila de Castanheira de Pera antes da linha que fecha o horizonte (11/2017)

Quanto à época sugerida para a realização deste percurso pedestre, consideramos que este pode ser realizado em qualquer época do ano. No entanto recomenda-se mais cuidado em condições de precipitação, pois o piso torna-se escorregadio em alguns

setores, aumentando a exposição ao risco na progressão, sobretudo na variante do Passadiço das Quelhas, bem como ao longo das levadas.

Aconselha-se a realização do percurso em sentido anti-horário (sobretudo por ser mais favorável à articulação com possível utilização de parte do PR3 CPR – Rota dos Neveiros e/ou do Passadiço das Quelhas como variantes), pese embora as condições permitem a sua realização em ambos os sentidos, sem alterações dos perfis e grau de dificuldade.

Considerando as condições favoráveis ao desenvolvimento do coberto vegetal (sobretudo subarbustivo), e ao normal desgaste das marcações efetuadas em elementos naturais (pedras, árvores, entre outros), é conveniente a realização de duas ações de verificação por ano (janeiro e setembro), para limpeza, reparação do trilho e reposição de marcas e sinalética.

As necessidades de marcação do percurso pedestre, na versão proposta, devem seguir as normas para implantação e marcação de percursos pedestres da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (tal como se verificam no terreno, embora em número insuficiente).

1.3.3 PR3 CPR – Rota dos Neveiros

Por último, na sequência do que foi referido, é importante manter o percurso pedestre do Santo António da Neve, embora com a introdução de algumas melhorias. Embora na generalidade dos casos os percursos pedestres de configuração linear sejam pouco atrativos para a maioria dos pedestrianistas (obriga a gestão logística e/ou a percorrer, novamente, o trilho no sentido inverso), no caso particular do percurso pedestre PR3 CPR – Rota dos Neveiros, a sua especificidade e singularidade temática, associado à sua extensão razoável (2,88 quilómetros ida; 5,76 quilómetros ida e volta, pelo mesmo trajeto), fazem deste percurso pedestre (Figura 28) uma opção interessante que, divulgado de forma adequado e valorizado, será um elemento diferenciador do território, bem como da oferta de percursos pedestres no concelho de Castanheira de Pera e no conjunto da Serra da Lousã.

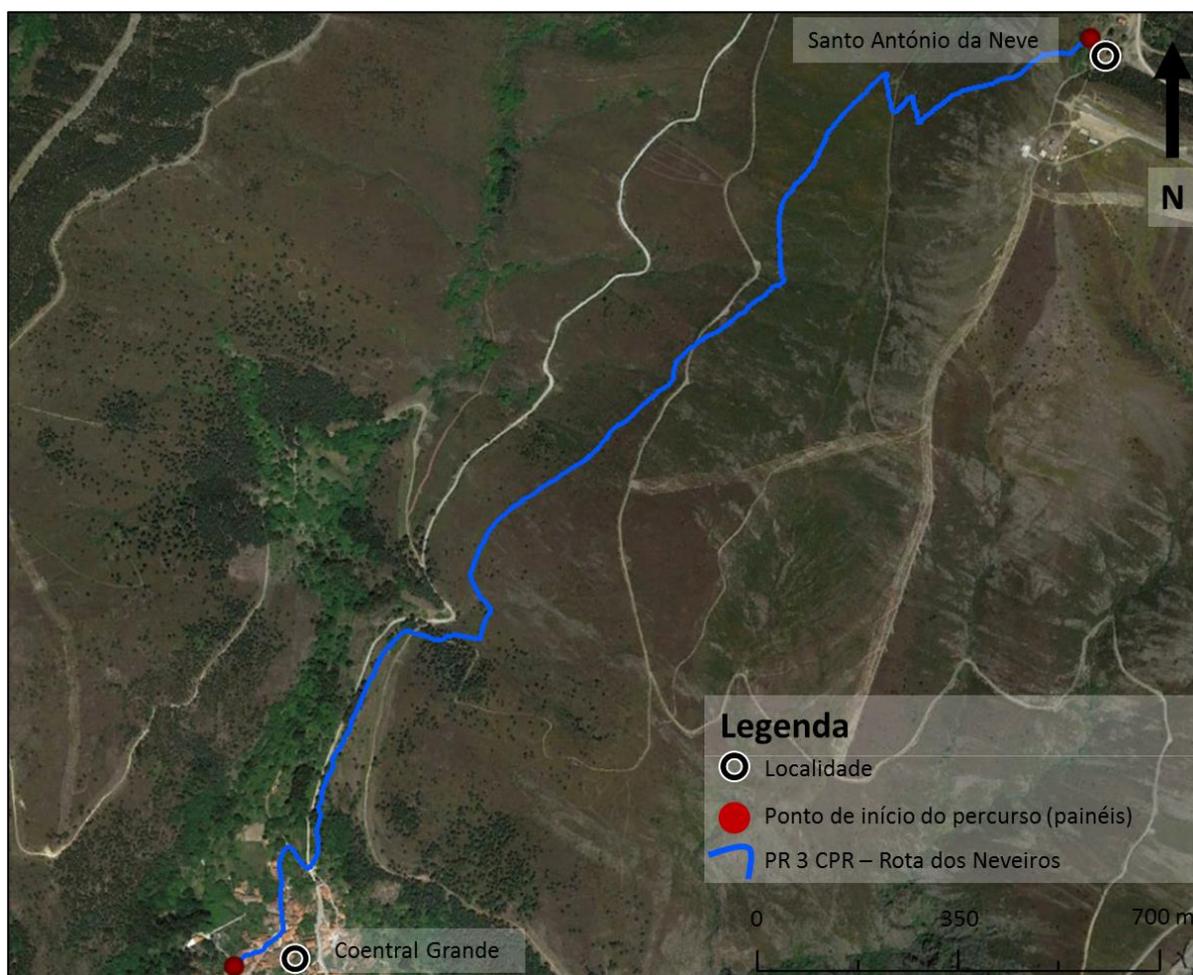


Figura 28. Traçado proposto para o trilho PR3 CPR – Rota dos Neveiros

Carece, como os demais trilhos pedestres, de reforço da sinalética bem como de uma ação de remarcação de todo o traçado, sendo que a proposta passa por manter o ponto de início/fim do percurso pedestre (recomendado), no Coentral Grande, transitando da localização ao fundo da escadaria da Igreja de Nossa Senhora da Nazaré, para o largo junto à Casa do Neveiro, escassos metros a norte.

Quanto às necessidades de manutenção (limpeza/corte de vegetação), uma vez que grande parte do trilho se desenvolve em caminho de carreteiro, por entre matos, a reestruturação da rede de percursos pedestres deverá considerar uma ação de manutenção, na abertura de uma margem ao longo do traçado de, pelo menos, dois metros em cada uma das margens do trilho, com o intuito de aumentar a sua visibilidade, facilitar a remarcação e diminuir a exposição a alguns riscos por parte dos pedestrianistas.

A outro nível, a passagem de motociclos ao longo do traçado deste percurso pedestre sugere a instalação de guardas/barreiras que impossibilitem a entrada deste tipo de veículos motorizados no trilho, com o intuito de diminuir/conter a degradação do percurso mas, sobretudo, para salvaguardar a segurança dos utilizadores, uma vez que, sendo na sua maioria constituído por um estreito carreiro, não existem pontos de fuga/segurança para a utilização simultânea (multimodal) nestes segmentos.

Como já mencionado anteriormente este percurso pedestre permitirá, numa outra instância, a articulação com o trilho PR2 CPR – Rota da Água e da Pedra bem como com o Passadiço das Quelhas, podendo servir o PR3 CPR – Rota dos Neveiros, como variante do referido trilho, desde que a sinalização no terreno esteja clara, e de que conste do painel e do folheto do percurso.

O traçado, de configuração linear (entre Coentral Grande e Santo António da Neve), apresenta um desnível acumulado de 478 metros, variando entre uma altitude máxima de 1166 metros e uma altitude mínima de 702 metros (Figura 29).

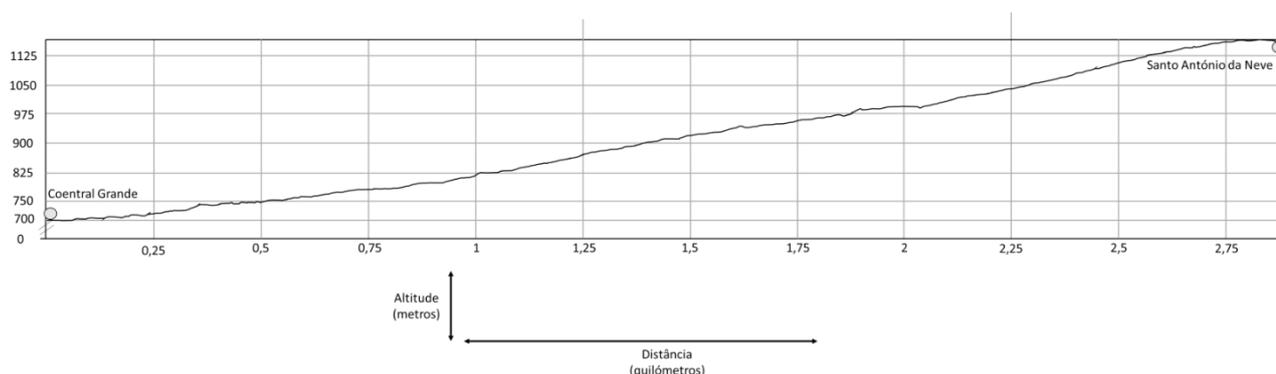


Figura 29. Perfil topográfico do percurso pedestre PR3 CPR – Rota dos Neveiros

O piso predominante é terra (85,15%), sendo 84,58% em carreiro e 0,57% em estradão (caminho florestal). O restante pavimento, inclui 14,85% em calçada.

Em marcha contínua, sem paragens, estimamos que este percurso tenha uma duração média de duas horas e 30 minutos.

Classificando o seu grau de dificuldade, através da escala de classificação MIDE (“Método de Información de Excursiones”) adaptada, consideramos as seguintes ponderações: Meio – 2; Itinerário – 2; Progressão – 3; Esforço – 4.

Ao longo do percurso, para além das múltiplas paisagens e elementos singulares já descritos, consideramos pertinente a identificação de sete pontos de interesse que, pela sua singularidade ou curiosidade que podem suscitar, identificamos na Figura 30.

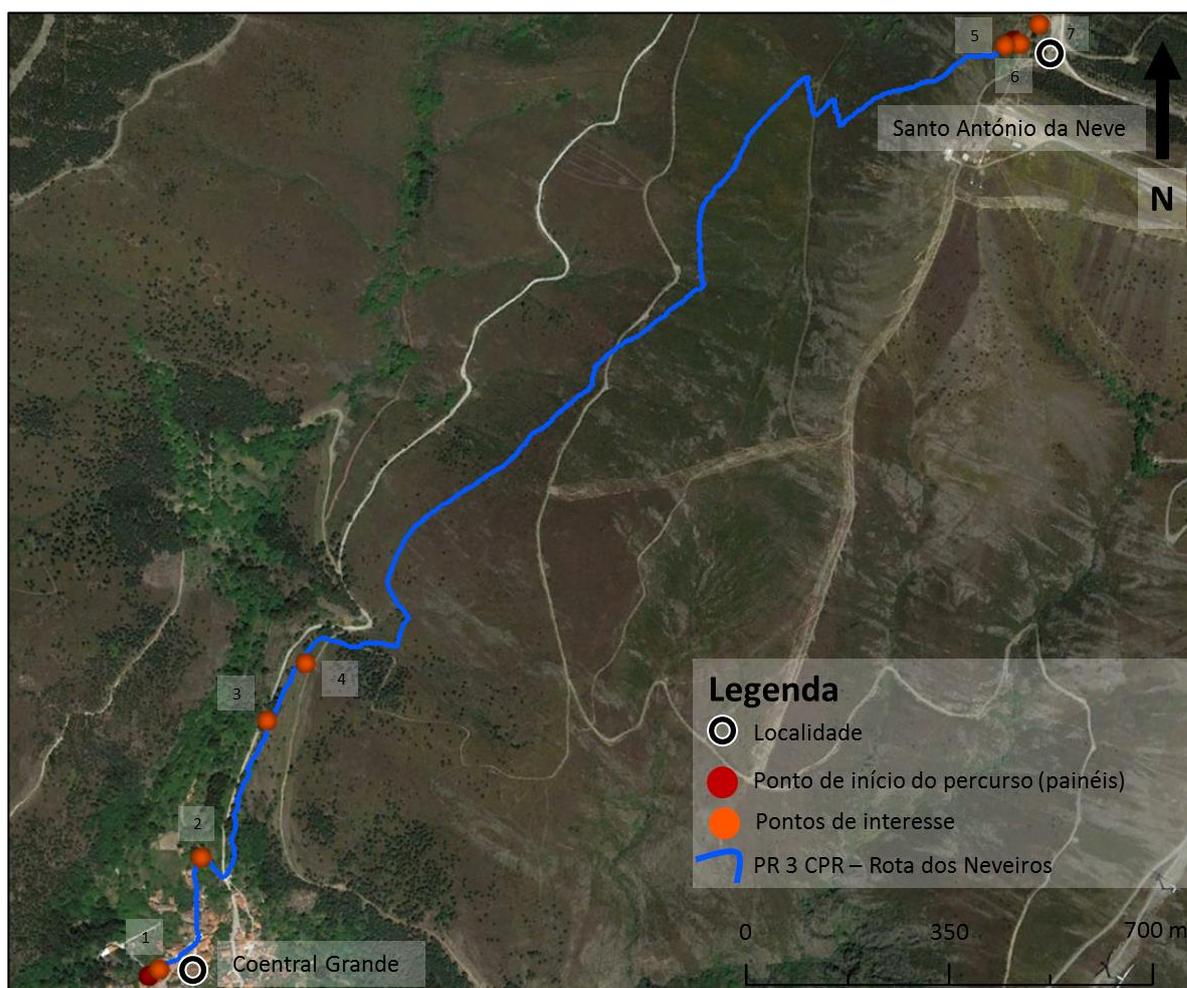


Figura 30. Pontos de interesse do percurso pedestre PR3 CPR – Rota dos Neveiros: 1- Casa dos Neveiros; 2- Arvoredo Notável; 3- Arvoredo Notável; 4- Almas Cimeiras; 5- Arvoredo Notável; 6- Poços da Neve; 7- Capela do Santo António da Neve

Recomenda-se a realização do percurso em sentido ascendente (sentido Coentral Grande-Santo António da Neve), não obstante as condições permitirem que se possa realizar em ambos os sentidos, embora com alterações dos perfis altitudinais e grau de dificuldade.

Em relação aos demais elementos (marcação, manutenção, época do ano mais aconselhável) importa aplicar o que foi mencionado a respeito dos outros percursos.

1.4 Conclusão

Uma das principais tendências no âmbito do lazer e do turismo é a procura crescente de “atividades cada vez mais especializadas, personalizadas e facilitadoras de experiências singulares e intensas” (Carvalho, 2021:7), com destaque, no caso dos

ambientes rurais e montanhosos, onde os recursos ecoculturais são o motivo principal da atração, para equipamentos e infraestruturas relacionados com pedestrianismo, cicloturismo ou *trail running*.

No caso concreto de Castanheira de Pera, a âncora da oferta de lazer e turismo, na perspectiva de produtos estruturados, está centrada na Praia das Rocas, embora se reconheça o potencial de outros elementos patrimoniais e paisagens para relançar ou criar propostas de novas atividades, as quais são cada vez mais relevantes para a diversificação e crescimento da procura.

O setor setentrional do concelho, correspondendo às maiores elevações e às cabeceiras da ribeira de Pera, é aquele que apresenta as manchas de vegetação autóctone e naturalizada mais significativas, as marcas mais profundas da relação harmoniosa do ser humano com o suporte físico, desde tempos remotos e, também, a maior diversidade e originalidade paisagística que resulta, no essencial, da tectónica e da litologia (xistos e granitos), ou seja, recursos fundamentais para as referidas atividades.

No que diz respeito aos percursos pedestres, o trabalho incluiu a análise/diagnóstico da situação existente, com sugestões de reformulação e ampliação da rede, tendo conduzido às seguintes propostas:

- Continuidade do “PR1 CPR – Rota dos Coentrais” (percurso circular; 3,73 quilómetros), com pequenos ajustes, remarcação integral e demais indicações explicitadas no texto.

- Reformulação do “PR2 CPR – Rota das Levadas”, o qual, pela importância do Vale Silveira e das levadas, deve integrar (de forma parcial) o novo percurso (circular e de maior extensão, com 15,4 quilómetros) designado de “PR2 CPR – Rota da Água e da Pedra”, conforme as indicações/especificações mencionadas. Este tem início/fim no tanque junto à ribeira das Quelhas, próximo do Coentral Grande, e inclui uma derivação, com cerca de 300 metros, a montante, para permitir a observação das quedas de água e formas de relevo associadas. De igual modo, pode ser articulado com o “PR3 CPR – Rota dos Neveiros”.

- Manutenção do “PR3 CPR – Rota dos Neveiros” (percurso linear; 5,76 quilómetros – ida e volta), com pequenas alterações, remarcação integral e demais indicações explicitadas no texto.

A reestruturação dos percursos pedestres constitui, de igual modo, um contributo para valorizar os patrimónios e criar uma nova centralidade no Coentral, a par de outras propostas da nossa autoria como, por exemplo, a criação de dois percursos circulares de

BTT e de um percurso de *trail running*, a estruturação de uma rede de *geocaching* (com base nos percursos pedestres e na ligação a Castanheira de Pera), a integração do Coentral na Rede de Aldeias do Xisto, e a implementação do Passadiço das Quelhas (tema do próximo capítulo deste livro).

Capítulo 2

PASSADIÇOS: PROPOSTA PARA A RIBEIRA DAS QUELHAS

2.1 Nota preliminar

A ideia original de elaboração de uma proposta de passadiços para a ribeira das Quelhas, com o propósito de permitir o acesso pedonal e a visita, em condições de segurança, a um dos locais de maior encanto da Serra da Lousã, surgiu no contexto das reflexões partilhadas entre os autores e a Câmara Municipal de Castanheira de Pera, desde o alvor de 2018, a propósito das novas perspetivas e oportunidades para a atividade turística, na sequência do programa Valorizar. A partir de uma sugestão mais ambiciosa que incluía a ribeira de Pera (e das Quelhas), desde o Coentral Grande até à Praia das Rocas, o trabalho que desenvolvemos (Carvalho e Alves, 2018a), no quadro de limitações orçamentais e de diversos constrangimentos suscetíveis de bloquear a elaboração do projeto e/ou comprometer a sua execução, conduziu a uma candidatura centrada na ribeira das Quelhas, no âmbito da Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, a qual foi submetida no dia 06 de junho de 2018 e, posteriormente, aprovada pelo Turismo de Portugal.

Este projeto emergiu na esfera de uma nova estratégia para o turismo em Castanheira de Pera, tal como já referido, com o propósito de diversificar e articular a oferta de lazer e turismo, em especial no que diz respeito aos segmentos/nichos vocacionados para o contacto e as experiências com o património natural, cultural e paisagístico, através de um passadiço de madeira e correspondentes estruturas de apoio, para utilização pedestre, ao longo de aproximadamente 1200 metros, na margem direita da ribeira das Quelhas, junto ao Coentral Grande, com a particularidade de integrar (através de uma variante) o percurso pedestre “Rota da Água e da Pedra” (conforme projeto explicitado no capítulo anterior).

O passadiço, acompanhado de um plano de comunicação (com informação sobre o que é possível visitar e descobrir), um plano de ação para sensibilização/educação ambiental, um plano de gestão/monitorização e um plano de segurança, pretende integrar e reforçar a oferta local e regional de turismo ativo e de natureza, com a inclusão de uma unidade de paisagem de elevado valor natural e cultural (que configura uma das mais importantes da Região Centro, após os efeitos catastróficos dos grandes incêndios florestais de 2017), com referências incontornáveis e icónicas para o território, como a capela dedicada a Santo António e os poços da neve contíguos, os Coentrais ou o Vale

Silveira (berço e último reduto de castanheiros, carvalhos, azevinhos, sobreiros, azinheiras e outras espécies monumentais) para a qual foram desenvolvidos estudos e apresentadas propostas de valorização turística pelos autores, no segundo semestre de 2017, designadamente percursos pedestres, rotas cicláveis, trilhos para a prática de *trail running* e rede de *geocaching*, e ainda a integração do Coentral na Rede das Aldeias do Xisto (Carvalho e Alves, 2017a).

O projeto tem subjacente um conjunto integrado de componentes (estruturas de apoio), como um espaço de receção/área de lazer, antecedendo o início do passadiço, áreas de estacionamento, medidas de prevenção e mitigação do risco de incêndio florestal e de outros incidentes, escadarias, miradouros e áreas de descanso e fruição da paisagem, para garantir as melhores condições de acesso a esta área marcada por singularidades paisagísticas e patrimoniais (já reconhecidas através da sua integração na Rede Natura 2000), preconizando-se a implementação (que decorreu entre o final de 2019 e os meados de 2021) em estrita observância de todas as normas técnicas e regulamentos de gestão territorial vigentes.

2.2 Passadiços

A utilização da madeira natural e materiais compósitos é uma solução cada vez mais frequente em espaços públicos e propriedades privadas (com atrações) que permitem a entrada de visitantes, em múltiplos ambientes, desde os urbanos, com jardins, alamedas, arboretos, parques verdes ou parques infantis, até aos rurais ou montanhosos, com trilhos por entre campos agrícolas, vinhedos e bosques, sem esquecer os contextos ribeirinhos ou litorais, entre outros.

Os principais objetivos são facilitar e garantir de forma segura a mobilidade pedestre e/ou ciclável, permitir o acesso a determinados locais (antes sem essa possibilidade ou com fortes restrições) e oferecer condições de contemplação/fruição, como, por exemplo, de um trecho de praia, rio, lagoa ou montanha, sem comprometer a continuidade de recursos ecoculturais que definem a sua relevância geográfica. Aliás, a preocupação pela salvaguarda de recursos de elevado valor natural, cultural ou paisagístico, a par do desígnio de compatibilizar a sua utilização com as condições adequadas para o acesso público, explicam o interesse pela implementação de estruturas sobre-elevadas, geralmente em madeira ou conciliando madeira e outros materiais, com a designação de passadiços, quer com setores planos ou com ligeira inclinação, quer com escadarias para vencer declives mais acentuados, num espetro paisagístico muito amplo.

Na esfera internacional destacam-se projetos e iniciativas com integração de passadiços (em maior ou menor extensão), como, por exemplo, o *Treetop Walkway Lipno*, no sul da República Checa, junto ao Parque Nacional de Sumava, com 675 metros de extensão (acessível para carrinhos de bebé e para pessoas com mobilidade reduzida) e uma torre que se eleva a 40 metros de altura (em certos dias, permite ver, a duzentos quilómetros, os Alpes Austríacos), num contexto dominado por florestas e lagos, ou *El Caminito del Rey*, na proximidade de Málaga (Espanha), famoso percurso pedestre linear de quase 8 quilómetros de extensão (dos quais 2.900 metros são passagens aéreas e os restantes 4.800 metros correspondem a trilhos), com génese no início do século XX (aquando da construção da hidroelétrica do Rio Guadalhorce), através de caminhos e estruturas suspensas nas escarpas do *Desfiladero de los Gaitanes* (por onde foi lançado, também, o caminho de ferro de Córdoba a Málaga, embora na margem oposta ao trilho que já foi considerado um dos mais perigosos do mundo), as quais, na sequência do mau estado de conservação, foram requalificadas (e o caminho remodelado), com recurso a soluções do tipo passadiços, tendo reaberto ao público em 2015.

No caso de Portugal, é de admitir que as primeiras intervenções tenham ocorrido em ambientes litorais, para proteção de cordões dunares, praias, sapais, entre outros elementos naturais, como é o caso da Reserva Natural das Dunas de São Jacinto e da Praia de São Pedro de Moel, no final da década de oitenta ou início dos anos noventa do século XX. Na última década em particular, multiplicaram-se exemplos de passadiços para fazer a pé (caminhar ou correr) ou de bicicleta, com extensão variável, em diversos ambientes geográficos (Figuras 31 e 32), nas diferentes regiões do país, através de iniciativas que, envolvendo múltiplas entidades e diversos instrumentos de apoio/financiamento público, conduziram a soluções independentes ou integradas em percursos pedestres e/ou cicláveis.

A maior parte das intervenções são acompanhadas de sinalização, informação sobre o percurso e espaços envolventes, áreas de descanso e contemplação, estruturas de interpretação da paisagem, equipamentos de apoio, tal como começam a assumir visibilidade ações de sensibilização, quer para a população residente, quer para os visitantes (excursionistas e turistas), entre outros elementos.



Figura 31. Passadiço junto ao PR1 Rota do Minério (Mértola, 09/2021)



Figura 32. Passadiço da “Ria de Aveiro”, integrado na GR57 (Esgueira, 08/2020)

O livro “*Walking & Cycling. Uma Nova Geografia do Turismo*”, editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra em abril de 2021, dedica algumas páginas a este assunto, tendo o autor identificado mais de seis dezenas de passadiços (concluídos e inaugurados) em Portugal até 05 de julho de 2020, e enfatizado não só o “predomínio dos

contextos aquáticos (marítimo, fluvial, estuarino/lagunar, por ordem decrescente de importância, respetivamente” (Carvalho, 2021:61) como também a prevalência dos territórios com estatuto de proteção/classificação nacional ou internacional. A distribuição geográfica revela a preponderância dos municípios das regiões Norte e Centro, entre os quais Figueiró dos Vinhos, com o Passadiço das Fragas de São Simão (Figura 33) – aberto ao público no dia 03 de julho de 2020. Entretanto, com o Passadiço da Senhora da Piedade (com a designação oficial de “Percurso Pedonal da Senhora da Piedade” – Figura 34 –, cuja inauguração decorreu a 11 de setembro de 2020), na Lousã, e com o Passadiço da Ribeira das Quelhas, em Castanheira de Pera (ainda não inaugurado, mas já utilizado por residentes e visitantes), a Serra da Lousã (aqui entendida segundo uma perspetiva de maior amplitude) passou a dispor de três propostas neste domínio, com a particularidade de terem como matriz (de candidatura e apoio financeiro) a Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, do Programa Valorizar.

De entre as iniciativas mais recentes, menciona-se o Trilho da Barca da Amieira (inaugurado em abril de 2021), em Nisa, na margem esquerda do Tejo, o qual conjuga no mesmo percurso (com formato linear e extensão de 3600 metros) uma ponte suspensa, um miradouro transparente (com vistas para a Barragem do Fratel), e, claro, um passadiço (Figura 35).

Quanto aos projetos em fase final de execução e com previsão de inauguração no segundo semestre de 2021, merecem referência os Passadiços do Mondego (entre Videmonte, Trinta, Vila Soeiro e Barragem do Caldeirão), no concelho da Guarda, que juntam, num só percurso de aproximadamente 11500 metros, caminhos existentes, passadiços (cerca de 6700 metros) e pontes suspensas, e os Passadiços do Pulo do Lobo (Figura 36), no concelho de Serpa, na margem esquerda do rio Guadiana, para melhorar o acesso pedonal e a contemplação daquela que é considerada a maior cascata a sul de Portugal.



Figura 33. Passadiço das Fragas de São Simão (Figueiró dos Vinhos, 06/2020)



Figura 34. Percurso Pedonal da Senhora da Piedade (Lousã, 09/2020)

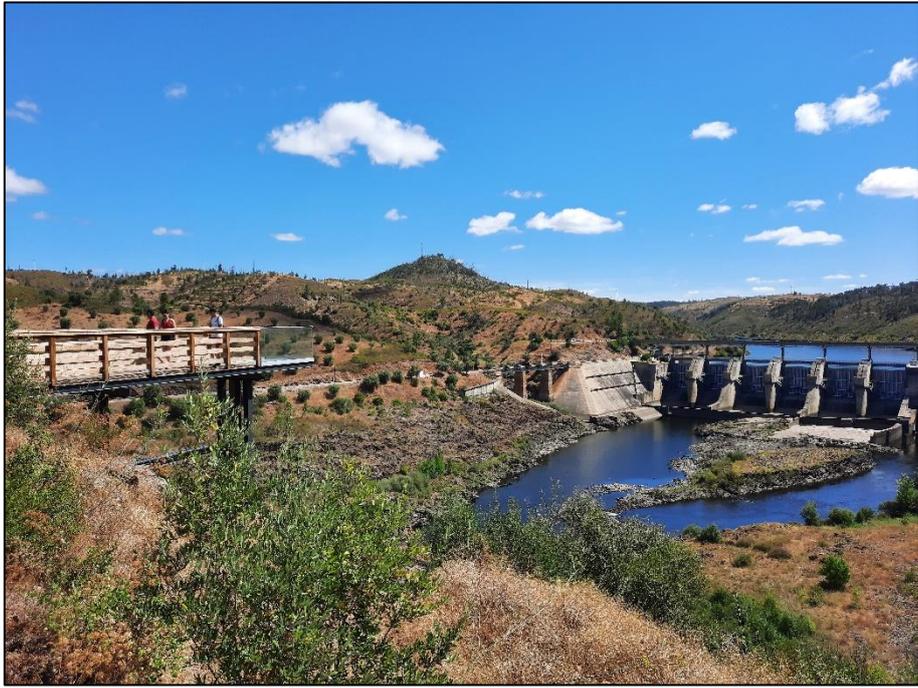


Figura 35. Passadiços no Trilho da Barca da Amieira (Nisa, 08/2021)



Figura 36. Passadiços do Pulo do Lobo, em construção (Serpa, 09/2021)

Por outro lado, de acordo com informação oficial divulgada pela imprensa regional, a obra dos Passadiços do Côa (com formato linear e extensão aproximada de 900 metros) teve início em julho (2021), com o objetivo de, nesta fase, ligar o museu arqueológico do vale do Côa à estação homónima do troço ferroviário desativado da linha do Douro (entre as estações de Pocinho e Barca de Alva), na confluência dos rios Côa e Douro (Figura 37), e de permitir visitar gravuras rupestres (do parque arqueológico classificado como Património Mundial, pela UNESCO, a 02 de dezembro de 1998), que não estão acessíveis na atualidade.



Figura 37. Local, entre o museu arqueológico e a antiga estação, onde vão ser construídos os Passadiços do Côa (Vila Nova de Foz Côa, 04/2021)

2.3 Território e estratégia turística

No coração da Serra da Lousã (mastro ocidental da Cordilheira Central) e no limite nordeste da região de Leiria, o município de Castanheira de Pera revela uma configuração peculiar em que a montanha constitui um dos seus traços geográficos mais originais.

Os relevos de maior altitude emergem no setor setentrional, onde o alinhamento dos vértices geodésicos de Trevim (1205 metros), Neve (1174 metros), Safra (1024 metros), Candal (1062 metros) e Cabril (958 metros) parece desenhar uma muralha semicircular, envolvendo um eixo ou corredor central talhado pela ribeira de Pera, qual

coluna vertebral, que da proximidade dos Coentrais até abandonar o concelho, corre por entre quotas de 650 a 350 metros de altitude, para dar lugar, sobretudo a sul da vila, a uma paisagem menos expressiva e movimentada (que só excede 500 metros de altitude em casos pontuais), embora sempre cercada, nos limites administrativos, por linhas de cumeada: dos 779 metros, em Ortiga, aos 470, em Salaborda, na extremidade meridional do município, de onde sobe, novamente, até atingir 781 metros, em Gestosa. Esta configuração sugere um plano basculado de norte, onde prevalecem as elevações e as quotas médias mais elevadas, para sul, onde dominam relevos menos vigorosos – e no mesmo sentido da periferia (bordaduras oriental e ocidental) para o centro.

O grande incêndio florestal de junho de 2017, de que resultaram efeitos catastróficos e marcas profundas em Castanheira de Pera, ao contrário do que sucedeu no setor meridional, não atingiu com a mesma intensidade e expressão territorial o setor setentrional do concelho, o qual configura parte daquela que é, no presente, uma das manchas verdes contínuas de maior dimensão e qualidade (valor natural, cultural e paisagístico) da Região Centro, onde foram reduzidas a cinzas, entre junho e outubro de 2017, importantes áreas florestais de produção e/ou conservação, como, por exemplo, na Gardunha, no Açor ou na Estrela.

Com efeito, Castanheira de Pera apresenta, ainda, algumas paisagens singulares que merecem ser destacadas, como as ribeiras de Cavalete, Quelhas e Coentral Grande (na génese da ribeira de Pera) ou o Poço Corga, bem como especificidades litológicas, como a mancha granítica do Coentral, e fitogeográficas, como os carvalhos atlânticos (*Quercus robur*), sobretudo ao longo da ribeira de Pera, com exemplares centenários que são únicos na região, ou os castanheiros (*Castanea sativa*), principalmente junto aos Coentrais, também com exemplares seculares, entre outras espécies de reconhecido valor botânico e paisagístico, quer nativas, como azevinhos (*Ilex aquifolium*), sobreiros (*Quercus suber*), medronheiros (*Arbutus unedo*) ou azinheiras (*Quercus rotundifolia*), quer exóticas naturalizadas, como pinheiros-silvestres (*Pinus sylvestris*), pseudotsugas (*Pseudotsuga menziesii*), cedros-do-Atlas (*Cedrus atlantica*), ciprestes-do-Buçaco (*Cupressus lusitanica*) ou pinheiros-negros (*Pinus nigra*), em resultado da florestação estatal dos baldios serranos, onde subsistem outros patrimónios (em estado de abandono) como as casas florestais da Cova das Malhadas e do Cavalete, e demais elementos singulares (tanques, anexos, fornos, fontanários, socalcos, entre outros) dessa organização espacial – a par de diversos elementos culturais e paisagísticos diferenciadores.

No caso da ribeira das Quelhas, importa mencionar que esta linha de água foi integrada no “Guia da Rede de Percursos da Serra da Lousã”, publicado pela QUERCUS, em 1996. Os autores, Armando Carvalho e Pedro Amaro, apresentam nove percursos pedestres nos municípios de Castanheira de Pera, Góis e Lousã, entre os quais o “PP5 - Nas fragas da Ribeira das Quelhas”. Trata-se de um trilho com cerca de 5 quilómetros de extensão, em formato circular, que partindo da proximidade da margem direita da ribeira das Quelhas, segue, vertente acima, para percorrer 1300 metros, sempre em dificuldade crescente, até alcançar o estradão florestal, o qual, após cerca de 3700 metros de traçado e perfil acessível, há de conduzir ao Vale Silveira e, de novo, ao Coentral Grande. Contemporâneo das primeiras publicações do género e do início da marcação de trilhos pedestres em Portugal, o Guia revelou-se um importante instrumento de divulgação do território, nomeadamente os locais mais recônditos e de maior beleza ou misticismo da Serra da Lousã, e de apoio aos entusiastas de atividades como o pedestrianismo ou o *canyoning*, para assinalar apenas as de maior expressão na área de estudo.

2.4 Passadiço das Quelhas

A ribeira das Quelhas tem origem na proximidade (base meridional) do Planalto da Neve (linha divisória das bacias hidrográficas dos dois maiores rios portugueses: o Mondego e o Zêzere), a 1140 metros de altitude, e percorre cerca de três quilómetros até encontrar as águas das ribeiras do Coentral Grande e Cavalete (a sul da ponte homónima, dando origem à ribeira de Pera), o que corresponde a uma diferença de nível superior a 500 metros.

Ao abrir passagem por entre duas manchas litológicas diferenciadas (e suas áreas de contacto), a saber: xisto, nos setores superior e intermédio, e granito, no setor inferior, a ribeira das Quelhas tem como particularidade uma sucessão de quedas de água (Figura 38), o que constitui um caso singular na região.

As Quelhas e as suas margens apresentam ainda exemplares de fauna (anfíbios, borboletas, aves de rapina, entre outros) e flora nativas (castanheiro, carvalho, azinheira, azevinho, pilriteiro, salgueiro, amieiro, loureiro, cerejeira, medronheiro, gilbardeira, feto dos ribeiros, rosmaninho, entre outros) – Figura 39 –, o que justificou, no passado recente, a inclusão desta linha de água no sítio Serra da Lousã da Rede Natura 2000, e na atualidade a preocupação de ordenar e monitorizar as atividades de lazer/turismo que nela ocorrem de forma cada vez mais expressiva. O contraste é evidente com o espaço de proximidade em direção à linha de cumeeada, onde predomina a vegetação rasteira

(maioritariamente composta por urzes e carquejas) e escasseia o arvoredado, afinal uma das consequências negativas dos incêndios florestais das últimas décadas.



Figura 38. Queda de água na ribeira das Quelhas (06/2020)



Figura 39. Vegetação nas margens da ribeira das Quelhas (05/2018)

2.4.1 Objetivos e fundamentação da intervenção

A visão estratégica subjacente a esta intervenção, em consonância com os objetivos do Programa Valorizar⁴, da linha de apoio à valorização turística do interior⁵ e de outros documentos setoriais de vocação estratégica, como, por exemplo, a Estratégia Turismo 2027⁶, a Estratégia Nacional de Educação Ambiental 2020⁷ ou a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade para 2030⁸, pretende, em primeira instância, identificar e promover recursos ecoculturais (ativos diferenciadores) para alicerçar novos produtos turísticos, em particular os segmentos do turismo de natureza e *touring* cultural e paisagístico, com o propósito de promover serviços qualificados que contribuam para a gestão sustentável do território, criar novas oportunidades de atividade económica e fixação de ativos, reduzir a sazonalidade, sensibilizar e aproximar a sociedade face aos valores naturais e à biodiversidade.

Com uma oferta/procura turística ancorada nos recursos fluviais, de que é paradigma o empreendimento da praia das Rocas (na sede de concelho), o qual tem recebido, em média, mais de 100 mil utilizadores por ano desde a abertura ao público (em

⁴ “Assegurar condições para a contínua qualificação do destino, através, nomeadamente, da regeneração e reabilitação dos espaços públicos com interesse para o turismo e da valorização do património cultural e natural do país, promovendo, de igual modo, condições para a desconcentração da procura, para a redução da sazonalidade e, assim, para a crescente criação de valor e de emprego” (DN n.º 9/2016; DR, 2.ª série, n.º 208, p. 32314).

⁵ A valorização ou incremento da oferta de percursos pedestres e cicláveis; a valorização do património e dos recursos endógenos; e o “desenvolvimento de atividades económicas do turismo ou com relevância para o setor, assim como de valorização e de qualificação das aldeias portuguesas, tendo em vista a melhoria da sua atratividade e da experiência turística nestes espaços” (DN n.º 16/2016; DR, 2.ª série, n.º 250, p. 37753) definem algumas das tipologias de iniciativas e projetos, suscetíveis de apoio, com maior afinidade a esta candidatura.

⁶ A Natureza é considerada um “ativo diferenciador” pela ET 2027: “Vasto e rico património natural; fauna e flora ímpar, constituída por espécies autóctones únicas; Cerca de 23% do território nacional está incluído na Rede Natura 2000, o que faz de Portugal um dos países mais ambiciosos na proteção da biodiversidade e da paisagem”. O projeto encontra-se alinhado com o objetivo estratégico “Valorizar o Território e as Comunidades”, através das linhas de atuação: “Potenciar economicamente o património natural e rural e assegurar a sua conservação” e “Valorizar e preservar a autenticidade do País e a vivência das comunidades locais”.

⁷ A proposta encontra-se alinhada com um dos objetivos estratégicos da ENEA 2020: “Valorizar o Território”, em três temáticas consideradas estruturantes: Água, Natureza e Biodiversidade; Paisagem.

Para corresponder à aplicação da ENEA2020 no passado, será desenvolvido um plano de atividades, com foco especial na educação ambiental.

⁸ A proposta corresponde a dois dos três principais objetivos estruturais da ENCNB 2030, a saber: “Promover o reconhecimento do valor do património natural” e “Fomentar a apropriação dos valores naturais e da biodiversidade pela sociedade”. O contributo do projeto é especialmente relevante na concretização do objetivo “3.8. - Promover a oferta e qualificação dos serviços no domínio do turismo de natureza, que concorram para a gestão sustentável dos territórios e salvaguardem o património natural e identidade cultural”.

2005) até 2019 – conforme já referido –, e, em menor escala, a praia fluvial do Poço Corga, ambas na ribeira de Pera, preconiza-se que esta linha de água deve constituir o fio condutor de uma nova narrativa tendo em vista de alargar as escolhas geográficas e diversificar/aprofundar as experiências dos visitantes, para além de reduzir a sazonalidade, com a inclusão, nesta fase, da área a montante da praia das Rocas (não afetada pelos incêndios de 2017, que deixaram marcas profundas em cerca de 2/3 do território municipal, conforme já mencionado), a qual configura no presente uma das paisagens culturais mais remotas e relevantes da região – uma obra grandiosa do ser humano em harmonia com o suporte natural – de que são exemplo as gramáticas ou arquiteturas vernaculares (casas, anexos, muros, levadas, moinhos, azenhas, pisões) em que o granito assume protagonismo.

É neste âmbito que se justifica o presente projeto, ou seja, o passadiço de madeira, contínuo, para utilização pedestre, com extensão aproximada de 1200 metros de comprimento, 2 metros de largura e guardas laterais, na margem direita da ribeira das Quelhas, junto ao Coentral Grande, por entre fragas xistosas e graníticas, aproveitando carreiros já existentes no local, com a particularidade de não prever a destruição de espécies arbóreas ou arbustivas significativas e, ao mesmo tempo, preconizar a reflorestação com espécies nativas da área contígua (onde atualmente domina vegetação rasteira).

Ao longo do percurso são disponibilizadas informações, através de gravação em baixo relevo no passadiço e painel no seu início, com as características naturais (flora, fauna, rochas em afloramento, formas de relevo, linhas de água) e culturais (ocupação e utilização das margens ribeirinhas) do território, de modo a permitir a leitura interpretativa da paisagem e induzir comportamentos adequados da parte dos utilizadores.

Após o espaço de receção com equipamentos de apoio ao visitante (mesas e bancos, instalações sanitárias, estacionamento reservado para pessoas com mobilidade reduzida), os primeiros metros do passadiço apresentam pouco declive e fácil acesso, para dar lugar, ao longo do percurso, a setores com escadarias e os necessários espaços de descanso que permitem observar, a partir de pontos privilegiados (miradouros), as quedas de água, a vegetação, os afloramentos rochosos ou os relevos nas suas diversas configurações. A subida oferece aos visitantes trechos paisagísticos soberbos, com os Coentrais e parte da linha de cumeada Trevim-Candal, até alcançar o patamar superior do passadiço, de onde é possível regressar ao início pelo mesmo trajeto ou entrando num pequeno troço de ligação alcançar o percurso pedestre (circular) que, tendo início/fim no

ponto de partida deste projeto, cruza esse espaço, permitindo criar uma derivação ao trilho (Figura 40). Na configuração descrita, o passadiço é um ponto de referência, a par das levadas, do Coentral Grande e Vale Silveira, de acordo com o mencionado no capítulo anterior a respeito da proposta para o PR2 CPR Rota da Água e da Pedra.

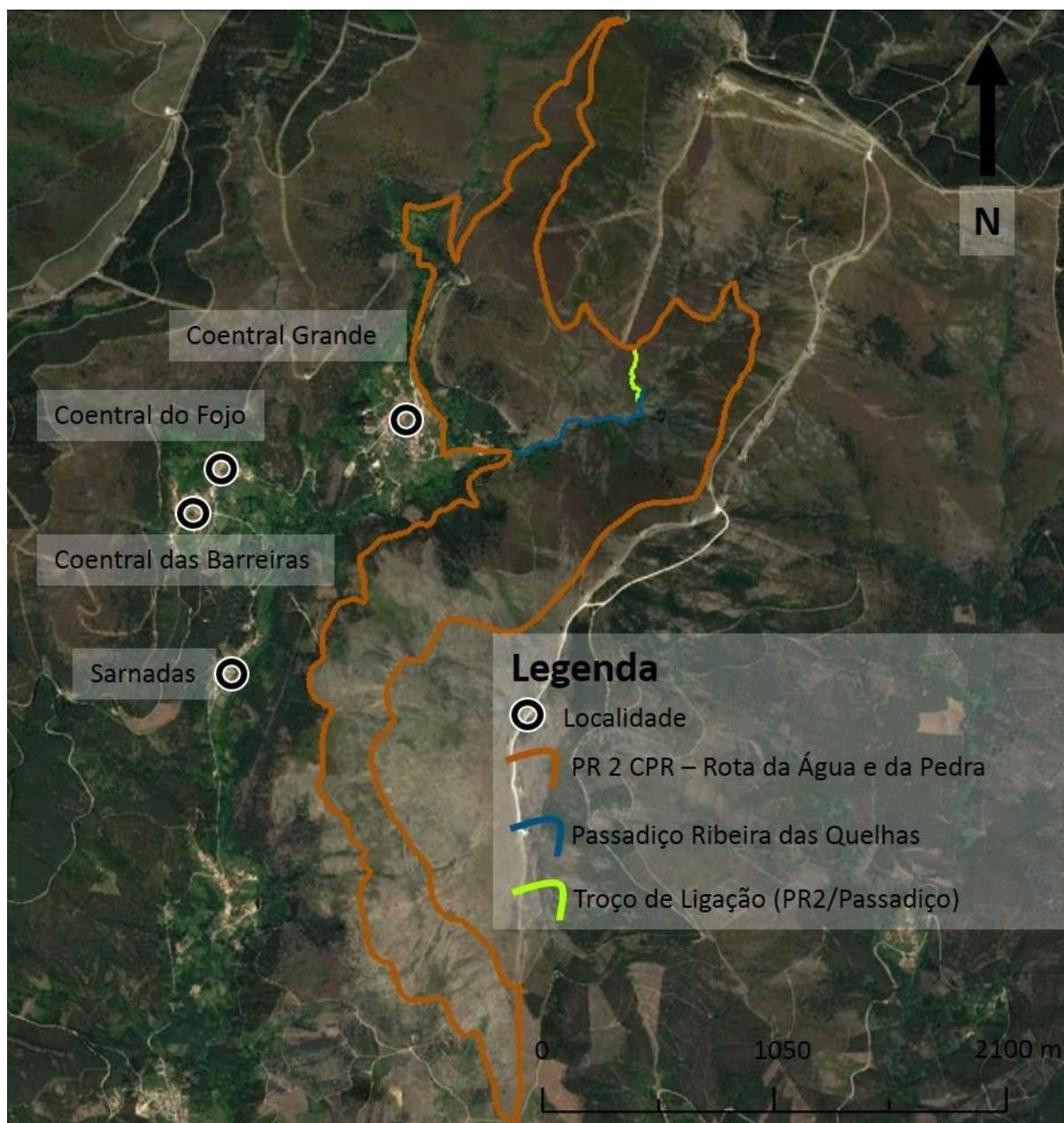


Figura 40. Representação cartográfica do percurso pedestre PR2 CPR – Rota da Água e da Pedra, e ligação com o passadiço, ao longo da ribeira das Quelhas

Em relação ao estacionamento, preconiza-se a requalificação do largo do Coentral Grande, para ampliar a capacidade instalada, com resposta para todos os tipos de veículos

motorizados, tal como o reforço de informação e sinalização rodoviária desde os limites do concelho em geral e da vila em particular.

2.4.2 Inovação da proposta

Quanto à fundamentação do grau de inovação desta proposta, importa considerar: a relevância dos ambientes novos, alternativos ou complementares no turismo da pós-modernidade, mediante a oferta de atividades em múltiplas vertentes, com possibilidade de realização durante todo o ano, como acontece, em particular, nos espaços rurais e nas áreas de montanha; o interesse dos turistas em realizar cada vez mais atividades participativas e criativas no seu programa de visita (relacionado com o objetivo de participar de experiências únicas e não reproduzíveis); e a multidimensionalidade das motivações inerentes às viagens turísticas – basta recordar que a aprendizagem, embora centrada na cultura (artes e ofícios, gastronomia, entre outros) também pode incluir a espiritualidade e a natureza (Carvalho e Alves, 2017b). Isto para explicar que o projeto foi concebido com o intuito de proporcionar uma experiência turística singular (visitar e descobrir) associada à educação ambiental, resgatando uma unidade de paisagem que até ao presente tem estado oculta ou pouco visível (e, por isso, configura um vazio) na geografia do turismo local e regional.

Como principais contributos inovadores, o projeto preconiza: a integração dos elementos do percurso na paisagem, através da utilização de matérias primas naturais (pedra e madeira) e a preservação da vegetação arbustiva e arbórea ao longo do passadiço; o compromisso de contribuir para a rearborização do setor mais elevado do vale da ribeira das Quelhas, atualmente sem vegetação arbórea, até ao limite com o perímetro florestal; a instalação de contadores automáticos para acompanhar a evolução do número de utilizadores ao longo do ano e apoiar a gestão quotidiana com eventuais medidas que podem incluir a limitação temporária ou permanente em determinados períodos em função de situações excecionais (internas e externas); a criação de indicadores de monitorização, nomeadamente no que concerne à recolha de lixo, estado de conservação das espécies de flora, com preocupações ambientais e sociais; implementação de medidas de mitigação ou de compensação de eventuais impactos negativos na paisagem e no ecossistema como é o caso da gravação em baixo relevo dos elementos de fauna e flora, evitando a utilização de placas ou painéis informativos ao longo do percurso; implementação de um plano de educação ou sensibilização ambiental aplicado ao turismo, com o apoio de especialistas (técnicos e académicos) de reconhecido mérito,

envolvendo a população residente, os operadores turísticos (alojamento, animação, guias, entre outros) e os turistas, com ações *in loco* e em contexto institucional; a criação de planos de comunicação e de segurança (nomeadamente com a regulação do trânsito e outras medidas de prevenção na área de intervenção).

2.4.3 Contributo para a valorização do interior/reforço da coesão territorial

No que diz respeito ao contributo do projeto para a valorização do interior ou para o reforço da coesão territorial, aferido pela criação de valor, emprego e efeito de arrastamento ou impacto na fixação das populações no interior, é necessário sublinhar que esta intervenção incide em territórios de baixa densidade (União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral). Estes, até ao momento, não apresentam uma oferta estruturada de equipamentos, infraestruturas e serviços recreativos ou turísticos, não obstante o seu potencial de recursos, designadamente património natural, cultural ou paisagístico, com destaque para a água, a natureza e a biodiversidade, que com as estratégias adequadas e os apoios necessários, permitirá criar valor em particular no contexto do turismo ativo e de natureza.

Em articulação com outros recursos que entretanto foram objeto de estudo e configuram na atualidade propostas concretas para a criação de equipamentos ou infraestruturas para atividades com baixas emissões de carbono, consideradas relevantes na referida estratégia turística, quer em fase de candidatura (percursos pedestres, *trail running* e BTT), quer já implementadas no território (rede de *geocaching* associada aos percursos pedestres), o passadiço (para fruição e interpretação) de uma parte da ribeira das Quelhas, como matriz fundamental da presente proposta, será um contributo decisivo para estruturar ou dinamizar o mercado local de emprego relacionado com estas atividades, através de uma previsível e desejada criação de valor ao nível do alojamento (apenas existe uma unidade de alojamento local, de pequena dimensão), que pode contribuir para a requalificação de imóveis de elevado valor arquitetónico; da animação turística, uma vez que é imperioso o desenvolvimento de serviços especializados/qualificados para responder a um provável crescimento da procura de guias da natureza; da cafetaria ou da restauração, para responder no local a outra expectável necessidade dos visitantes, com efeitos positivos também para as produções agrícolas ou pecuárias locais; ou ainda do comércio de artesanato e outros produtos com selo de recomendação ou certificação, uma vez que todas estas atividades (com a exceção assinalada) não existem no Coentral.

De igual modo, esta dinâmica pode induzir efeitos positivos na fixação de população e até na capacidade para atrair novos residentes/atores, por via também de outras atividades complementares que possam emergir com base neste projeto inovador – a este respeito, e somente no que concerne à geoeconomia primária, importa explicitar o potencial produtivo dos solos, a disponibilidade de água e pastos, para além de outros recursos naturais.

Por outro lado, este território é parte de uma das maiores e mais relevantes manchas verdes com reconhecido valor natural, cultural e ambiental da Região Centro: a Serra da Lousã, com a particularidade de constituir a mais importante unidade de paisagem das Aldeias do Xisto e, ao mesmo tempo, configurar um espaço incontornável para os fluxos que gravitam em torno deste reconhecido produto turístico. Este projeto poderá contribuir também para a integração de Castanheira de Pera (através dos Coentrais) na rede de oferta das Aldeias do Xisto (à qual acrescenta valor, pela singularidade das suas paisagens e patrimónios), com diversas vantagens associadas, nomeadamente divulgação, promoção, reconhecimento, parcerias, trabalho em rede, organização de eventos ou indução de novas atividades económicas.

2.4.4 Explicitação e relevância dos planos/ações de comunicação, monitorização, sustentabilidade, educação ambiental, segurança e proteção civil

A criação do passadiço, tendo em consideração as atuais dinâmicas do turismo nos territórios com forte componente natural, apresenta-se como um elemento relevante na ação de comunicação de Castanheira de Pera com o mercado turístico nacional e internacional, uma vez que é cada vez mais importante uma oferta turística 365 dias por ano, algo que, até ao momento, não dispunha.

Por outro lado, tendo sido um dos territórios mais afetados pelos incêndios florestais de 2017, a imagem percecionada e associada a Castanheira de Pera, bem como a alguns dos concelhos contíguos, é negativa. Pretende-se, com este projeto, contribuir para atenuar ou contrariar a imagem de território repulsivo e inseguro. Com efeito, a área afeta ao desenvolvimento do passadiço integra o setor do concelho que não foi fustigado pelos incêndios de junho de 2017 (correspondente à antiga freguesia do Coentral), apresentando-se como uma das áreas verdes de melhor qualidade da região.

Em outros domínios, de pormenor, o projeto terá uma componente importante de valorização e comunicação contínua, que servirá para a prossecução dos objetivos enunciados anteriormente.

Na vertente da monitorização pretende-se quantificar dois domínios fundamentais: utilizadores e pegada ecológica (plano de sustentabilidade).

Em primeiro lugar, considera-se prioritário o conhecimento sobre o número de utilizadores que usufruem do passadiço ao longo do ano, a vários níveis: compreender o alcance e o volume da procura de um dos elementos do produto turístico no território; utilizar os dados quantitativos como ferramenta de *marketing*, comunicação e indicador de avaliação da estratégia turística municipal; fazer uso dos dados, em tempo real, para gerir situações de risco potencial e/ou de crise real (como incêndio florestal ou meteorologia adversa, entre outros), que permitirá saber, por exemplo, o número de pessoas no interior do passadiço num momento exato de necessidade de aplicação de recursos de emergência e segurança (em colaboração com a estrutura de proteção civil municipal); ajustar a oferta do plano de atividades em função dos fluxos médios de procura; contribuir para a disponibilização de mais e melhor informação estatística no domínio do turismo em Portugal; apoio ao estudo e à aplicação de estratégias de dinamização e valorização da oferta turística; entre outros.

Para a obtenção de dados quantitativos quanto ao número de utilizadores do passadiço foi instalado um contador automático. Da mesma forma, a rede de *geocaching* instalada pelo município na área envolvente ao passadiço, e no interior deste, para além de atrair e criar condições para que um número crescente de praticantes da modalidade possam descobrir o território, permitirá monitorizar quantos *geocachers* procuram o passadiço e o que dizem e partilham sobre a sua experiência no território.

Na vertente de monitorização, integrada no plano de sustentabilidade, a pegada ecológica do projeto será quantificada através dos seguintes indicadores: volume de resíduos (lixo) por utilizador, sendo o peso monitorizado por tipologia (orgânico, plástico, papel e vidro) e objeto de inserção nos canais de reciclagem; número de árvores plantadas na área envolvente ao projeto por número de utilizadores; total de ações de educação ambiental realizadas por ano, e respetivo número de participantes; controlo da qualidade da água da ribeira das Quelhas; entre outros.

Desta forma, pretende-se construir um projeto contínuo de comunicação e *marketing*, ao qual se encontra associado um plano de monitorização permanente, com indicadores calculados mensalmente e/ou anualmente.

Uma vez que a sustentabilidade é um desígnio fundamental, o município de Castanheira de Pera deverá desenvolver estratégias e mecanismos na amplitude dos principais domínios associados a esta preocupação.

Na vertente económica, alojará os recursos para fazer face às necessidades de manutenção do passadiço e da sua envolvente, na recolha de resíduos, ações de monitorização e comunicação associadas ao projeto. De igual modo, procurará incentivar a dinamização da economia local, valorizando o alojamento, a restauração, as artes e ofícios tradicionais, bem como atrair e fixar novos operadores turísticos. Este é, em primeiro lugar, um projeto criado com e para as comunidades locais, para ativar a economia local, mitigar os efeitos da sazonalidade turística, promover o concelho bem como a região. De acordo com a estratégia municipal para o turismo, o passadiço estará em articulação com outras estruturas e/ou equipamentos existentes ou em fase de implementação, como sejam a rede de percursos pedestres, ciclável e de *geocaching*, maximizando os investimentos e mitigando custos de manutenção e dinamização.

No plano social, o envolvimento da comunidade local é um elemento fundamental na prossecução do projeto, desde logo na fase de candidatura, com o apoio dos residentes na seleção do traçado definido, na identificação de elementos patrimoniais relevantes, na inventariação de singularidades (por exemplo, designações atribuídas às quedas de água da ribeira). Terão, da mesma forma, um papel importante na dinamização do passadiço, não só como “guardiões”, mas assumindo um papel ativo nas dinâmicas de valorização do território. Todas as ações do calendário de animação serão desenvolvidas em articulação com as comunidades locais e, parte delas, serão destinadas à interação turista/visitante-residente, através de experiências de elevado valor simbólico, como sejam a produção artesanal de queijo de cabra, a apicultura e outros saberes locais, por exemplo.

Por fim, a componente ambiental será objeto de particular atenção por parte do projeto. Considerando que a totalidade da área abrangida pelo passadiço se encontra em Rede Natura 2000 – Sítio Serra da Lousã (PTCON0060) e em domínio de Reserva Ecológica Nacional, serão desenvolvidas ações específicas com dois objetivos distintos: dar a conhecer e desenvolver ações de valorização e conservação do património natural. No primeiro desígnio, será trabalhado um calendário anual de animação, com uma forte componente alicerçada em ações de educação ambiental, de comprometimento e sensibilização dos visitantes/turistas para os valores do ambiente, em domínios como: recursos hídricos, espécies invasoras, floresta nativa, biodiversidade, conservação da natureza, paisagem, entre outros. Para o cumprimento do segundo objetivo, e em articulação com o calendário de animação, será dada prioridade à plantação de espécies autóctones nas vertentes adjacentes ao passadiço que não se encontram arborizadas (em

ações concretizadas, em conjunto, pela comunidade local e pelos utilizadores do passadiço), bem como de mitigação da pegada ecológica gerada pelo fluxo de utilizadores da estrutura, como sejam, entre outros: implementação de um sistema de monitorização de recolha de resíduos (lixo) nas papelarias distribuídas ao longo do passadiço bem como, a acontecer, ao longo da extensão deste fora dos locais apropriados; controlo de espécies invasoras (flora); monitorização da qualidade da água da Ribeira das Quelhas (em comparação com o antes e após implementação do passadiço, e sua evolução anual em pelo menos dois períodos – inverno e verão).

No mercado do turismo, de forma crescente, o sentimento de segurança associado a esta atividade é crucial. Da mesma forma, apresenta-se como imperativo e obrigação dos gestores dos territórios proporcionar condições para que, quem procura a sua oferta, o possa fazer nas melhores condições de segurança possíveis. Neste sentido, e considerando o processo de planeamento fundamental para evitar eventuais situações de emergência, o projeto tem em consideração algumas vertentes em articulação com a estrutura municipal de proteção civil.

Para além da utilização dos dados quantitativos referentes ao número de utilizadores do passadiço, em tempo real, para gerir situações de risco potencial e/ou de crise real conforme já referido, considera-se a execução dos seguintes elementos, de apoio à segurança e proteção civil: capacitação da rede rodoviária municipal para responder à potencial procura (com instalação de espelhos parabólicos convexos, nas curvas de menor visibilidade nos acessos entre a vila de Castanheira de Pera e o Coentral); criação de área de estacionamento (automóveis e autocarros) no lugar de Coentral Grande, e interdição de acesso a veículos motorizados (exceto viaturas de emergência, viaturas com dístico atribuído a pessoas com incapacidade e viaturas autorizadas pela Câmara Municipal de Castanheira de Pera), ao caminho florestal de acesso ao início do passadiço (dista cerca de 500 metros da área de estacionamento); alargamento do largo existente junto ao ponto de início do passadiço, para facilitar o acesso a viaturas de emergência e realização de manobras de inversão de marcha; limpeza e alargamento da estrada florestal de acesso ao topo do passadiço (setor a montante), com criação de área para manobras de inversão de marcha (acesso exclusivo a viaturas de emergência e a viaturas autorizadas pela Câmara Municipal de Castanheira de Pera); criação de boca de incêndio nas proximidades do setor mais elevado do passadiço, que será um complemento ao tanque de água já existente na área inicial do traçado proposto neste projeto.

2.5 Notas finais

Os passadiços correspondem, em geral, a estruturas de madeira, elevadas, com secções planas e/ou inclinadas, para acesso, em condições de segurança, a locais onde dominam fortes condicionantes ou limitações, em diversos ambientes geográficos, e que permitem conciliar atividade física, aventura e natureza.

Como elementos autónomos ou enquanto parte de percursos pedestres e/ou cicláveis, com uma ampla variedade de temáticas matriciais e narrativas associadas, os passadiços apresentam uma evolução bastante significativa, com crescimento e diversificação da oferta, em Portugal, nos últimos anos, tal como são frequentemente acompanhados de painéis informativos, painéis interpretativos, leitores de paisagem, sinalética para identificação de espécies florísticas e/ou faunísticas, áreas de descanso (com bancos e, por vezes, estruturas de ensombramento), áreas de observação de avifauna, entre outros elementos, o que explica a sua relevância para a promoção de atividades de lazer ativo e contacto com o ar livre, designadamente pedestrianismo, *geocaching*, ciclismo, *trail running* ou orientação, para além do contributo inestimável para a melhoria das práticas de turismo, quando a descarbonização, a imersão ou a originalidade das experiências *in loco* assumem renovada visibilidade e são reconhecidos como eixos orientadores das principais mudanças tendo em vista a sustentabilidade da atividade turística contemporânea.

O passadiço da ribeira das Quelhas resulta de uma estratégia (com diversos eixos e medidas de ação) para valorização dos recursos ecoculturais do Coentral e Castanheira de Pera, e afirmação gradual do território no mercado do lazer ativo, turismo de natureza, turismo rural, e *touring* cultural e paisagístico, tendo consubstanciado uma candidatura à Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior, do Programa Valorizar, com o montante de investimento de aproximadamente 400.000 Euros, para o qual obteve aprovação e financiamento de natureza não reembolsável de quase 358.000 Euros (Figura 41).



Figura 41. Sinalização da iniciativa aprovada pelo Turismo de Portugal (09/2020)

Ao contrário de outros exemplos de passadiços, trata-se de uma proposta integrada em percurso pedestre (Rota da Água e da Pedra), da qual constitui uma variante com a particularidade de encurtar a dimensão do seu traçado sem prejuízo de proporcionar condições para visitar, conhecer e experienciar de forma imersiva os elementos diferenciadores e notáveis do território.

O anúncio de procedimento (concurso público para empreitada de obras públicas) foi publicado no Diário da República, 2.ª série - N.º 120, de 26 de junho de 2019, com o valor base de 346.444,90 Euros e o prazo de execução de 120 dias⁹. A execução foi consignada à empresa Tosca, a qual tem no seu portefólio diversas obras do mesmo género (como, por exemplo, os passadiços de Ovar), através de contrato datado de 16 de outubro de 2019, no valor de 281.022,52 Euros e com prazo de execução de 75 dias¹⁰.

A implementação dos “Passadiços das Quelhas” começou no final de 2019 (Figura 42) e ficou concluída em julho de 2021 (Figuras 43 e 44), o que reflete sucessivos atrasos e conseqüente prorrogação do prazo da empreitada, para os quais contribuíram

⁹ De acordo com <https://dre.pt/application/conteudo/122712058> (acedido a 22/07/2021).

¹⁰ Conforme informação disponível em <https://www.racius.com/passadicos-das-quelhas/> (acedido a 22/07/2021).

dificuldades técnicas de execução, restrições e condicionalismos relacionados com a pandemia de COVID-19, entre outros fatores.



Figura 42. Início da construção do Passadiço das Quelhas (12/2019)



Figura 43. Sinalética de interpretação no Passadiço das Quelhas (04/2021)



Figura 44. Passadiço das Quelhas: área de descanso (09/2021)

No intervalo de tempo entre a conceção da proposta/candidatura e a execução do projeto no terreno, tivemos oportunidade de apresentar algumas sugestões e contributos para a melhoria do resultado final da sua concretização, designadamente:

– A mudança das instalações sanitárias, do local inicialmente previsto (à entrada do passadiço), para o largo do Coentral Grande, como espaço adequado para o estacionamento principal na aldeia, embora se reconheça a necessidade da sua requalificação, para assumir um lugar de destaque face aos novos equipamentos/infraestruturas previstos – passadiço e percursos pedestres –, e ao processo de candidatura (que envolveu a elaboração e entrega de um plano de aldeia) do Coentral Grande à Rede de Aldeias do Xisto, o que permite compreender a escala dos objetivos, das mudanças planeadas e da pertinência de uma intervenção integrada – que até ao momento não ocorreu –, para além de resolver objeções/impedimentos legais da sua localização junto à ribeira das Quelhas.

– A implementação do percurso pedestre “Rota da Água e da Pedra”, pelo menos na dimensão mínima, antes da abertura do passadiço, para que a capacidade de atração e permanência no Coentral não ficasse limitada ao passadiço, o que seria reforçado com a concretização da rede de percursos prevista para o Coentral e também para outros locais do município.

– A melhoria substancial da estratégia de informação e comunicação não só do passadiço como de outros projetos importantes e, ainda, do conjunto da oferta de lazer e turismo em Castanheira de Pera.

Percebe-se, assim, que o passadoço não é um elemento isolado, ao invés, é parte de uma visão holística para o desenvolvimento turístico do território, a qual, na escala de mudança que se preconiza, carece, igualmente, de recursos humanos qualificados, em particular no que diz respeito aos domínios de conceção, planeamento e gestão.

Capítulo 3

TRAIL RUNNING: PROPOSTA MULTIMODAL PARA VILA NOVA DE POIARES

3.1 Trail Running

Correr na cidade, no campo ou na montanha, para fazer desporto ou manter a forma física, deixou de ser um passatempo para se tornar um fenómeno de massas, ideia que levou Vayá e González (2017:49) a referir que “A esta práctica deportiva se le denomina comúnmente *running*, término inglés que sustituyó al de *jogging* (trote) utilizado originariamente”.

Ainda segundo os citados autores, na Europa o *running* começou a crescer no final de 70 e início dos anos 80. Em Espanha, a partir de meados da primeira década de 2000, o *running* assumiu importância como prática desportiva de massas, com o crescimento do número de praticantes, o aumento e a diversificação geográfica das provas, gerando uma importante atividade económica à sua volta: aquisição de sapatilhas e material desportivo; organização de eventos; contratação de serviços de cronometragem, seguros, *marketing*, viagens, alojamento, restauração, entre outros.

Esta dinâmica recente ou conceção moderna do *running* (apesar das dificuldades em delimitar com exatidão os seus traços originais e o que o diferencia, de outras atividades análogas¹¹) revela uma ligação estreita aos espaços naturais, em geral, e aos espaços de montanha, em particular (Urbaneja *et al.*, 2016).

Portugal acompanhou esta tendência e o *running* representa hoje um importante segmento de mercado para as empresas relacionadas com o lazer, o turismo e o desporto, e também uma oportunidade para promover e valorizar ambientes geográficos naturais e paisagens culturais, designadamente nos espaços rurais e nas montanhas.

Da mesma maneira, a oferta de atividades de *running* passou a incluir diversas distâncias (desde 5 ou 10, até 21, 42 ou mais quilómetros) e, assim, atraiu uma maior diversidade de participantes. “Pero además de la distancia, el terreno sobre el que practicar este deporte también resulta importante. Se puede elegir pues entre correr dentro de los pueblos y ciudades o disfrutar de los encantos que ofrece la naturaleza practicando

¹¹ O crescimento da atividade está na génese da “(...) decisão de se criar uma associação de TR internacional (ITRA, s.d.), tendo esta sido fundada em julho de 2013, com a designação de International Trail-Running Association (ITRA)” (Santiago, 2016:24).

el conocido como trail de montaña entre los entendidos del tema” (Vayá e González (2017:50).

Segundo a Associação de *Trail Running* de Portugal (ATRP), o *trail running*¹² é uma “Corrida pedestre em Natureza, com o mínimo de percurso pavimentado/alcatroado, que não deverá exceder 10% do percurso total, em vários ambientes (serra, montanha, alta montanha, planície, etc) e terrenos (estradão, caminho florestal, trilho, single track, etc), idealmente – mas não obrigatoriamente – em semi ou auto-suficiência, a realizar de dia ou durante a noite, em percurso devidamente balizado e marcado e em respeito pela ética desportiva, lealdade, solidariedade e pelo meio ambiente.” (<http://associacaotrailrunningportugal.pt/conceito-de-trail-running/>).

A ATRP, para “melhorar o nível de informação prestado aos atletas participantes em provas de Trail”, com base em tendências internacionais, preconiza a introdução de “um grau de classificação que permita de forma simples, e através de letras, identificar a natureza de cada prova em particular”, com base em dois critérios fundamentais, a saber: distância e desnível. A distância permite categorizar o *trail* e o *ultra trail* da seguinte forma: *Trail Curto* – TC (até 21.0975 km, o equivalente a meia maratona); *Trail Longo* – TL (de 21.0975 até 42.195 km); *Trail Ultra* – TU (superior a 42.195 km), desdobrado em *Trail Ultra Médio* (de 42.195 a 69 km), *Trail Ultra Longo* (de 70 a 99 km) e *Trail Ultra XL* (superior a 100 km). O rácio entre o desnível positivo acumulado e distância total (x 100) está na base de quatro graus, identificados de 1 até 4, do seguinte modo: até 3 (grau 1); entre 3 e 5 (grau (2)); entre 5 e 7 (grau 3), superior a 7 (grau 4), o que traduz um sentido ascendente de dificuldade para os praticantes.

A dimensão desportiva tem particular visibilidade nos Campeonatos Nacionais de *Trail*, de *Ultra Trail*, de *Ultra Endurance* e na Taça de Portugal, com mais de quatro dezenas de provas (43) em 2017¹³, distribuídas pelas diferentes regiões do país (Norte, Centro, Sul, Madeira e Açores) – as duas primeiras são responsáveis por quase 60% do total de provas realizadas ou a realizar no referido ano.

A Serra da Lousã assume relevância neste universo de crescimento do *trail running* (Figura 45) e de cada vez maior procura por diferentes provas, pois em alguns dos seus concelhos (como é o caso, em particular, de Lousã e Miranda do Corvo) decorreram de forma exclusiva ou articulada com outros municípios próximos, apenas

¹² Esta definição está alinhada com a perspetiva da ITRA.

¹³ Informação disponível no *site* da ATRP (2017); acedido em 30/11/2017.

para referir o ano de 2017, as seguintes provas: Trilhos dos Abutres (28/01), Campeonato Nacional de *Trail* e Campeonato Nacional de *Ultra Trail*; Louzantrail (18/6), Campeonato Nacional de *Trail* e Campeonato Nacional de *Ultra Trail*; UTAX - *Ultra Trail* Aldeias do Xisto (21/10), Campeonato Nacional de *Ultra Endurance*. Ao mesmo tempo, a ATRP, entidade responsável pelos referidos campeonatos, em parceria com as entidades locais que organizam cada uma das provas que os integram, tem a sua sede no “Centro de Estágio de *Trail Running* e BTT de Vila Nova” (Miranda do Corvo).



Figura 45. *Outdoor* alusivo ao Louzan Trail 2019 (Lousã, 01/2019)

Contudo, a oferta de provas de *trail running* em Portugal é bastante superior a esta dimensão¹⁴. Santiago¹⁵ (2016:75) elaborou “(...) um levantamento das provas desta

¹⁴ Importa considerar também o *Skyrunning*. Como refere a Federação Internacional de *Skyrunning*, citada pela FCMP (no “Regulamento de Competições de *Skyrunning*”), “Ao contrário de outras disciplinas de corrida, as competições de *Skyrunning* representam o desafio supremo, onde as corridas não são apenas medidas pela distância, mas também pela verticalidade e pela dificuldade técnica, num ambiente natural de montanha, onde a terra encontra o céu.”

A FCMP, na mesma fonte, advoga que a “(...) atividade de *Skyrunning* é um desporto específico de corrida que se disputa na montanha, em qualquer período do ano, por um percurso pré-definido que se realiza a pé, no menor tempo possível, atingindo as mais altas montanhas da região (...)”. As normas são cruciais para “(...) descrever as obrigações e os direitos dos concorrentes que participam nas competições oficiais de *Skyrunning* e daqueles que as organizam, bem como para promover o bem-estar físico dos concorrentes, tendo em conta as questões de segurança, sem nunca esquecer o meio em que se realiza a atividade para que seja efetiva a proteção da natureza” (FCMP, 2016:5) – disponível em: http://www.fcmpportugal.com/files/regulamentos/Regulamento_Skyrunning.pdf; acedido em 09/12/2017.

¹⁵ O autor realizou também um inquérito com 402 respondentes (334 obtidos via *online* e 68 aplicados pessoalmente em provas) tendo concluído que o *trail running* é “(...) um desporto praticado

modalidade, bem como os respetivos trails e entidades organizadoras, que ocorreram no ano de 2015, através do portal online RunPortugal (...)” o que permitiu concluir da realização de 241 provas e de 475 *trails* no conjunto das provas realizadas em 2015 – destes últimos, 22 fizeram parte dos circuitos nacionais da ARTP.

Como explica o atleta internacional (também organizador de provas e grande figura mediática) de *trail running*, Carlos Sá, em entrevista ao jornal Público¹⁶ (28/10/2016), por ocasião do Campeonato do Mundo de *Trail Running* que decorreu em Portugal (na área da Peneda-Gerês, em final de outubro de 2016), “No trail, só 20% do pelotão corre tendo em conta a vitória e o seu tempo. O resto das pessoas vai para absorver a paisagem, ter um dia divertido e para se superar a si próprio. Se no final demorarem dez, 12 ou 15 horas, isso é pouco relevante. Essa mais-valia é que vai alimentar este desporto por muito mais tempo. Na maratona é muito difícil alguém ao fim de dez ou 15 quilómetros fazer todo o restante percurso a caminhar, porque até se sente envergonhado e tem a ambulância atrás a pressionar. No trail isso não acontece, o que torna a modalidade acessível a muito mais gente”.

Por outro lado, o *trail* aparece cada vez mais associado a causas ambientais, patrimoniais e sociais, com a organização de provas/eventos solidários em diferentes regiões do país como, por exemplo, o “Trail na Serra da Nogueira” (desporto e vertente solidária, em 2016) ou o “Trail do Lince” (Silves e Monchique, para apoiar a preservação do lince ibérico, em 2016).

O estudo de Soler Vayá e Martín González (2017), centrado nos efeitos económicos, sociais, culturais e ambientais do *trail running* na pequena localidade (com uma centena de habitantes) de Carrícola (Valencia), permite concluir que os resultados superam em larga medida a dimensão (muito pequena) do investimento público, ou seja, demonstram os efeitos positivos desta atividade para a promoção do turismo rural em municípios com problemas de desenvolvimento.

maioritariamente por atletas dos 35 aos 40 anos, sendo que predominam os praticantes do género masculino (género masculino 74,9%, género feminino 25,1%). Por entre outras conclusões obtidas pelo recurso a esta ferramenta (...) percebeu-se que a maioria dos praticantes desta modalidade aproveita para visitar as regiões onde realizam provas de TR (nem que seja raramente), contra apenas 44 (de 400) dos indivíduos da amostra que afirmaram não o fazer, o que comprova em parte o seu poder para gerar fluxos de turismo” (Santiago, 2016:90).

¹⁶ Disponível em: <https://www.publico.pt/desporto/noticia/em-portugal-conseguimos-fazer-provas-ao-longo-de-todo-o-ano-1749079>; acedido em 29/12/2020.

Portanto, o *trail running* é uma corrida pedestre na natureza, em trilhos marcados, podendo ser considerado um desporto ou uma atividade recreativa, conforme as motivações principais dos praticantes, configurando um segmento em rápido crescimento e com efeitos económicos, sociais e ambientais¹⁷ em geral positivos para os territórios onde ocorre, designadamente quando associados a eventos de escala internacional ou mundial, como aconteceu em Miranda do Corvo, em julho de 2019, por ocasião do Campeonato do Mundo da especialidade (Figura 46).



Figura 46. *Trail World Championships* (Gondramaz, 06/2019)

3.2 Mata de São Pedro Dias/Alveite

Em março de 2017, no âmbito de reunião presencial na Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, tivemos oportunidade de apresentar uma proposta de valorização

¹⁷ O aumento significativo do número de corridas de montanha em ambientes naturais com estatuto de proteção tem suscitado preocupações quanto às externalidades negativas que estas atividades podem estar a provocar nos espaços montanhosos, o que conduziu, no caso de Espanha, à edição do “*Guía de buenas prácticas para el desarrollo de carreras por montaña en espacios naturales protegidos*” (2016).

Elaborado pelo grupo de trabalho do “EUROPARC-Espanha” sobre “Carreras por montaña en espacios naturales protegidos”, o documento refere que “(...) el número total de carreras por montaña y otras actividades colectivas y organizadas que transcurra por espacios naturales protegidos, en las que los participantes van a pie y por un itinerario fijado por la organización (caminatas, marchas, maratones, cross, triatlón/duatlón de montaña) supera las 1.100 y, la cifra de participantes en estos eventos, superaría los 246.000” e salienta a “necesidad de su regulación con el fin de mantener tanto los beneficios que produce esta actividad deportiva como la conservación del medio en el que tienen lugar estas pruebas, y que constituye el objetivo fundamental de su existencia como espacios protegidos” (García e Alandi, 2016:6).

Portanto, regular e ordenar são domínios fundamentais para compatibilizar o desenvolvimento destas atividades com a conservação dos valores patrimoniais dos espaços onde ocorrem.

turística e de lazer da Mata de São Pedro Dias/Alveite, com infraestruturas multimodais de lazer ativo e turismo de natureza, designadamente para *trail running*, pedestrianismo, BTT e *geocaching*.

O estudo a realizar preconizava uma solução com um traçado comum (cerca de uma dezena de quilómetros) para as referidas atividades, com o objetivo de integrar/articular os recursos ecoculturais de maior relevo, considerando, ainda, a possibilidade de incluir uma ou mais pequenas derivações, através de tarefas fundamentais como a definição do traçado (com cartografia, principais características do percurso, pontos de interesse patrimonial), a localização e descritivos gerais das *geocaches*, a orçamentação das componentes de marcação e de valorização do trilho (sinaléticas, painéis informativos), a par da sugestão de outras formas de valorização patrimonial e desenvolvimento turístico da Mata de São Pedro Dias/Alveite e do concelho de Vila Nova de Poiares.

A Mata de São Pedro Dias/Alveite¹⁸, apesar de fustigada na sua história por vários incêndios, conserva ainda elementos florísticos relevantes, nomeadamente carvalhais (*Quercus pyrenaica*) e medronhais (*Arbutus unedo*), embora ameaçados pela crescente dispersão de plantas invasoras, sobretudo de *Acacia dealbata* e, em crescendo, de *Acacia longifolia* e *Eucalyptus globulus* (Carvalho e Alves, 2017c). As condições oferecidas pela flora existente são decisivas para a manutenção de habitats para espécies como o javali (*Sus scrofa*), a raposa (*Vulpes vulpes*), o melro-preto (*Turdus merula*), o gaio (*Garrulus glandarius*), a borboleta-cauda-de-andorinha (*Papilio machaon*) ou a cleopatra (*Gonepteryx cleopatra*). Quanto ao universo cultural, importa mencionar o artesanato, nomeadamente a louça de barro preto (olaria), as mós e as cantarias de grés (“pedra vermelha de Alveite”) – Figura 47 –, e ainda os antigos fornos de cal (embora já desativados e, a maioria, em estado de ruína) – Figura 48.

No quadro cénico, a Mata de São Pedro Dias/Alveite, ou melhor, a cumeada da Serra do Bidueiro, oferece um amplo horizonte visual, em particular para o setor noroeste da Cordilheira Central (Figura 49), mas também para outras unidades ou subunidades de relevo, como, por exemplo, as serras do Buçaco e Caramulo, o Rebordo Montanhoso do Maciço Antigo, a Plataforma Inclinada da Beira Alta ou o Vale do Alva.

¹⁸ “O perímetro florestal das serras de São Pedro Dias e Alveite foi constituído por decreto de 3 de outubro de 1941 (publicado no Diário do Governo, 2.ª série, n.º 231, de 3 de outubro de 1941) e corresponde a antigos terrenos baldios, com quartzitos (a noroeste), arenitos (a sudeste) e outros materiais sedimentares, elevando-se a 452 metros de altitude” (Carvalho e Alves, 2017c:13).



Figura 47. Sinalização de oficina de canteiro em Olho Marinho (10/2019)



Figura 48. Antigo forno de cal parda em Alveite Grande (02/2018)



Figura 49. Horizonte visual com a Serra da Estrela e a Serra do Açor (em cenário de fundo), desde a cumeada da Serra do Bidueiro (11/2021)

O trabalho de campo preliminar reforçou o conhecimento da Serra do Bidueiro, tal como foi decisivo para a fundamentação da proposta de “(...) infraestruturas de turismo e lazer, com baixas emissões de carbono e com captação de praticantes de diversas modalidades, que conduzam ao reconhecimento do património natural e cultural da mata, por muitos desconhecida” (Carvalho e Alves, 2017:16).

Porém, na fase de execução do trabalho, a área de estudo foi atingida por um violento incêndio florestal, em meados de outubro (2017), no âmbito de uma das ocorrências de maior dimensão e com mais efeitos catastróficos desde que há registo deste tipo de episódios em Portugal. Mas nem por isso deixámos de concluir as tarefas em curso, com base na convicção que a Mata de São Pedro Dias/Alveite teria possibilidades de recuperar e até de constituir um espaço inovador, quer por via de regeneração natural dos elementos florísticos mais significativos, designadamente a mancha de carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*) e os núcleos de medronheiro (*Arbutus unedo*), quer através de operações planeadas para plantação de espécies nativas ou naturalizadas, tendo presente que os ambientes florestais são sinónimo de multiplicidade de usos e valores no contexto da sociedade pós-moderna e da ruralidade pós-produtivista.

É assim que o lazer e o turismo, enquanto atividades cada vez mais importantes no contexto das novas funções das paisagens florestais, configuram elementos

diferenciadores para segmentos alicerçados na aprendizagem e nas experiências de grande valor simbólico, o que faz das iniciativas de educação ambiental, no caso em estudo, em que é possível acompanhar o renascimento de uma mancha florestal relevante, uma oportunidade para valorizar o território, sensibilizar e envolver a sociedade nesse desígnio coletivo.

Com efeito, na Mata de São Pedro Dias/Alveite, atendendo às suas características geomorfológicas, biogeográficas e antrópicas, consideramos que mitigar ou contrariar os efeitos locais do último incêndio é tirar o melhor partido da regeneração natural e acrescentar valor com medidas e ações concretas para valorizar o seu património, entre as quais destacamos o lazer ativo, o turismo de natureza e a educação ambiental como eixos estratégicos para abrir e consolidar novas janelas de oportunidade.

Da mesma forma, a definição/criação de um percurso pedestre de pequena rota (inserido num circuito multimodal) poderá, para além dos elementos já mencionados, contribuir, de forma planeada, para disciplinar ações recreativas, educativas ou de outra natureza, a desenvolver no território, o que permitirá acompanhar a evolução da Mata (germinação; rebentação; ações de controlo/erradicação de plantas invasoras; plantações de novas parcelas com plantas nativas; observação e compreensão da importância da floresta nativa na propagação dos incêndios florestais), com distintos públicos-alvo: grupos de escolas; população local; ações de *team building* (nomeadamente com grupos de empresas); voluntários; pedestrianistas; *geocachers*, entre outros.

Assim, a proposta para valorização da Mata de São Pedro Dias/Alveite deverá incluir as modalidades de *trail running*, pedestrianismo, BTT e *geocaching*, através de um traçado comum, com o intuito de criar um percurso multimodal circular (com cerca de uma dezena de quilómetros de extensão), o que contribuirá para diversificar a oferta disponível no concelho de Vila Nova de Poiares, e, previsivelmente, para aumentar a sua atratividade nos domínios do lazer ativo e do turismo de natureza (Carvalho e Alves, 2018b).

3.3 Circuito multimodal de São Pedro Dias/Alveite

3.3.1 Metodologia

No plano metodológico, o desenho da proposta para a dinamização de atividades de lazer ativo e turismo de natureza na Mata de São Pedro Dias/Alveite, decorre de duas tarefas fundamentais. Em primeiro lugar, procedeu-se à análise da oferta existente, nas modalidades referidas, o que permitiu concluir que não existe, de forma estruturada,

qualquer circuito pedestre, de BTT e *trail running* na área em estudo. O mesmo sucede com o *geocaching* (uma vez que não existe qualquer rede estruturada, estando apenas uma *geocache* referenciada no marco geodésico do Bidueiro, mas que se encontra inativa). Numa segunda etapa, e após ponderação das variáveis anteriormente mencionadas, apresenta-se um conjunto de propostas para a definição do circuito multimodal de acordo com os objetivos traçados.

Deste modo, as tarefas conducentes à definição do circuito multimodal tiveram como suporte várias sessões de trabalho de campo para reconhecimento dos percursos pré-levantados/sinalizados, através da análise de imagens de satélite e cartas militares (antes e depois do incêndio florestal de outubro de 2017). Para definir o traçado, foram analisados diversos elementos como: topografia (desníveis), pisos, necessidade de manutenção/limpeza dos caminhos (no presente e futuro), pontos de interesse (e elementos de ligação). De igual modo, foi necessário conciliar com as pretensões e orientações do município de Vila Nova de Poiares, nomeadamente a não utilização da área terraplanada (cujo objetivo inicial foi a construção de um aeródromo) e de uma das principais vias de acesso a este setor da Mata. As sessões finais de campo permitiram a contabilização e georreferenciação das necessidades de marcação (em suporte natural e/ou através de sinalética física – balizas), georreferenciação de múltiplos dados (pontos de interesse, traçados, perfis altitudinais, marcas artificiais, painéis de início/fim dos percursos, leitores de paisagem, áreas de intervenção/manutenção prioritárias, entre outros). Por último, relacionamos os dados recolhidos nas sessões de trabalho de campo com a informação obtida através de imagens de satélite, com o objetivo de otimizar os circuitos, procurando evitar redundâncias, diversificar a oferta, explorar unidades de paisagem distintas, explicitar as necessidades de recuperação dos caminhos e/ou de limpeza.

3.3.2 Traçado e características principais

O traçado que resultou do trabalho desenvolvido, de pequena rota (no caso do percurso pedestre) e *trail* curto (para o *trail running*), assume uma forma circular ou “em anel satélite” (visto que a parte inicial/final do percurso, numa extensão de aproximadamente 900 metros, é coincidente num formato linear) e apresenta uma extensão de 9,1 quilómetros (Figura 50).



Figura 50. Traçado para o circuito multimodal da Mata de São Pedro Dias/Alveite

Após articulação com o município da Lousã, o local de início/fim do circuito será próximo da antiga casa da Mata do Braçal (Figura 51), junto à Estrada Nacional 2, permitindo uma maior visibilidade ao circuito (pelo elevado número de pessoas que circulam por esta via diariamente), contribuindo também para promover uma nova utilização de um pequeno troço desativado (antiga curva), junto à referida via de comunicação (Figura 52), o qual permite a criação de um parque de estacionamento, evitando que os utilizadores do circuito multimodal se sintam “tentados” a levar as suas viaturas para o ponto de início/fim.



Figura 51. Antiga casa da Mata do Braçal (11/2021)



Figura 52. Local de início/fim do circuito multimodal da Mata de São Pedro Dias/Alveite (11/2021)

Deste modo, e considerando a presença de diversos pontos de interesse na proximidade (a curta distância) do traçado principal aconselhamos, ainda, a criação de três derivações (Figura 53): olho de água – cerca de 80 metros (ida e volta); forno de cal – com distância de 670 metros (ida e volta); marco geodésico do Bidueiro – 568 metros de extensão (ida e volta), que possam fazer a ligação, em segurança, entre cada um deles e o circuito multimodal.

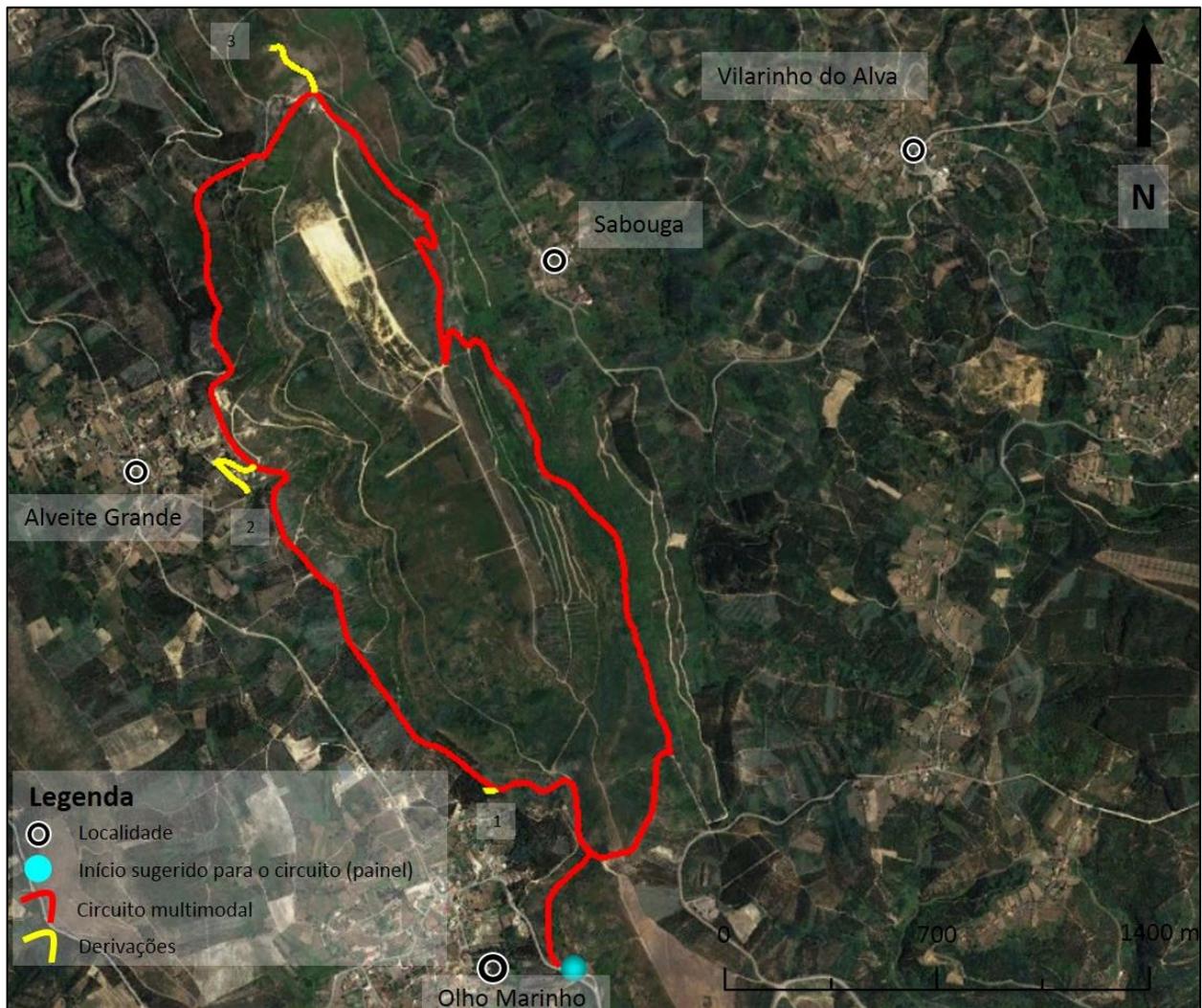


Figura 53. Traçado para o circuito multimodal da Mata de São Pedro Dias/Alveite, com derivações (1- olho de água; 2- forno de cal; 3- marco geodésico do Bidueiro)

No caso do Dólmen de São Pedro Dias, o acesso (pelo facto de cruzar a Estrada Nacional 17), a distância (a qual implicaria um acréscimo adicional superior a 2,5 quilómetros – ida e volta) e o declive (cerca de 6%), não recomendam a marcação de uma derivação, embora seja importante a integração deste Imóvel de Interesse Público

(Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990) na estratégia de comunicação e divulgação associada ao percurso (cartografia, textos dos folhetos e painéis, página *online* do município) com o intuito de sugerir uma visita ao local.

Devido à existência de diversas possibilidades de cruzamento com outras estradas florestais e/ou caminhos, consideramos que a ação de marcação do circuito multimodal deve ser especialmente cuidadosa.

Quanto às necessidades de manutenção (limpeza e arranjos) consideramos que, no geral, o circuito proposto não carece de intervenções de fundo. Porém, e devido aos impactes do incêndio nesta área, aconselhamos que seja feita uma vistoria técnica por parte de uma equipa de sapadores florestais (ou similar), com o intuito de remover algumas árvores, arbustos e/ou partes de árvores que se encontrem sobre o caminho. Com o intuito de facilitar e tornar mais seguro o acesso a dois dos pontos de interesse referenciados – olho de água e forno de cal – recomendamos a limpeza/remoção de vegetação, maioritariamente subarborescente (matos), no primeiro caso, e o nivelamento do caminho que, por ação da água se encontra, ligeiramente ravinado, ambos representados pelas respetivas derivações sinalizadas na Figura 53.

O traçado apresenta um desnível acumulado de 359 metros, variando entre uma altitude máxima de 438 metros e uma altitude mínima de 306 metros (Figura 54), considerando apenas o circuito principal (sem derivações).

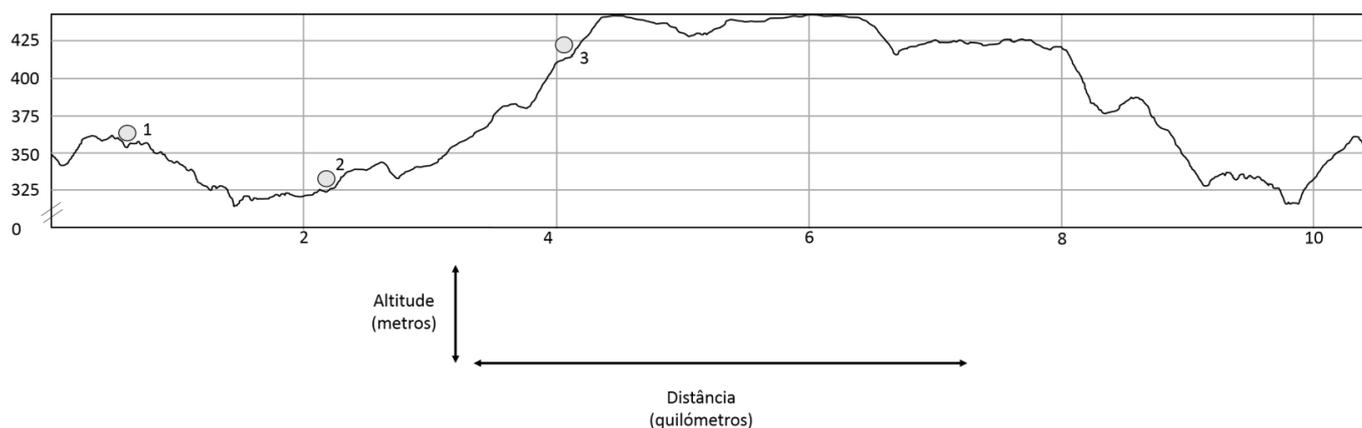


Figura 54. Perfil topográfico do circuito multimodal da Mata de São Pedro Dias/Alveite, com identificação dos pontos de ligação às derivações (1- olho de água; 2- forno de cal; 3- marco geodésico do Bidueiro)

O piso é exclusivamente em terra (100%), ao longo de estradão (caminho florestal). Em marcha contínua, sem paragens, estimamos que este percurso tenha uma duração média de quatro horas.

No seio do circuito, o nível de classificação na vertente do percurso pedestre, quanto ao seu grau de dificuldade, através da escala de classificação MIDE (“Método de Información de Excursiones”) adaptada, consideramos as seguintes ponderações: Meio – 2; Itinerário – 2; Progressão – 2; Esforço – 3.

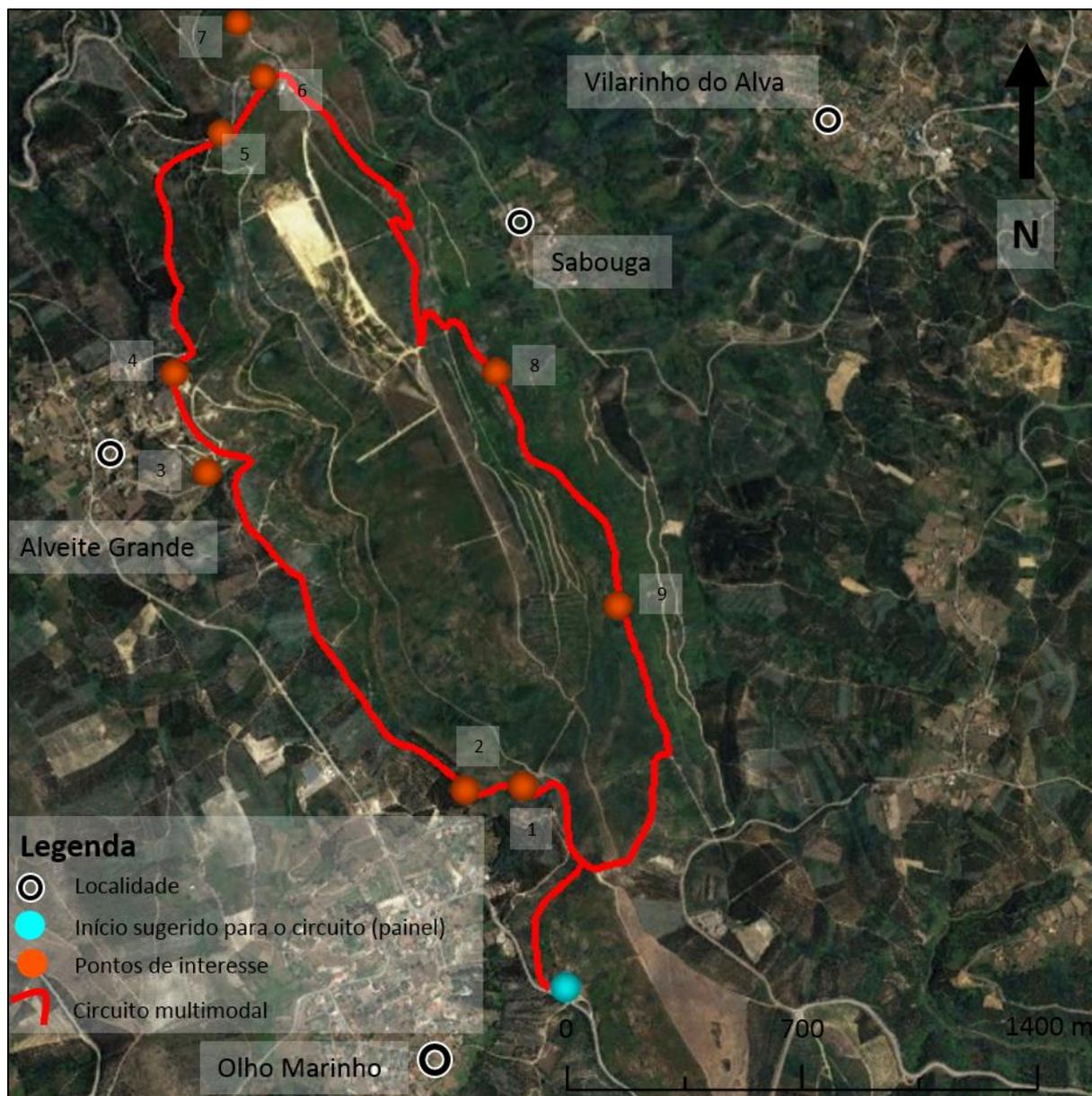


Figura 55. Pontos de interesse do circuito multimodal da Mata de São Pedro Dias/Alveite (1- pedraira; 2- olho de água; 3- forno de cal; 4- campo de tiro; 5- casa florestal; 6- antiga britadeira; 7- marco geodésico do Bidueiro; 8- carvalhal (*Quercus pyrenaica*); 9- tanque de água dos antigos Serviços Florestais)

Ao longo do circuito, para além das múltiplas paisagens e elementos patrimoniais diversificados mencionados e descritos, consideramos pertinente a identificação de nove pontos de interesse que, pela sua singularidade ou curiosidade que podem suscitar, identificamos nas Figuras 55 e 56.

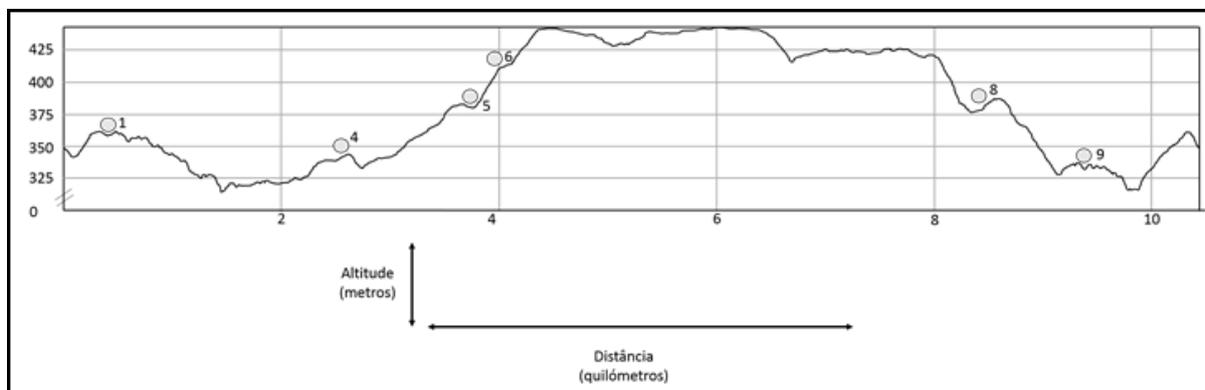


Figura 56. Perfil topográfico do circuito multimodal da Mata de São Pedro Dias/Alveite, com identificação dos pontos de interesse, sem derivações (1- pedreira; 4- campo de tiro; 5- casa florestal; 6- antiga britadeira; 8- carvalhal (*Quercus pyrenaica*); 9- tanque de água dos antigos Serviços Florestais)

No quadro geral da criação e implementação de percursos/centros de *trail running* em Portugal, atualmente, ainda não existe legislação/regulamentação bem como entidade que regule o processo de implementação e homologação de percursos e/ou centros de *trail running*, existindo apenas recomendações por parte da Associação *Trail Running* Portugal (ATRP).

Assim, sugerimos que a marcação do circuito siga as orientações da referida entidade, de acordo com o esquema representado na Figura 57.

Ao contrário do percurso pedestre, cuja marcação deverá considerar os dois sentidos de realização (horário e anti-horário), independentemente do sentido aconselhado, no caso do *trail running* e BTT a marcação deverá ser feita apenas num sentido, pelo que aconselhamos o sentido horário.

Quanto à época aconselhada para a realização deste circuito, nas suas múltiplas atividades, consideramos que este pode ser realizado em qualquer época do ano. No entanto, recomenda-se mais cuidado em condições de precipitação, pois o piso torna-se escorregadio em alguns setores, aumentando a exposição ao risco na progressão.



Fonte: <http://dexcobertas.pt/2017/02/14/4186/>

Figura 57. Sinalética sugerida pela ATRP para a marcação de circuito de *trail running*

Sugere-se a realização do circuito em sentido horário, não obstante as condições permitem que se possa realizar em ambos os sentidos (exclusivamente no caso do percurso pedestre), sem alterações dos perfis e grau de dificuldade.

Considerando as condições favoráveis ao desenvolvimento do coberto vegetal (sobretudo subarbustivo), em especial após o incêndio que afetou a Mata de São Pedro Dias/Alveite, e ao normal desgaste das marcações efetuadas em elementos naturais (pedras, árvores, entre outros), é recomendável a realização de duas ações de verificação por ano (janeiro e setembro), para limpeza, reparação do circuito e reposição de marcas e sinalética.

Por último, no que diz respeito à rede de *geocaching*, da mesma forma com o que verificamos para as atividades de pedestrianismo, BTT e *trail running*, o concelho de Vila Nova de Poiares não dispunha de qualquer rede de *geocaches* planeada estrategicamente, orientando a oferta para um mercado crescente e, sobretudo, promovendo e valorizando os seus múltiplos recursos territoriais.

A ponderação dos pontos físicos a georreferenciar tem em consideração vários elementos, como sejam: regras estabelecidas no seio da comunidade de *geocaching* (nomeadamente as de criação de *geocaches*); valorização do potencial patrimonial da Mata de São Pedro Dias/Alveite (natural, cultural e paisagístico); articulação (sempre que possível) com os pontos de interesse destacados pelo circuito multimodal apresentado

(percurso pedestre, BTT e *trail running*); respeito pelos valores ambientais, culturais e de salvaguarda dos interesses e respeito das populações locais; evitar a massificação da oferta de *geocaches* no território, procurando um equilíbrio entre a realidade instalada, a capacidade de carga dos lugares e potencial de cada *geocache* proposta no enriquecimento da experiência turística de quem a procura/encontra.

A 16 de fevereiro de 2018, a realidade da oferta de *geocaching* instalada no concelho de Vila Nova de Poiares, apresentava um total de 11 *geocaches*, com uma particularidade: a totalidade foi criada/instalada por praticantes (*geocachers*), de modo individual, e de forma não estruturada, ou seja, não existe nenhuma rede de *geocaching*, estruturada ou semiestruturada.

Partindo da análise da realidade instalada e da sua ligação com os fatores de ponderação para a definição dos pontos físicos a georreferenciar (anteriormente referidos), o grupo de trabalho do projeto aconselha a colocação de 11 *geocaches*, sendo 10 coincidentes com o circuito multimodal, e uma outra junto à pedreira localizada a nordeste da área de estudo, o que representa um aumento de 100% da oferta de *geocaching* no território, cumprindo as regras estabelecidas no seio da comunidade de *geocaching* (nomeadamente as de criação de *geocaches*), bem como os requisitos já mencionados.

Sugerimos, por fim, que o nome do *owner* (dono das *geocaches* no *site geocaching.com*) possa assumir uma designação de projeto, pelo que propomos a denominação “Visit_Poiares”.

Em resumo, esta proposta inclui as modalidades de *trail running*, pedestrianismo, BTT e *geocaching*, através de um traçado comum, com o intuito de criar um percurso multimodal circular (com cerca de uma dezena de quilómetros de extensão) na Mata de São Pedro Dias/Alveite. A valorização dos recursos ecoculturais associados ao perímetro florestal e território circundante pode, no futuro, assumir outra dimensão e visibilidade, por exemplo, com as Matas do Braçal e Sobral (Lousã), através de equipamentos e infraestruturas apropriados, de modo a criar um corredor verde de fruição e interpretação, entre os rios Ceira e Alva, centrado na temática florestal.

Capítulo 4

A RELEVÂNCIA DO CICLOTURISMO PARA DIVERSIFICAR A ATIVIDADE TURÍSTICA EM GÓIS

4.1 Atividades cicláveis: cicloturismo e BTT

Enquanto forma de mobilidade suave, a bicicleta apresenta um enorme potencial para mitigar um dos maiores problemas – na ótica das externalidades negativas para o ambiente – da atividade turística: o transporte, e, também por isso, a utilização da bicicleta emerge como prioridade em diversos destinos, cada vez mais de forma articulada com o pedestrianismo (*walking & cycling*), tendo em vista promover o turismo de baixo carbono.

As vertentes desportiva (com ou sem carácter de competição) e recreativa (lazer/turismo) de ciclismo estão geralmente associadas, quer à bicicleta de todo-terreno (BTT) – Figura 58, vulgarmente conhecida como bicicleta de montanha (*mountain bike* ou MTB), com reconhecida polivalência que permite a sua utilização “fora da estrada” (trilhos, caminhos de terra, pisos irregulares, sinuosos e por vezes com obstáculos e declives acentuados), quer à bicicleta de estrada (Figura 59), sendo esta o modelo adequado para os pisos betuminosos e em bom estado de conservação, tendo em linha de conta as reconhecidas limitações que apresenta quando o objetivo é realizar atividades cicláveis em percursos com maior ou menor irregularidade topográfica e onde dominam pisos de terra.

Se no âmbito conceptual sobressaem expressões como *bicycle tourism*, *cycling tourism*, *cycle tourism*, turismo de/em/com bicicleta, cicloturismo, é evidente, de igual modo, no contexto das condições que permitem ou favorecem a utilização de bicicletas, o crescimento e visibilidade de infraestruturas como ecopistas (Figura 60) e ecovias (ambas permitem uma utilização mista, pedestre ou ciclável, e podem ser realizadas com diversos tipos de bicicleta); ciclovias; e ainda trilhos ou percursos de BTT (Figura 61), os quais, pela exigência (nível de dificuldade) técnica e física, aconselham o uso de bicicleta para todo-o-terreno (Carvalho, 2021).



Figura 58. Bicicletas de Todo-o-Terreno (Senhora da Graça/Mondim de Basto, 09/2018)



Figura 59. Bicicletas de Estrada antes do início da Etapa Lousã-Guarda da 79.^a edição da Volta a Portugal (Lousã, 08/2017)



Figura 60. Ciclistas na Ecopista do Rio Minho (Monção, 07/2019)



Figura 61. Sinalética de Trilho de BTT (Castro Laboreiro, 04/2017)

Os percursos cicláveis, repartidos entre uma oferta variada e acessível, atendendo a motivações tão diversas como a manutenção física, a fruição da paisagem ou a vertente desportiva, entre outras, podem incluir igualmente equipamentos de receção e apoio aos utilizadores, como acontece, por exemplo, com os Centros de BTT (Figura 62) ou de Cicloturismo em Portugal, para as várias vertentes, disciplinas ou modalidades de ciclismo.

As atividades centradas na bicicleta revelam não só as relações de interdependência entre o lazer, o turismo e o desporto, como também as profundas transformações que marcam estes grandes domínios nas últimas décadas. Com efeito, a literatura da especialidade compreende análises que remetem quer para o desporto, quer para o turismo (por vezes através da animação turística), embora convergentes em relação a um vetor principal: a ligação à natureza (que em sentido genérico inclui outras atividades não só terrestres, como aquáticas e/ou aéreas).



Figura 62. Centro de BTT (Sarzedas, 09/2017)

Nas palavras de Lamont (2015:153), “o cicloturismo é um segmento amplo e multidimensional”, ou seja, constitui um quadro conceptual em que sobressaem propostas de autores, como, por exemplo, Lumsdon (1996), Ritchie, (1998), Simonsen *et al.*, (1998), Weston *et al.* (2012) ou Han *et al.* (2017:92). Estes últimos investigadores, citados por Carvalho (2021:74), consideram o cicloturismo como “o ciclismo que se realiza por motivos de lazer e em períodos de tempo superiores a 24 horas entre um lugar de origem

e um destino concreto, e identificam como características diferenciadores desta atividade “a deslocação para fora do local de residência; a duração, que pode oscilar entre um ou vários dias; o seu carácter não competitivo; o ciclismo é a motivação principal da viagem; desenvolve-se num contexto ativo; e constitui uma forma de lazer e entretenimento”.

Como reconhecem Moral-Moral, Renda & Martins (2018), a partir dos resultados de investigação de diversos autores, as principais motivações que explicam o interesse por esta atividade são o contacto com a natureza e a fruição de paisagens e ambientes naturais; a realização de atividade física saudável; a utilização da bicicleta como instrumento de lazer; e, ainda, segundo Moral-Moral (2016), a utilização da bicicleta para visitar atrativos turísticos de uma determinada área geográfica.

Em síntese, a bicicleta pode ser utilizada para realizar atividades de recreio por períodos de tempo de curta duração (que não implicam estada) ou constituir o motivo principal (como suporte da deslocação ou pelo percurso/rota a realizar para chegar ao destino) de uma viagem por um ou vários dias com visita e permanência em diversos territórios, para os quais, no plano de atratividade, tem particular relevância a escassez ou reduzida densidade de tráfego automóvel, a adequada sinalização das vias, a boa qualidade dos pavimentos, a diversidade de rotas, e a oferta de serviços para os cicloturistas (Carvalho, 2021).

Quanto à BTT, o número de praticantes, em diversas modalidades, como, por exemplo, *Downhill*, *Cross-Country*, *Free Ride*, Maratona, na perspetiva de lazer e turismo ou na vertente desportiva (competição), aumentou de forma significativa nas últimas duas décadas, “para o qual contribuiu o reconhecimento olímpico desta modalidade, a sua afirmação no seio das federações nacionais de ciclismo e ainda o crescimento do número de provas (nacionais e internacionais) acompanhado do interesse e divulgação por parte dos meios de comunicação social” (Roque e Carvalho, 2016:16).

De acordo com Gavinho (2010:26), “um dos aspetos impressionantes na evolução da BTT¹⁹ é sem dúvida a passagem de uma atividade recreativa restrita para um produto turístico de grande procura. Hoje a BTT é mais do que simplesmente realizar percursos com irregularidades e ultrapassar obstáculos em caminhos, trilhos ou estruturas construídas para o efeito (DECO, 2009). Estamos perante uma atividade em contínuo crescimento e evolução e que, devido às suas características, permite um melhor

¹⁹ A transição dos contextos de montanha (trilhos de terra e pedra) para os cenários urbanos (percursos asfaltados e empedrados), aconteceu no início deste milénio com a realização do “1º Lisboa Downtown” (Roque, 2011), abrindo espaço para uma nova vertente da BTT: o *Downhill* Urbano.

conhecimento das regiões e das suas riquezas naturais e culturais, sendo um produto turístico com forte potencial para o sector da animação turística em Portugal”.

Rodrigues (2020), no seu trabalho de investigação sobre o *Downhill* enquanto produto turístico, identificou quase 140 competições nacionais e internacionais de *Downhill* e *Downhill* Urbano em Portugal, entre 2007 e 2019, com destaque para as regiões do Centro e Norte, com 49% e 30% do total, respetivamente, para a sub-região de Coimbra (com 19% do total é a mais importante e nível nacional), e para os concelhos de Porto de Mós, São Brás de Alportel, Ribeira de Pena, Pampilhosa da Serra, Gouveia e Lousã no que diz respeito ao número de provas realizadas no período em análise.

Assim, compreende-se o interesse crescente pelas atividades de lazer ativo e turismo associadas às bicicletas, designadamente de diversas instituições públicas, com o propósito de fazer do “(...) cicloturismo uma oportunidade para melhorar a atividade turística e uma alternativa de desenvolvimento sustentável para diferentes espaços geográficos” (Carvalho, 2021:79).

É o caso da União Europeia, através do apoio à rede *EuroVelo*, “a qual foi proposta e implementada pela *European Cyclists Federation* [ECF] em 1997, com o intuito de estimular o uso da bicicleta como meio de transporte (mobilidade sustentável) e de promover o turismo em bicicleta (cicloturismo)” (Carvalho, 2021:80). No presente, a *EuroVelo* oferece dezassete rotas, com um total superior a de 90000 quilómetros (dos quais mais de metade são ciclovias e estradas de reduzido tráfego), em mais de quarenta países – incluindo Portugal, uma vez que a Rota 1 estabelece a ligação entre o Cabo Norte (Noruega) e a Ponta de Sagres, ao longo do Atlântico.

“Em Portugal, as principais infraestruturas para a prática de cicloturismo estão em geral relacionadas com iniciativas públicas apoiadas em diversos instrumentos, através de fundos nacionais e/ou comunitários” (Carvalho, 2021:82), com destaque, na perspetiva desta reflexão, para as ecopistas.

As ecopistas (designação portuguesa para vias verdes ou *green ways*) resultam da reutilização de canais ferroviários desativados/abandonados para atividades pedestres e cicláveis, incluindo plataformas, estações e apeadeiros, cais e armazéns de carga, obras de arte e outros elementos relevantes para apoiar as novas utilizações, através de protocolos entre a REFER e as Câmaras Municipais, o que corresponde, na atualidade, a treze intervenções concluídas, com mais de três centenas de quilómetros, em quase três dezenas de municípios das regiões Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, e Alentejo (Carvalho, 2021).

Por outro lado, é importante mencionar que o universo de percursos cicláveis em Portugal apresenta uma expansão significativa nos últimos cinco anos, com novas ofertas para BTT, Estrada e *Gravel*, principalmente por iniciativa de entidades regionais de turismo, comunidades intermunicipais, câmaras municipais ou associações locais, com a participação da Federação Portuguesa de Ciclismo (FPC), a quem compete a homologação das infraestruturas e equipamentos.

O recente lançamento (em março de 2021) da primeira edição do anuário “Cyclin’ Portugal²⁰”, com diversas informações relevantes sobre os percursos cicláveis e os centros Cyclin’ Portugal²¹, constitui mais um exemplo do papel da FPC, designadamente através do “Programa Cyclin’ Portugal”, para “promover o país enquanto destino privilegiado para a prática do ciclismo, incluindo o setor competitivo profissional, mas também o turismo em bicicleta e atividades de Ciclismo para Todos.” (FPC, 2016:6-7). Segundo esta publicação, “a rede de infraestruturas (...) em finais de 2020, ascendeu a um “record” de 35 projetos homologados e mais de 12.000 quilómetros de percursos mapeados (...)” (FPC, 2021:5).

4.2 Componente ciclável e valorização turística de Góis

É reconhecido o valor do património natural, cultural e paisagístico do concelho de Góis (Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – Figura 1), a par de diversas iniciativas do executivo municipal na afirmação do turismo, principalmente através de percursos pedestres, praias fluviais, Aldeias do Xisto e concentração motard.

As atividades cicláveis, através de diversas configurações ou tipologias, não fazem parte da oferta estruturada de lazer/turismo em Góis, apesar do potencial do território para integrar esse segmento, o que está na génese da apresentação (em março de 2017) e do desenvolvimento (entre junho e setembro do mesmo ano) de uma proposta de estudo de traçados de interesse turístico e/ou cultural para prática de cicloturismo e bicicleta todo-o-terreno (BTT), com base em recursos diferenciadores, nomeadamente o território das Aldeias do Xisto e o vale do rio Ceira (Carvalho, 2017).

²⁰ Disponível em: https://www.fpciclismo.pt/ficheiros/2021/cyclin_portugal.pdf

²¹ “Todos estes centros (...) dispõem de equipamentos desportivos de lazer permanentes e de acesso gratuito, bem como de redes de trilhos sinalizados e locais de acolhimento dotados de um conjunto de equipamentos de apoio, como estacionamento, balneários e uma estação de serviço para bicicletas” (FPC, 2021:16).

Este projeto pretende contribuir para a diversificação da oferta de atividades de lazer e turismo, nomeadamente no que corresponde ao uso da bicicleta, através de percursos planeados, estruturados, com sinalização e suportes de divulgação adequados, para aumentar a capacidade atrativa deste território na captação de um “nicho de mercado”, cada vez maior, como são os praticantes de ciclismo, nas suas diversas modalidades.

A realização do trabalho teve subjacente a preocupação de incluir os principais pontos focais de expressão patrimonial – sem esquecer os cenários da sua implementação e orçamentação –, abrindo a possibilidade de incluir, em fase posterior, novas sugestões de ciclovias/vias cicláveis com o intuito de ampliar e valorizar a oferta cicloturística de Góis (e também a mobilidade urbana sustentável/verde) ou adicionar pontos de interesse através de outras formas de lazer, como seja o *geocaching*.

O traçado proposto para o segmento da bicicleta-todo-o-terreno (BTT), no contexto territorial da subunidade de paisagem das Aldeias do Xisto, inserido na Serra da Lousã e no Sítio de Interesse Comunitário da Rede Natura 2000 (PTCON0060), com presença visual, quase permanente, dos Penedos de Góis, desenvolve-se ao longo de aproximadamente 18 quilómetros, numa rota circular, com início e fim na Aldeia do Xisto de Aigra Nova (à entrada, junto à área de estacionamento, no largo da Fonte), utilizando, sobretudo, caminhos e estradas florestais de terra batida (com exceção das áreas de contacto com os lugares, maioritariamente em asfalto, mas em quantidade pouco significativa) – Figura 63.

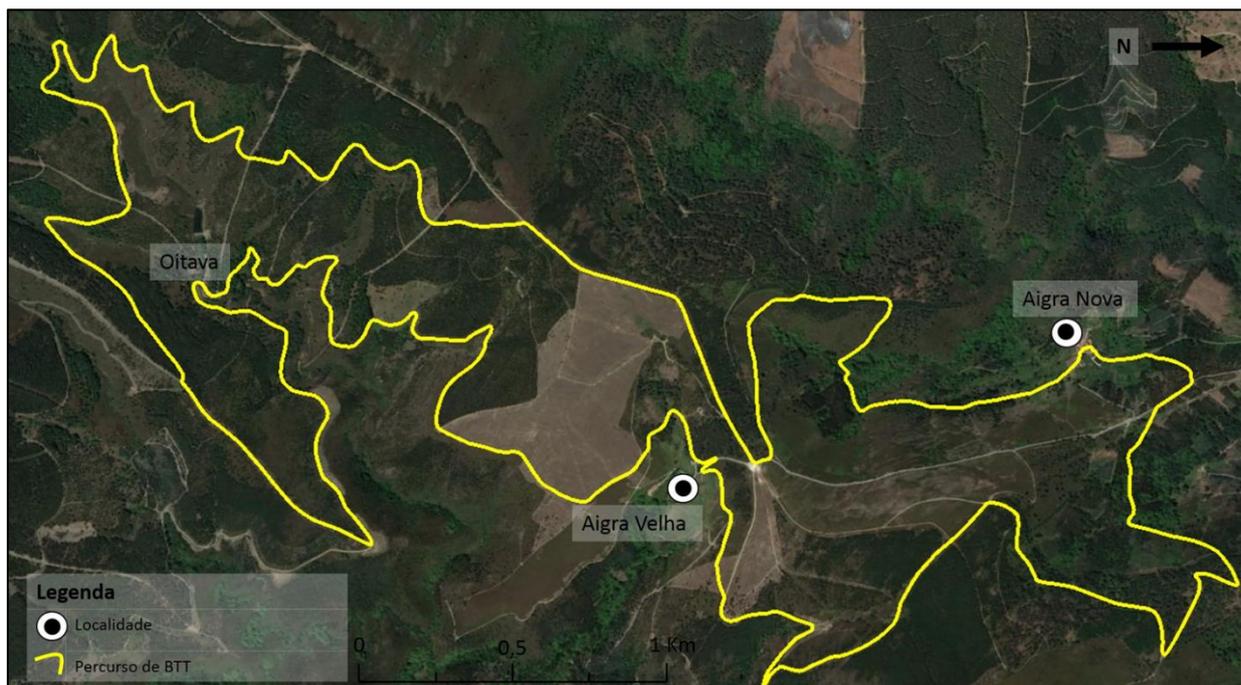


Figura 63. Percurso de bicicleta-todo-o-terreno (BTT) proposto para a subunidade de paisagem das Aldeias do Xisto, em Góis

Para além de Aigra Nova (Figura 64), o percurso faz ligação até ao denominado Penedo dos Corvos e, deste ponto, avança até à Aigra Velha (Figura 65). Desta Aldeia do Xisto, o percurso de BTT segue até ao Parque Florestal da Oitava (Figura 66), cruzando uma vasta área de pinheiro negro (*Pinus nigra*) e pseudotsugas (*Pseudotsuga menziesii*), até alcançar o Cabeço da Aigra, a partir do qual o horizonte próximo tem como referências as cumeadas da Serra da Lousã (Trevim e Penedos de Góis) e, numa segunda linha de paisagem, a perder-se no horizonte, a Serra do Caramulo, culminando, com a Serra da Estrela e vista para a Torre, o ponto de maior altitude em Portugal Continental. No setor seguinte, anuncia-se a descida até alcançar Aigra Velha e Aigra Nova, num troço acompanhado pelo vale da ribeira do Mouro e pelos soitos que ladeiam o trajeto percorrido.



Figura 64. Aigra Nova (07/2017)

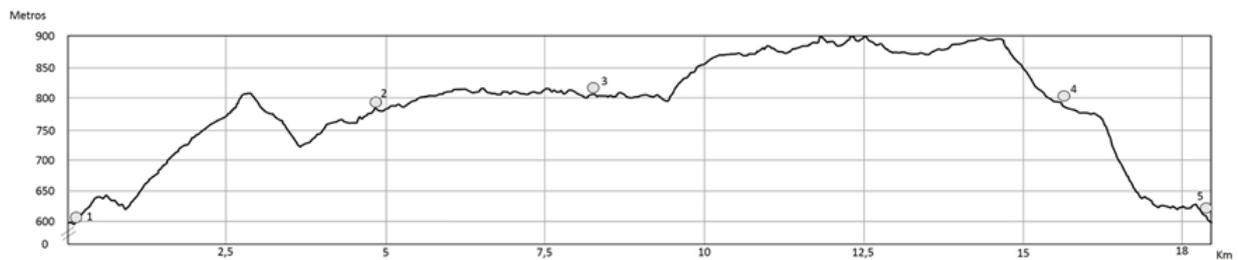


Figura 65. Aigra Velha (04/2016)



Figura 66. Parque Florestal da Oitava (05/2017)

Desenvolvendo-se ao longo de uma cota média próxima dos 789 metros de altitude, os seus 18 quilómetros de distância variam entre os 590 e os 900 metros de altitude, aos quais correspondem ganhos/perdas de elevação de 632 metros. Apresenta declives máximos de 19,5% (em subida) e 29% (em descida), com os declives médios a variar entre 5,7% (em sentido ascendente) e 7% (em sentido descendente) – Figura 66.



Legenda: 1 – Aigra Nova; 2 – Aigra Velha; 3 – Parque Florestal da Oitava; 4 – Aigra Velha; 5 – Aigra Nova

Figura 67. Perfil topográfico do percurso de bicicleta-todo-o-terreno (BTT) proposto para a subunidade de paisagem das Aldeias do Xisto

O percurso proposto para o segmento do cicloturismo, no contexto territorial da unidade de paisagem do vale do rio Ceira²², inserido no contexto das Serras do Açor, apresenta cerca de 36,4 quilómetros, com início e fim na vila de Góis, no Parque do Cerejal (margem direita do rio Ceira), utilizando, exclusivamente, estradas asfaltadas secundárias e/ou municipais (Figura 68). O traçado é na globalidade circular, apresentando um eixo linear (de traçado comum) entre a vila de Góis e a Cabreira, lugar a partir do qual o percurso se desenvolve pelas duas vertentes do vale do rio Ceira, promovendo um trajeto circular.

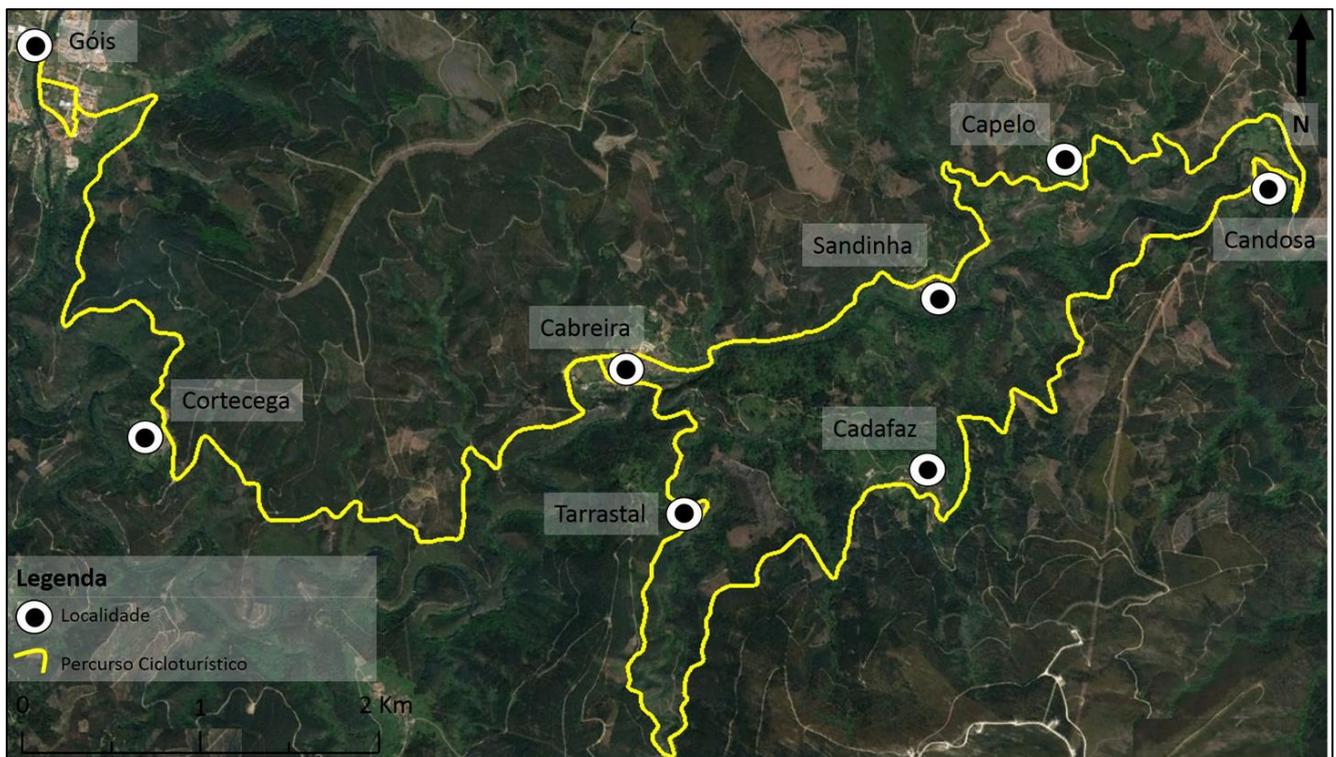


Figura 68. Percurso de cicloturismo proposto para a subunidade de paisagem do vale do rio Ceira

Assim, para além da vila de Góis (onde atravessa, de forma parcial, o centro histórico), o traçado proposto faz ligação até à Cabreira (com passagem pelo lugar de Cortecega), na transição entre a Serra da Lousã e as Serras do Açor, acompanhando o serpenteado do rio Ceira. Este primeiro setor, com cerca de cinco quilómetros,

²² Apesar de parte significativa da paisagem que compõe o traçado proposto ter sido afetada pelo incêndio florestal de junho de 2017, defendemos a manutenção da proposta para este território, como forma de dinamizar os lugares assolados por este flagelo, mas, também, como forma de sensibilizar os praticantes da modalidade para a importância da conservação da natureza e pela sua manutenção.

corresponde, na sua esmagadora maioria, a uma subida constante. Chegado a Cabreira, o traçado torna-se circular e desenvolve-se pela margem direita do Ceira, passando pelo lagar da Cabreira e pelas tulhas que compõem o conjunto (Figura 69), junto do qual se estabelece o açude que alimenta o moinho de rodízio e que cria o espelho de água da praia fluvial local, constituindo um local de paragem obrigatória. De Cabreira até Capelo (passando pela Sandinha) – Figura 70, o traçado apresenta uma subida constante, seguindo-se uma descida rápida até ao lugar de Candosa, disposta sobre a vertente da margem esquerda do rio, com a margem direita ocupada, agora, de vastas pastagens para o gado caprino. A partir deste último ponto começa uma subida, rumo a Cadafaz, serpenteando a estrada com vista panorâmica nas aberturas do vale que a linha de água proporciona. De facto, a transição para a margem esquerda do rio Ceira, chega com uma “subida épica” que culmina em Cadafaz, num ziguezague constante ao longo de mais de quatro quilómetros, com um declive médio de 7,6 %, num máximo de 21,8%, com um ganho de altitude superior a 320 metros. Do topo de Cadafaz o percurso, maioritariamente descendente, segue em direção a Tarrastal, lugar com muitas casas construídas em xisto (Figura 71), disposto ao longo da encosta, junto à estrada. Daqui a descida é rápida, culminando em Cabreira, lugar na qual termina o circuito circular, dando seguimento ao percurso linear (em primeiro ascendente e depois descendente), que terminará em Góis, junto ao rio Ceira, no Parque do Cerejal (Figura 72).

O traçado do percurso de cicloturismo proposto, na unidade de paisagem do vale do rio Ceira, desenvolve-se ao longo de 36,4 quilómetros, a uma altitude média próxima dos 374 metros, variando entre os 186 e os 587 metros de altitude, aos quais correspondem ganhos/perdas de elevação de 1201 metros. Apresenta declives máximos de 21,8% (em subida) e 20,4% (em descida), com os declives médios a variar entre 5,8% (em sentido ascendente) e 5,7% (em sentido descendente) – Figura 73. Esta proposta não carece de qualquer tipo de intervenção no que diz respeito à limpeza de troços e vias, sendo apenas aconselhada a manutenção frequente das valetas e bermas de estrada.



Figura 69. Núcleo do lagar de varas da Cabreira, com moinho (junto ao açude) e tulhas (07/2017)



Figura 70. Vista sobre Capelo, após o incêndio florestal de junho de 2017 (07/2017)



Figura 71. Casa de habitação em Tarrastal (07/2017)

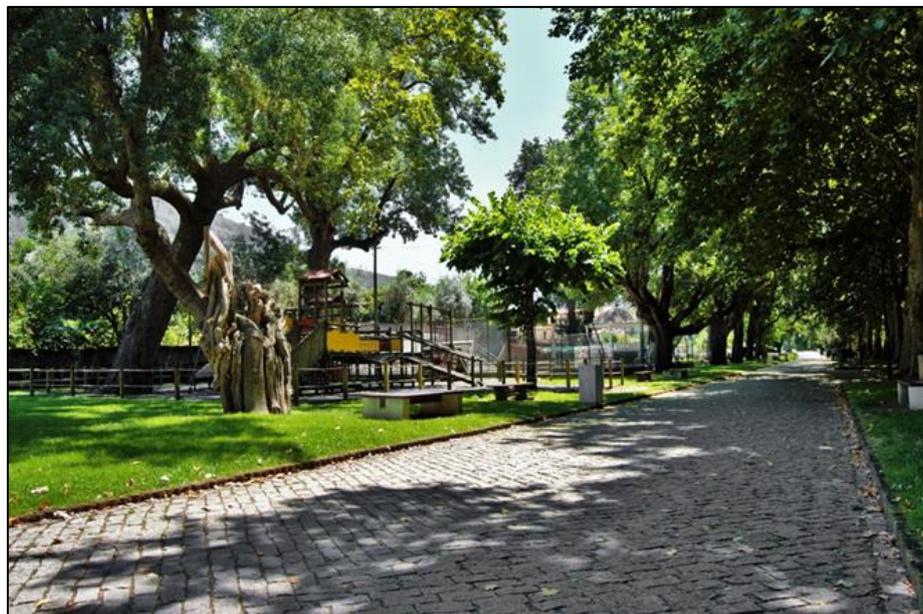
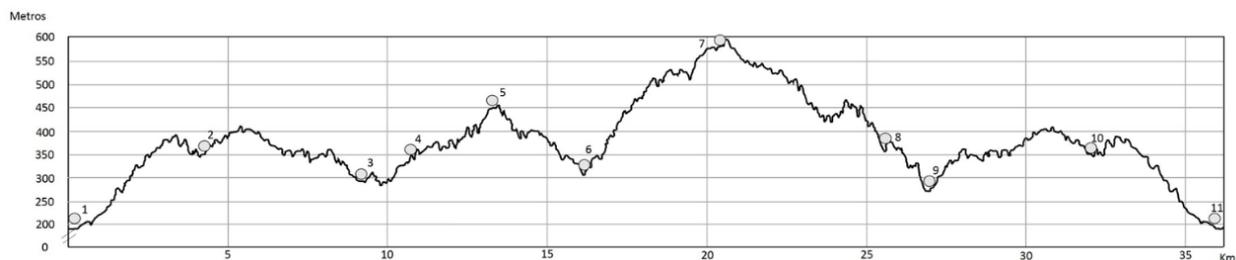


Figura 72. Parque do Cerejal, junto ao rio Ceira, próximo do local proposto para o início do circuito de cicloturismo de Góis (07/2017)



Legenda: 1 – Góis; 2 – Cortecega; 3 – Cabreira; 4 – Sandinha; 5 – Capelo; 6 – Candosa; 7 – Cadafaz; 8 – Tarrastal; 9 – Cabreira; 10 – Cortecega; 11 – Góis

Figura 73. Perfil topográfico do percurso de cicloturismo proposto para a subunidade de paisagem do vale do rio Ceira

Por último, é necessário explicar que no quadro geral da criação e implementação de percursos cicláveis em Portugal, a legislação existente define a Federação Portuguesa de Ciclismo (FPC) como a entidade que regula o processo de implementação e homologação de percursos e/ou centros de ciclismo e bicicleta-todo-o-terreno (BTT) devendo, para o efeito, cada promotor ou interessado em criar/instalar percursos ou centros destas modalidades criar as condições definidas pelo “Regulamento de Homologação de Centros de Ciclismo/BTT”, de 11 de dezembro de 2013, com o intuito de “disciplinar prática da modalidade em regiões protegidas, orientando o utilizador para as boas práticas do ciclismo em harmonia com a natureza” (Federação Portuguesa de Ciclismo; 2013:2).

Ainda assim, estamos em crer que, numa fase inicial, os custos necessários para fazer cumprir as normas regulamentares definidas pela Federação Portuguesa de Ciclismo (ter pelo menos 200 quilómetros de percursos identificados e classificados, no caso dos Centros de Ciclismo, ou no mínimo 100 quilómetros de percursos em iguais condições, no caso dos Centros de BTT, entre outras exigências), podem não ser exequíveis para um número elevado de territórios, mais ainda quando estes pretendam, apenas, criar pequenas rotas cicláveis, tendo em vista a valorização do seu património (cultural, natural e paisagístico), sem vínculo competitivo, vocacionados para os domínios do lazer e do turismo.

Apesar da informação disponível até ao momento não clarificar algumas questões fundamentais para uma eventual tomada de decisão no que concerne ao processo de criação e implementação com homologação dos referidos traçados cicláveis, nada impede de considerar a possibilidade de utilizar outro tipo de simbologia original, para os mesmos

propósitos, de acordo com uma linha de comunicação própria, embora mantendo os mesmos critérios de qualidade e de segurança, com custos de implementação significativamente mais baixos (Figura 74). Como a parte inicial de ambos os traçados é coincidente, as placas de sinalética devem numerar os circuitos, conforme exemplo da Figura 75. Esta opção não invalida, porém, que numa segunda fase o município de Góis possa solicitar abertura de procedimento para homologação dos percursos, desde que seja capaz de criar condições para corresponder aos critérios/normas fundamentais da FPC.

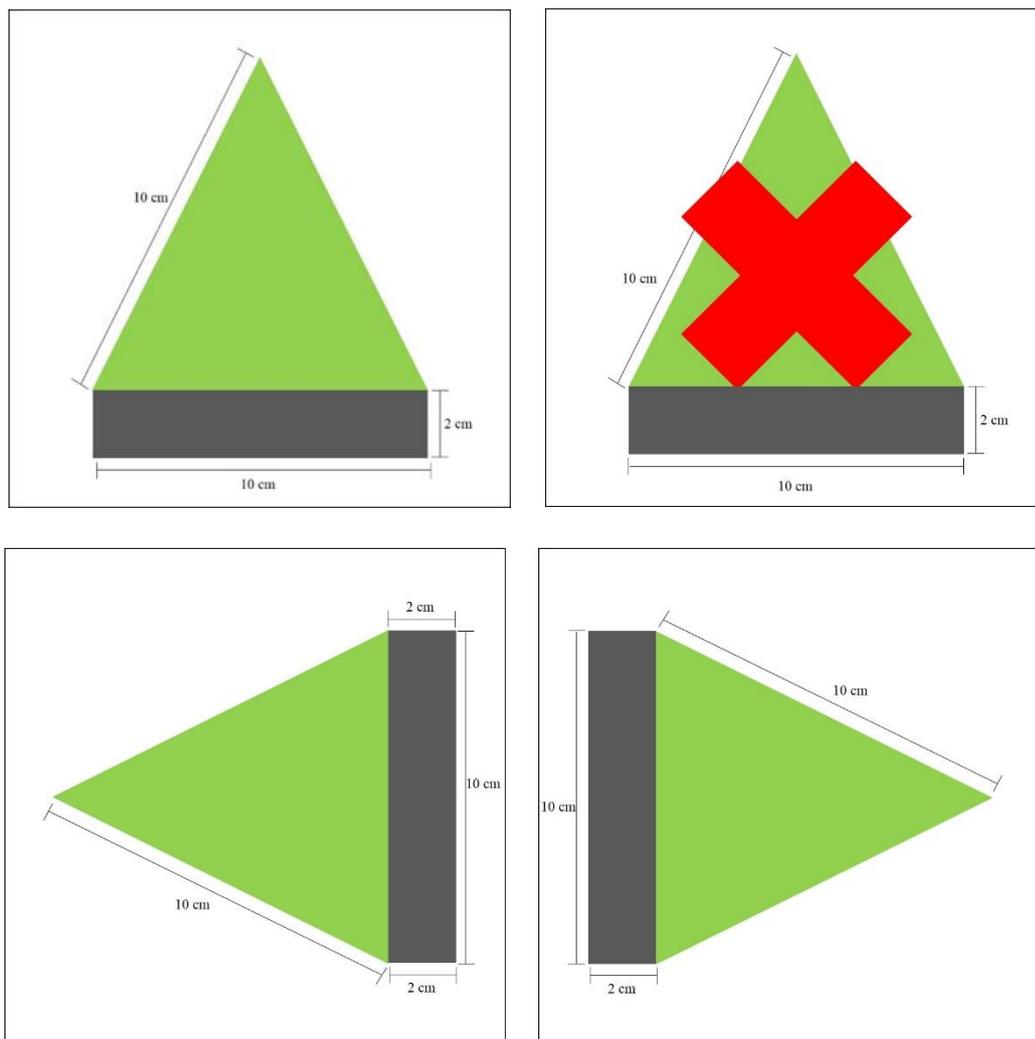


Figura 74. Exemplo de sinalética direcional (cicloturismo), com modelo proposto a criar para o projeto “Góis Cycling” (caminho em frente, caminho errado, viragem à esquerda, viragem à direita)

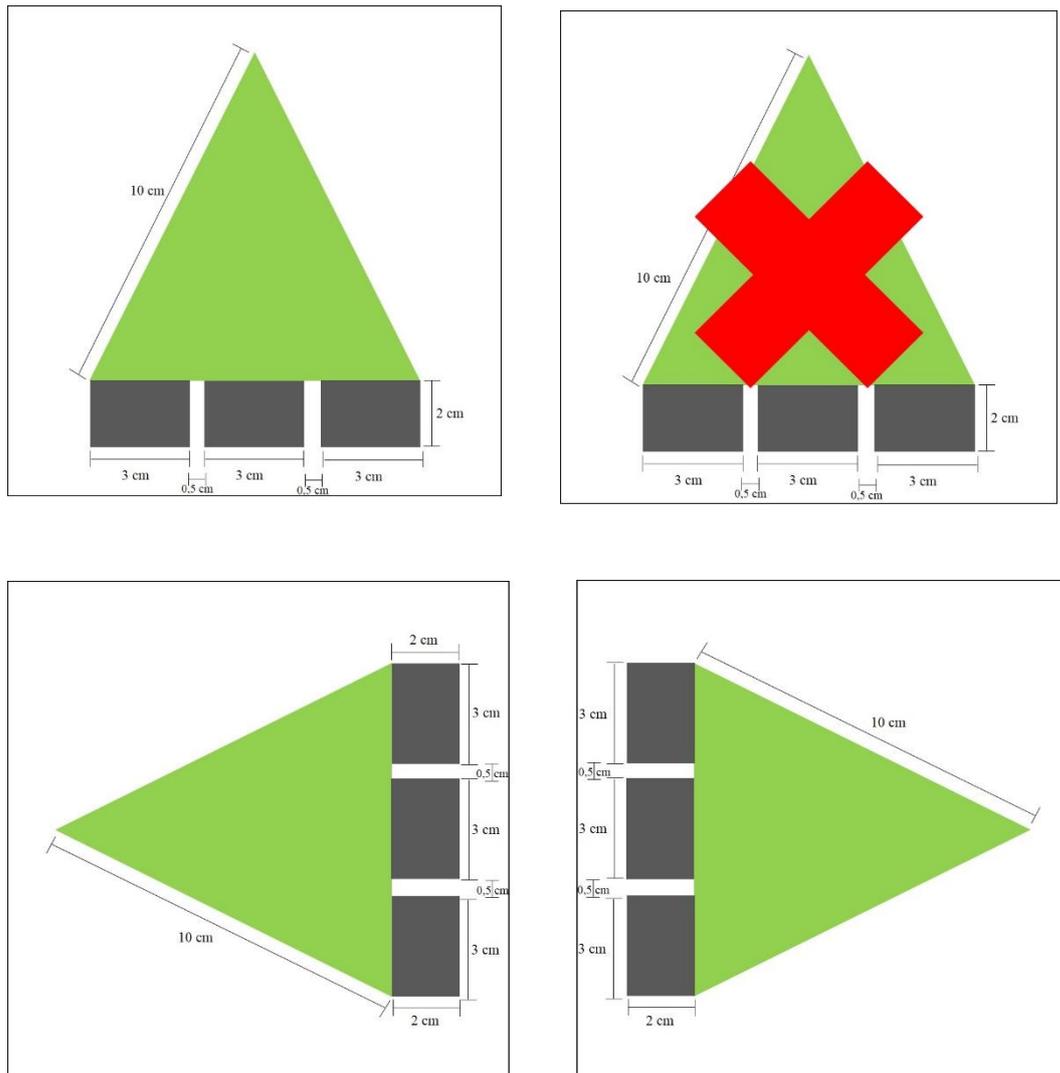


Figura 75. Exemplo de sinalética direcional (BTT), com modelo proposto a criar para o projeto “Góis Cycling” (caminho em frente, caminho errado, viragem à esquerda, viragem à direita)

Numa outra vertente, consideramos interessante uma possível ligação entre a ponte da praia fluvial do Colmeal, seguindo a estrada municipal 543-2, passando por Carvalhal do Sapo e até à linha de cumeadas, junto ao parque eólico de Pampilhosa da Serra (escassos quilómetros antes da entrada na estrada nacional 112). Este percurso, com um total de 8,4 quilómetros cujo perfil parece ser enquadrável nos trajetos que compõem as designadas “Subidas Épicas”, fruto dos declives médios de 8,3%.

Por outro lado, este traçado ascendente, poderá possibilitar uma ligação de interesse ainda mais relevante, se pensada numa lógica de rota ciclável supramunicipal, com alguns lugares no concelho de Pampilhosa da Serra, como a Aldeia do Xisto de Fajão

(Figura 76), por exemplo, utilizando como matriz temática o vale (superior) do rio Ceira, o qual, em função de determinadas condições, pode articular e configurar uma nova centralidade de lazer e turismo (não apenas vinculada a *Cycling & Walking*) entre as Serras da Lousã e Açor, de modo a valorizar também a vila de Góis (“porta” incontornável) e algumas das suas aldeias mais emblemáticas (por exemplo, o Soito – Figura 77) na geografia que o alcance desta proposta permite vislumbrar.



Figura 76. Fajão (08/2021)



Figura 77. Soito (07/2017)

Portanto, o trabalho realizado, com o propósito de contribuir para a criação de condições favoráveis no que concerne às atividades cicláveis na esfera do lazer ativo e do turismo de natureza em Góis, e tendo como alicerce a valorização dos patrimónios das unidades de paisagem das Aldeias do Xisto e do vale do Ceira, conduziu a duas propostas principais, para responder a diferentes níveis de exigência ou interesse da parte daqueles que utilizam a bicicleta para viver experiências únicas, a saber:

– O percurso do vale do Ceira, por estradas asfaltadas municipais e/ou secundárias, é indicado para bicicleta de estrada (embora também compatível para BTT – *Cross Country*) e apresenta cerca de 36 quilómetros, com início e fim na vila de Góis, no Parque do Cerejal, e passagem em Cortecega, Cabreira, Sandinha, Capelo, Candosa, Cadafaz, Tarrastal;

– O percurso (circular) das Aldeias do Xisto, ao longo de cerca de 18 quilómetros, no contexto da Serra da Lousã/Rede Natura 2000, sendo exclusivamente para BTT (*Cross Country*), com início e fim em Aigra Nova, e centrado no setor superior da montanha – tem como referências espaciais de fundo o Trevim e os Penedos de Góis, e numa linha de horizonte de maior amplitude, o Caramulo e a Estrela.

Em síntese, as propostas apresentadas (configurando uma primeira fase de lançamento do projeto), com apenas dois traçados vocacionados para modalidades distintas de uso da bicicleta, podem servir de teste quer ao mercado mas, também, aos benefícios para a economia local e imagem do território na sua afirmação no mercado turístico e de lazer, e assim serem cruciais para avaliar as reais necessidades e potencial interesse de promover um investimento de escala superior, com a criação do Centro de Ciclismo e/ou BTT (sendo que, no caso do município de Góis optar pela criação desta infraestrutura, sugerimos a sua localização no Parque do Cerejal), com incremento de mais percursos cicláveis de acordo com o regulamento da FPC.

4.3 Conclusão

“O uso da bicicleta como modo de transporte, de prática desportiva e de ócio ganhou um elevado número de entusiastas nos últimos anos, com os diversos benefícios que a sua prática representa, nomeadamente a qualidade de vida e o bem-estar, a sustentabilidade ambiental e a melhoria das condições materiais em diversos territórios” (Carvalho, 2021:16).

Como menciona Fernandez-Latorre (2015:78), citando Lamont (2009), “Apesar de existir uma procura crescente de produtos cicloturísticos, as investigações que tratam

as relações entre o fenómeno turístico e a bicicleta continuam sendo escassas e marcadas pela disparidade de critérios na definição do cicloturismo”.

A dificuldade de enquadramento conceptual do cicloturismo está relacionada com o facto do próprio modo de transporte (a bicicleta, nas suas diferentes configurações ou tipologias) constituir uma experiência ou atrativo turístico, embora a maioria das reflexões teóricas centradas na sua classificação enfatize as ligações entre o turismo, o desporto e a natureza.

A promoção do ciclismo e do cicloturismo é um desiderato assumido por diversos atores institucionais, designadamente como parte de estratégias de desenvolvimento dos territórios e das populações, assumindo amplas configurações, e onde os recursos naturais, culturais e paisagísticos desempenham um papel fundamental como elementos diferenciadores relevantes da oferta/procura contemporânea (Carvalho, 2021).

No município de Góis, a constatação da inexistência de percursos cicláveis com informação disponível e marcação no terreno – embora se reconheça oferta nos concelhos limítrofes (Arganil, Lousã, Pampilhosa da Serra) ou de proximidade (Penacova, Miranda do Corvo) – e o reconhecimento das qualidades excepcionais de algumas das suas unidades de paisagem, designadamente o vale do Ceira e as Aldeias do Xisto/Penedos de Góis, com importantes investimentos públicos e privados, na sequência de estudos e ações de turistificação, patrimonialização, revitalização e promoção, conduziu a uma reflexão aprofundada sobre a designação, a forma e os cenários de implementação das propostas para a valorização cicloturística dos referidos territórios, constituindo-se com um elemento de valor acrescentado no contexto da atual oferta de lazer/turismo da “capital do Ceira”.

Quanto à primeira questão, optou-se pela denominação “Góis *Cycling*”, com o objetivo de facilitar a integração do projeto nos vários circuitos de divulgação do mercado do “*cycling*”, bem como constituir um ponto de partida para eventuais ações de *marketing* e comunicação.

Em relação à configuração, o projeto “Góis *Cycling*” tem subjacente, nesta fase, a definição de dois percursos ou rotas cicláveis: um para a prática de BTT e outro para “ciclismo de estrada” (que não exclui os utilizadores da BTT), nas Aldeias do Xisto e no vale do rio Ceira, respetivamente.

Acreditamos que a diversificação da oferta turística do território, além do aumento potencial do número de visitantes/turistas e de maior capacidade de divulgação e atratividade do território, poderá contribuir, de igual modo, para a dinamização de

serviços associados na estrutura económica, como sejam o alojamento, a restauração, entre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Butler, R., Hall, C.M. & Jenkins, J. (eds.) (1998). *Tourism and Recreation in Rural Areas*. Chichester: John Wiley & Sons.

Carvalho, P. (2011). Pedestrianismo e percursos pedestres. *Cadernos de Geografia*, 28/29, 193-204 (disponível em https://www.uc.pt/fluc/depgeo/Cadernos_Geografia/Numeros_publicados/CadGeo28_29/PC_193-204_Pedestrianismo_e_percursos_pedestres.pdf).

Carvalho, P. (2012). Património(s), políticas públicas e promoção do desenvolvimento local em Portugal: da requalificação urbana aos novos territórios e produtos turísticos. In P. Carvalho e J. Fernandes, *Património Cultural e Paisagístico. Políticas, Intervenções e Representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 59-81 (disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/11948/5/Patrim%C3%B3nio%20Cultural%20e%20Paisag%C3%ADstico%20-%202012.pdf>).

Carvalho, P. (2017). *Estudo para Valorização Cicloturística de Góis*. Coimbra: CEGOT (inédito).

Carvalho, P. (2021). *Walking & Cycling. Uma nova Geografia do Turismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (disponível em <http://monographs.uc.pt/iuc/catalog/view/165/439/796-3;>).

Carvalho, A. e Amaro, P. (1996). *Guia da Rede de Percursos da Serra da Lousã*. Coimbra: QUERCUS.

Carvalho, P. e Alves, L. (2017a). *Percursos Pedestres, BTT, Trail e Geocaching: Propostas para Valorização Turística de Castanheira de Pera*. Coimbra: CEGOT (inédito).

Carvalho, P. e Alves, L. (2017b). Animação Turística, Inovação e Criatividade no Desenvolvimento Rural. O caso das Aldeias do Xisto. In F. Sousa, J. Pereira e M. Lopes (coord.), *Animação Sociocultural: Turismo Rural e Desenvolvimento Comunitário*. Chaves: INTERVENÇÃO, pp. 171-179.

Carvalho, P. e Alves, L. (2017c). Valorização turística e patrimonial em ambientes florestais: dois exemplos (Mata do Sobral e Mata de São Pedro Dias-Alveite) no Centro de Portugal. *Turydes*, 10 (23), 19 pp. (disponível em <https://www.eumed.net/rev/turydes/23/ambientes-florestais.html>).

Carvalho, P. e Alves, L. (2018a). *Estudos Passadiço Ribeira das Quelhas*. Coimbra: CEGOT (inédito).

Carvalho, P. e Alves, L. (2018b). *Estudo para Valorização Turística e de Lazer da Mata de São Pedro Dias/Alveite (Vila Nova de Poiares)*. Coimbra: CEGOT (inédito).

Carvalho, P. e Alves, L. (2021). Pedestrianismo, festivais de caminhadas e turismo de natureza. O exemplo do Pampilhosa da Serra *Walking Weekend*. *Cadernos de Geografia*, 43, 25-38 (disponível em <https://impactum-journals.uc.pt/cadernosgeografia/article/view/8837>).

Davies, N. (2018). Who walks, where and why? Practitioners' observations and perspectives on recreational walkers at UK tourist destinations. *Annals of Leisure Research*, 21(5), 553-574.

ECF (2021). *Cycling tourism*. European Cyclists Federation (disponível em: <https://ecf.com/what-we-do/eu-cycling-strategy-public-consultations/chapter-1-state-cycling-and-potential-growth>; consulta a 24/07/2021).

EuroVelo (2021). *EuroVelo: Routes & Countries* (disponível em: <https://en.eurovelo.com/#routes-and-countries>; consulta a 30/08/2021).

FPC (2016). *Guia orientador ciclismo e animação da atividade turística*. Lisboa: Federação Portuguesa de Ciclismo.

FPC (2013). *Regulamento de Homologação de Centros de Ciclismo/BTT*. Lisboa: Federação Portuguesa de Ciclismo (disponível em: <http://www.fpciclismo.pt/ficheirossite/12122013093148.pdf>; consulta a 02/05/2017).

FPC (2021). *Cyclin' Portugal*. Lisboa: Federação Portuguesa de Ciclismo (disponível em https://www.fpciclismo.pt/ficheiros/2021/cyclin_portugal.pdf; consulta a 30/08/2021).

Fernández-Latorre, F.M. (2015). Flujos turísticos, capital territorial y uso de la bicicleta. Andalucía como modelo de destino emergente en cicloturismo. *Revista de Estudios Andaluces*, 32, 76-107.

García, J. y Alandi, C. (coord) (2016). *Guía de buenas prácticas para el desarrollo de carreras por montaña en espacios naturales protegidos*. EUROPARC-España (disponível em https://www.redeuroparc.org/system/files/shared/Publicaciones/EUROPAC_Manual12.pdf).

Gavinho, E. (2010). *Projeto Ecobike Trail na Serra da Estrela. O turismo alternativo na redução da sazonalidade*. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Dissertação de Mestrado em Turismo (especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura) (disponível em <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/2333>).

Gazzola, P., Pavione, E., Grechi, D. & Ossola, P. (2018). Cycle tourism as a driver for the sustainable development of little-known or remote territories: the experience of the Apennine Regions of Northern Italy. *Sustainability*, 10(6), 1863. <https://doi.org/10.3390/su10061863> (disponível em <https://www.mdpi.com/2071-1050/10/6/1863>).

Gössling, S. & Higgam, J. (2020). The Low-Carbon Imperative: Destination Management under Urgent Climate Change. *Journal of Travel Research*, 60(6), 1167–1179. <https://doi.org/10.1177/0047287520933679> (disponível em <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0047287520933679>).

Hall, C. & Page, S. (2006). *The Geography of Tourism and Recreation. Environment, Place and Space*. Routledge: London and New York.

Han, H., Meng, B. & Kim, M. (2017). Bike-traveling as a growing phenomenon: roles of attributes, value, satisfaction, desire, and gender in developing loyalty. *Tourism Management*, 59, 99-103.

Hannan, K., Butler, G., Witte, A. & Zuev, D. (2021). Tourist's mobilities: Walking, cycling, driving and waiting. *Tourist Studies*, 21(1):57–69. <https://doi.org/10.1177/1468797621992931>.

Lamont, M. (2015). Cycle Touring. In J. Bonham & M. Jonhson (eds.). *Cycling Futures*. Adelaide: University of Adelaide Press, pp. 153-176.

Lee, S., Manthiou, A., Chiang, L. & Tang, L. (2018). An assessment of value dimensions in hiking tourism: Pathways toward quality of life. *International Journal of Tourism Research*, 20, 236-246 (disponível em <http://doi: 10.1002/jtr.2176>).

Moral-Moral, M. (2016). El desarrollo del cicloturismo como una modalidad turística sostenible. *Turydes*, 9(21), 11 pp. (disponível em <https://www.eumed.net/rev/turydes/21/cicloturismo.html>).

Moral-Moral, M., Renda, A., Martins, P. (2018). Desenvolvimento turístico sustentável no interior de Algarve (Portugal): o caso da Via Algarviana. *TuryDes*, 11(24), 15 pp. (<https://www.eumed.net/rev/turydes/24/via-algarviana.html>).

Munhyang, O., Seongseop, K. & Youngjoon, C. (2019). Analyses of determinants of hiking tourism demands on the Jeju Olle hiking trail using zero-truncated negative binomial regression analysis. *Tourism Economics*, 1-17 pp.

Oliveira, B. (2016). *Estudo comparativo de sistemas de classificação de percursos pedestres*. Universidade da Beira Interior. Dissertação de Mestrado em Ciências do Desporto (disponível em https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/6778/1/5052_9911.pdf).

Pearce, D. & Butler, R. (2005). *Contemporary Issues in Tourism Development*. London and New York: Routledge.

Ritchie, B. (1998). Bicycle tourism in the South Island of New Zealand: planning and management issues. *Tourism Management*, 19(6), 567-582

Roque, A. e Carvalho, P. (2016). Downhill urbano em Portugal. In P. Carvalho (Coord.), *Lazeres Ativos I*. Málaga: EUMED (Universidade de Malaga), 11-30 (disponível em <https://www.eumed.net/libros-gratis/2015/1426/index.htm>).

Rodrigues, D. (2020). *O Downhill enquanto produto turístico no município da Lousã*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios (disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/93753>).

Santiago, C. (2016). *Trail running: modelo e potencial territorial enquanto produto turístico*. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Dissertação de Mestrado em Turismo (Especialização em Planeamento e Gestão de Turismo de Natureza e Aventura) (disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18234/1/2016.04.017_.pdf).

Scott, D. (2021). Sustainable Tourism and the Grand Challenge of Climate Change. *Sustainability*, 13, 1966. <https://doi.org/10.3390/su13041966> (disponível em <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/4/1966>).

Serra i Serra, M. (2016). El cicloturismo y las vías verdes como ejemplo de turismo sostenible. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, 113, 187-209 (disponível em https://www.cidob.org/es/articulos/revista_cidob_d_afers_internacionals/113/el_cicloturismo_y_las_vias_verdes_como_ejemplo_de_turismo_sostenible).

Simonsen, P., Jorgensen, B. & Robbins, D. (1998). *Cycling tourism. Unit of Tourism Research at Research Centre of Bornholm* (disponível em: http://www.crt.dk/media/34591/12_rapport_Cycling_tourism.pdf)

Tovar, Z. (2010). *Pedestrianismo, percursos pedestres e turismo de passeio pedestre em Portugal*. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Dissertação de

Mestrado em Turismo (Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos) (disponível em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2409/1/2010.04.013_.pdf).

Tovar, Z. e Carvalho, P. (2013). Percursos Pedestres e Turismo de Passeio Pedestre em Portugal. In F. Cravidão e N. Santos (coord.), *Turismo e Cultura (Destinos e Competitividade)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, pp. 413-436 (disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/37375/1/Percursos%20pedestres%20e%20turismo.pdf>).

UNWTO (2019). *Walking Tourism – Promoting Regional Development*. Madrid: World Tourism Organization (disponível em <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284420346>).

UNWTO (2020). *Sustainability as the new normal: a vision for the future of tourism*. World Tourism Organization (disponível em <https://www.unwto.org/covid-19-oneplanet-responsible-recovery>).

Urbaneja, J., Yuba, E., Roca, V. y Torbidoni, E. (2016). Carreras (de o por) montaña o trail running. El reconocimiento de la modalidad deportiva: una visión jurídica. *Retos*, 30, 143-148 (disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5390990>).

Vayá, F. y González, M. (2017). La promoción del turismo rural a través del trail running: el caso de Carrícola en la comarca de La Vall d'Albaida (España). *Pasos*, 15(1), 49-69 (disponível em <http://ojsull.webs.ull.es/index.php/Revista/article/view/849/pdf>).

Xiao, L., Yang, L., Liu, J. & Yang, H. (2020). Built Environment Correlates of the Propensity of Walking and Cycling. *Sustainability*, 12, 8752, (disponível em <https://doi:10.3390/su12208752>).

Weston, R., Lumsdon, L., Davies, N., McGrath, P., Peeters, P., Eijgelaar, E. (2012). *The European Cycle Route Network EuroVelo*. Brussels: European Parliament (disponível em <https://ecf.com/files/wp-content/uploads/The-european-cycle-route-network-EuroVelo.pdf>).